



MENOS DINHEIRO FÍSICO

Uso do Pix reduz circulação de cédulas no comércio da capital

Modalidade de pagamento digital é a preferida de comerciantes e consumidores nas negociações. **Página 17**

Foto: GTA/Arquivo

Equipes atuam nos céus para ampliar a segurança no estado

Ao menos 45 profissionais, entre pilotos e operadores aerotáticos, do Grupamento Tático Aéreo, realizam missões que envolvem risco e exigem uma preparação para tarefas que vão desde atendimentos aeromédicos até ações de busca e salvamento. Atuação inclui também o apoio às operações das Forças de Segurança.

Página 7



Casos de infecção por sífilis crescem entre paraibanos

Taxa de detecção verificada em 2024 foi a maior já registrada desde 2010. Rede pública de saúde oferta exames e tratamento.

Página 6

Promotor projeta que estádios terão câmeras em 2026

José Leonardo Pinto, do Nudetor/MPPB, acredita que a medida vai garantir mais segurança ao torcedor paraibano.

Página 21

■ “Leitor, de ordinário, preguiçoso, salvo quando a leitura não depende de mim, mas de seu próprio fascínio, tenho ficado muitas vezes no prefácio. Não raro sem me queixar do que foi deixado mais adiante”.

Gonzaga Rodrigues

Página 2

Pensar Quais os mitos e as verdades em torno das pessoas superdotadas?

Reportagem especial aborda os desafios sociais, emocionais e educacionais vivenciados por quem é diagnosticado com altas habilidades (AH/SD), uma condição de neurodesenvolvimento que leva a um desempenho ou potencial elevado em uma ou mais áreas do conhecimento, como cognição, criatividade, arte ou liderança.

Páginas 29 a 32



Ilustração: Bruno Chiossi

Árvores frutíferas espalham sabores pelas ruas de JP

Mangueiras, jambeiros, caqueiros e jaqueiras são algumas das espécies que ocupam áreas públicas e privadas da cidade.

Página 20



Foto: Divulgação

“Nove Tentativas de Não Sucumbir” tem apresentação única e gratuita, hoje, no Teatro Santa Roza

Espectáculo da companhia circense Devir promove reflexões sobre a persistência humana, misturando teatro, circo, audiovisual e humor. Os bilhetes serão distribuídos a partir das 18h, no local. Após a apresentação, haverá uma roda de diálogo com a plateia sobre os temas que fazem parte da trajetória dos artistas.

Página 9



Editorial

Cuidar do outro

“Eu caminho por onde quero, e ninguém me obriga a nada!”. Essa foi a resposta dada a um ciclista por um idoso que, ao amanhecer, de segunda-feira a sábado, caminha no Parque das Três Ruas, no Bairro dos Bancários. Leva um cachorro preso à coleira, seguido a uma distância de dois ou três metros pela esposa. A zanga do senhor deu-se porque o cortejo seguia pela ciclovía, e o ciclista reclamou da imprudência.

Um dos grandes problemas relacionados ao convívio social é a dificuldade que não poucas pessoas têm de obedecer às regras coletivas, permanecendo inflexíveis quanto às mudanças de posturas que tanto a vida como a sociedade impõem, quer queiram, quer não. Quem só olha para o próprio umbigo não corre apenas o risco de bater com a cara num muro. Pode transformar-se, também, em obstáculo para os outros.

Voltando ao caso do Parque das Três Ruas, a intransigência daquele senhor, no sentido de não querer marchar na faixa de pedestres, representa um perigo não só para a sua segurança, a da esposa e a do cão, como também para os ciclistas, que podem machucar-se, com maior ou menor gravidade, caso, eventualmente, colidam com o animal ou com os caminhantes. Cada qual no seu quadrado, como reza a sabedoria popular.

E, por falar em cachorro, as fezes desses animais, não devidamente coletadas pelos responsáveis, são outra séria adversidade, no contexto do Parque das Três Ruas. É possível que um leitor ou uma leitora desta folha questione a pertinência desse tema — fezes de animais — para um editorial. Tudo o que diz respeito ao incentivo à cidadania, a uma convivência solidária e harmônica entre as pessoas, é matéria de editorial.

A quantidade de fezes espalhadas pelas calçadas e gramados do Parque das Três Ruas é um atentado à saúde pública, haja vista o grande número de pessoas que utilizam aquele logradouro para atividades festivas e esportivas. Além dos praticantes de atividades físicas, cresce, a olhos vistos, o volume de frequentadores que fazem piqueniques, comemoram aniversário ou simplesmente passeiam por ali.

As crianças também são alvos potenciais dos vírus e bactérias, melhor dizendo, das doenças que as fezes dos cachorros transmitem. E, nos fins de semana, contam-se às dezenas os meninos e meninas que brincam por ali, muitos dando os primeiros passos, na aprendizagem do andar. Coletar os excrementos e colocá-los nos depósitos de lixo é uma atitude simples, porém de grande valor, caso se queira construir uma nova civilização.

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com

Rui Barbosa e os desafios da República

A nossa história republicana iniciou-se em meio a fortes agitações políticas. Quando se imaginava conferir liberdade aos estados por meio do federalismo, o que se viu foi o avanço do autoritarismo exercido pelo Poder Executivo e o ataque às liberdades individuais. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto governaram a Primeira República recorrendo às armas para se manter no poder, em constante conflito com o Congresso. O primeiro presidente prendeu opositores, impôs censura à imprensa e cercou os prédios do Legislativo com tropas militares, episódio que culminou na Revolta da Armada. Pressionado pela oposição e temendo uma guerra civil, optou por renunciar.

Ao assumir o governo, Floriano Peixoto, até então vice-presidente, reprimiu duramente seus adversários, impondo-se até o fim do mandato, em evidente afronta ao que determinava a Constituição. Rui Barbosa entendia que novas eleições deveriam ser convocadas, conforme estabelecia a Carta Magna que ele mesmo elaborara. Em 1892, Floriano adotou medidas extremas contra os que se opunham ao seu governo.

Em 1893, ao adquirir o Jornal do Brasil, Rui Barbosa tinha a clara intenção de transformá-lo em “um instrumento de doutrina e organização, de estudo e resistência, de transação política e intransigência legal; porque contra a lei toda transação é cumplicidade”. Assim iniciava uma campanha em defesa das vítimas da chamada “ditadura florianista”. O embate que ele se dispôs a travar era pela legalidade republicana, especialmente quanto à sucessão presidencial. Contestava os abusos autoritários cometidos sob a égide do estado de sítio, que resultaram no desterro de muitos condenados.

Rui decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal em defesa dos perseguidos, argumentando a ilegalidade da decretação do estado de sítio, já que não reconhecia razões que justificassem medidas tão excepcionais. Por estratégia, estruturou sua atuação em três etapas: a petição de *habeas corpus*, a sustentação oral perante o STF e a crítica ao acórdão publicada na imprensa. Em seu pedido, afirmou: “Nenhuma virtude pode colo-

car acima da lei, o chefe da Nação republicana”. Derrotado, reagiu com o artigo “O Justo e a Justiça Política”, encerrando-o com a contundente frase: “Não há salvação para o juiz covarde”.

Em 1914, no Senado, pronunciou um discurso que se tornaria célebre: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. Palavras que não perderam atualidade, sobretudo em momentos de crise institucional, quando o sectarismo torna difuso o que há de civilizado entre nós.

A trajetória política de Rui Barbosa na Primeira República pode ser sintetizada por sua declaração ao combater a violência militar de Floriano Peixoto: “Pugnar pelo oprimido, quando o estimamos, é trivial e fácil; expormo-nos pela sua liberdade, sem a prezarmos, unicamente por horror à opressão, é extraordinário”. Defensor intransigente da democracia, da justiça e da igualdade, Rui influenciou profundamente a formação do Brasil republicano. Tornou-se figura de reconhecimento internacional na Segunda Conferência da Paz, em Haia, onde foi aclamado pela defesa da igualdade de soberania e dos direitos das nações menores perante as grandes potências.



Em 1892, Floriano adotou medidas extremas contra os que se opunham ao seu governo

Opinião

Foto Legenda

Carlos Rodrigo



Símbolos de gratidão eterna

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

Não perco por lembrar

Dez páginas apenas, em corpo 10 dos velhos magazines de linotipo...

Há prefácios assim. Esse de meus frequentes retornos é assinado pelo inesquecível professor José Pedro Nicodemos à edição da nossa Universidade, sob recomendação de um conselho editorial dirigido por Francisco Pontes da Silva, *in memoriam*.

Leitor, de ordinário, preguiçoso, salvo quando a leitura não depende de mim, mas de seu próprio fascínio, tenho ficado muitas vezes no prefácio. Não raro sem me queixar do que foi deixado mais adiante. Não é o caso da pequena obra prima a que aludo, bem posterior às minhas recorrências frequentes à edição príncipe das “Datas e Notas” de Irineu Pinto. Livro de 1908, cedido por José Leal à biblioteca da API enquanto durou a sua presidência, mas pertencente à sua biblioteca particular.

Um parêntesis, não posso omitir, voltando a um momento em que o ideológico se rende ao remorso: derrotado pelos novos de maioria esquerdista a que pertenci, chocado, ainda que ciente previamente de minha opção, vi e continuo a ver o velho Leal a descer as escadas que, com tanta pertinácia, construíra. Remoído lá dentro, tive a lembrança de ir a sua casa restituir o livro que o acompanhava onde mais demorasse. A API era a sua segunda morada. Eu não tinha certeza de ser recebido, mas pressenti ser esta a minha obrigação, já que não podia devolver os favores recebidos nos dias de iniciação.

Bati palmas, veio D. Ester, que me recebeu de rosto maternal como sempre, e o resultado é que o livro propiciou-me a graça silenciosa do perdão. Mas voltemos ao prefácio que senti necessidade de reler, a cada frase repontando não só o estilo como, sobretudo, o homem de boa casta, puro, que conheci em professor Nicodemos.

Repórter nos anos do governo Pedro Gondim, que trouxera para sua equipe novos valores, “estranhos” para um público já enfadado com a repetição dos quadros de 30, surge entre os “novos” o professor Pedro Nicodemos. Discreto em tudo, soube encobrir-se sob o pálio da educação que soube como poucos ministrar e difundir.



Tive a lembrança de ir à sua casa restituir o livro que o acompanhava onde mais demorasse. A API era a sua segunda morada

Lembro-me da vez em que acompanhei uma visita do governo inteiro a uma escola de Alagoa Grande. Estavam lá Pedro Gondim, seguido de uma fila de carros pretos de auxiliares. Pedro, que era eloquente, mal falou, o que se ouviu foi um coro de professoras e alunos a manifestar a consciência da educação que desejavam e da qual dependiam em meio à pobreza sua e do lugar. “Nos dê alguma coisa em que plantemos, já que a terra nunca mudará de plantio e de dono!”. Enquanto não chegava o fôlego ao governador, Nicodemos interveio: “Bendita hora esta em que nos confiais a lição”. Sereno, o secretário não escondia a sua felicidade. Não era de direita nem de esquerda numa hora em que isso era cobrado. Era professor, fosse na sala de aula ou introduzindo o leitor virgem ou culto numa obra que nenhum paraibano de leitura possa desconhecer. Obra que requer nessa fase chamejante de **A União** uma edição de luxo, encadernada a ouro, e outra popular para o completo suprimento da rede escolar e de todas as bibliotecas públicas.

Há outra página de Nicodemos que muda tudo o que a escola ensina sobre os “voluntários da pátria” à guerra do Paraguai: eram negros esses voluntários. Negros que Lima Barreto descreve garroteados e embarcados para dar nome e glória aos vencedores brancos de uma guerra extremamente desigual. Negros a quem o irmão de raça José Maria dos Santos credita o êxito das forças brasileiras na guerra do Paraguai. Está no meu livrinho “José Maria dos Santos” *in Nomes do Século*.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Gisa Veiga
GERENTE EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO Uma publicação da EPC

Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$385,00 / Semestral R\$192,50 / Número Atrasado R\$3,30

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA

CSUs fortalecem relações com as comunidades na PB

Centros priorizam o atendimento ao público socialmente mais vulnerável

Samantha Pimentel
samanthauniao@gmail.com

Destinados a atender a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica (crianças, adolescentes, adultos e idosos), os Centros Sociais Urbanos (CSUs) são equipamentos que ajudam a fortalecer a relação do Poder Público com a comunidade em seu entorno. Geridos pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Humano (Sedh-PB), estão distribuídos nos municípios de Santa Rita, Sapé, Itabaiana, Areia, Esperança, Catolé do Rocha, Campina Grande e João Pessoa. Ao todo, são 15 unidades, entre CSUs e Centros de Convivência. Esses espaços oferecem atividades ligadas ao esporte, lazer, cultura, inclusão produtiva, assistência social e outras áreas.

Os CSUs estão localizados em regiões estratégicas, priorizando o atendimento ao público socialmente mais vulnerável e que, em sua maioria, são acompanhadas pelos Centros de Referência em Assistência Social (Cras). Recentemente, duas dessas unidades, localizadas em João Pessoa, passaram por reforma: o CSU Calula Leite, no bairro do Geisel; e o CSU Isabel de Brito Pereira, no Rangel. No local, uma das



Fotos: Roberto Guedes

Os Centros Sociais Urbanos oferecem atividades ligadas ao esporte, lazer, cultura e outras áreas

usuárias do espaço, Vera Lúcia Costa, conta que participa das atividades ali há mais quatro anos. “Eu gosto demais! Participo do grupo de idosos, e vou começar as aulas de zumba. Também recebo as doações: às vezes é batata, inhame, macaxeira; hoje recebi os ovos, é muito bom. A comunidade é muito carente e é ajudada por aqui”, afirma ela, que diz que no local também há comemorações em datas como o Dia das Mães e das Crianças.

A distribuição dos ovos caipiras que Vera Lúcia recebeu acontece em decorrência de outra ação da Sedh-PB, o

programa Nutrir + PB, que promove segurança alimentar e nutricional a partir da aquisição e distribuição de alimentos. A iniciativa está fomentando a produção de ovos caipiras por meio da compra de bandejas a cooperativas, que estão sendo destinadas para pessoas em situação de vulnerabilidade das cidades de João Pessoa e Campina Grande.

No bairro do Rangel, o CSU é a referência para esse cadastro e recebimento por parte das famílias, que serão beneficiadas com uma bandeja de ovos por mês, durante um ano. Marinilza Ferrei-

ra da Silva é outra usuária do local. Também integrante do grupo de idosos, que se reúne ali uma vez por semana, e aluna das aulas de zumba, ela diz que o espaço é essencial para que esse público não fique isolado em casa e possa se integrar e fazer amizades. “A pessoa idosa precisa de atividade física para não ficar no sedentarismo, estar em movimento, viver com saúde e alegria, e as aulas de dança também ajudam nisso”, destaca. Marenilza conta que busca fazer diversas atividades desde que se aposentou, ocupando a mente e o corpo de forma saudável.

Cursos profissionalizantes para a população

Campanhas de conscientização sobre saúde, trabalho, moradia e outras temáticas também são desenvolvidas nos CSUs. Como reforça a gerente operacional dos Centros Sociais Urbanos da Sedh-PB, Marília Santos França, esses locais são extensões do governo dentro dos territórios. “Sobretudo os que estão situados em bairros com alta vulnerabilidade social. Através dos CSUs, a agente tem fortalecido os vínculos da convivência familiar e comunitária e a gente desenvolve ações atendendo a todos os públicos, desde a criança até a pessoa idosa”, afirma. Além disso, os espaços oferecem ainda cursos de nível técnico, como operador de caixa, recepcionista, assistente administrativo, corte e escova, depilação, entre outros.

“Esses equipamentos fortalecem diariamente não só essa relação entre Poder Público e a comunidade, mas também gera oportunidade, muitas vezes de aprendizagem, profissionalização e qualificação profissional. Nós trabalhamos a inclusão produtiva, dentre outras políticas, através da Sedh, e os CSUs são equipamentos de cidadania, que fortalecem não só o diálogo, mas a convivência dentro dos territórios”, ressalta a gerente.

O coordenador do CSU do Rangel, Júnior Gurgel, comenta que, em 2026, o espaço deve abrigar a realiza-

ção de novos cursos. “Teremos cursos da área de beleza, gastronomia, cuidador de idosos, atendente de farmácia. Eles acontecem a partir de parcerias que o Governo do Estado faz, com o Senac e o Senai, por exemplo, e as unidades do CSU são usadas para isso”, explica.

Quanto aos cursos de beleza, por exemplo, Júnior destaca que eles também acabam prestando serviços à comunidade. “Quando precisa de voluntários, a gente busca isso na comunidade mesmo, tem esse trabalho social também. Então as pessoas podem fazer unha em gel, corte de cabelo, sobancelha, tudo isso com o pessoal que está aprendendo aqui nos cursos”, afirma. Ele aponta também que o espaço é um lugar de referência para a comunidade buscar orientações e auxílios de uma forma geral. “Além

das atividades que oferecemos, tem gente que vem aqui para pedir orientação para usar o celular, porque precisa mandar um atestado para a empresa que trabalha, e não sabe como fazer isso, ou para pedir ajuda com o cadastro para tirar o título de eleitor. Somos essa referência. O que a gente pode fazer de ajuda e orientação social a gente faz”, destaca.

No Rangel, além das ações já citadas, acontece o projeto Virando o Jogo, uma iniciativa que garante às crianças e aos adolescentes direito a práticas esportivas, conforme especificado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O objetivo do projeto é proporcionar interação nas comunidades assistidas, possibilitando melhoria na qualidade de vida, estímulos para o trabalho em grupo e convivência. “São atividades para crian-

ças e adolescentes de oito a 13 anos, que a gente usa o campo aqui do lado. Duas vezes por semana, no contraturno escolar, eles têm um professor aqui para jogar futebol, handebol, para que eles tenham atividades nesse período e não fiquem desocupados e vulneráveis a outras situações, como a criminalidade”, afirma Júnior.

Atualmente, o Virando o Jogo acontece em mais duas regiões de João Pessoa, além do Rangel, e deve ser posteriormente ampliado para outras cidades paraibanas, beneficiando o público infantojuvenil. Já as atividades mais direcionadas à população idosa, como fisioterapia, ginástica funcional e escuta terapêutica, são oferecidas diariamente no Centro de Convivência da Pessoa Idosa (CCPI), localizado no bairro Castelo Branco, também na capital. Mais informações sobre os CSUs e o endereço de todas as unidades podem ser obtidos no site paraiba.pb.gov.br.



CSUs são equipamentos de cidadania e geram oportunidades

Eduardo Augusto

eduardomelosocial@gmail.com

A grande baleia branca e a vida feroz

Falar de “Moby Dick” é como falar de um velho amigo que habita a mesma casa, mas se revela diferente a cada encontro.

Tudo começou, para mim, como deve começar para tantos: uma incursão ingênua nas páginas de um clássico. Acreditava eu estar adentrando simplesmente a história de uma caçada, um romance de aventura no mar. O que eu não sabia, ao cruzar aquele limiar de palavras, era que estava içando as velas para uma viagem muito mais profunda, rumo aos oceanos inexplorados da própria condição humana. “Moby Dick” não é um livro que se lê; é um livro que se experimenta, como uma tempestade ou um longo período de calmaria.

A primeira edição, aquela que me iniciou nesse mundo, foi uma companheira solitária nas noites. Suas páginas cheiravam a tinta e a maresia imaginária. E, lentamente, a narrativa deixou de ser sobre o Capitão Ahab e sua busca pela grande baleia branca para se tornar um espelho. Ahab, em sua obsessão titânica e autodestrutiva, não é um mero personagem; ele é a encarnação da nossa luta contra as forças incontrolláveis que nos governam. “Moby Dick”, nessa minha primeira leitura, era a própria vida em sua essência mais indomável: o destino, a morte, o acaso, a natureza em sua fúria impassível. Era tudo aquilo que não podemos domar, subjugar ou sequer compreender por completo.

Ahab, com sua perna feita de osso de baleia, crava o dardo não no flanco do animal, mas no peito do próprio mistério do universo. A sua praga não é contra uma criatura, mas contra a “parede sem frente” do mundo, contra a força opaca que, às vezes, nos esmaga sem motivo aparente. E, nessa luta desproporcional, ele arrasta consigo toda a tripulação do Pequod, essa humanidade diversa e condenada que somos nós, navegando em um oceano de incertezas, alimentando esperanças e cumplicidades, mas sempre à mercê da vontade unilateral de um comandante tomado por um desejo de vingança contra a existência.

Foi assim que o livro se tornou o meu livro de cabeceira. Não pela aventura, mas pela filosofia. Não pela ação, mas pela reflexão. Ele é a leitura para as noites em que a vida revela sua face de leviatã, quando as forças incontrolláveis — uma doença, uma perda, uma reviravolta do destino — mostram sua potência. Ahab me ensina sobre o perigo da obsessão, Ismael sobre a beleza da resiliência e da aceitação. A baleia, impassível, sobre o silêncio do cosmos.

E, talvez como um reflexo da magnitude inapreensível da obra, comecei a cercá-la. Uma única edição já não bastava. Fui colecionando versões, cada uma oferecendo uma nova perspectiva: edições ilustradas, onde a fúria do mar ganhava formas e cores; traduções diferentes, que revelavam nuances perdidas em outras; anotações críticas, que abriam portas para camadas de significado que haviam passado despercebidas. Cada edição na minha estante é como um novo convite de Ismael para zarpar novamente. É a minha tentativa humilde de dar conta da magnitude daquele universo.

Hoje, quando abro “Moby Dick” ao acaso, não releio apenas uma história. Revisito um mapa existencial. A baleia branca permanece tão misteriosa e intocável quanto sempre, um símbolo eterno de tudo que nos ultrapassa. E eu, leitor, sou o Ismael da minha própria história: aquele que, tendo testemunhado o naufrágio e a fúria, sobrevive para contar. Para contar que a vida é um oceano, belo e terrível, e que nossa grandeza não está em vencer o seu leviatã, mas em navegar, com coragem e assombro, em suas águas infinitas. O livro continua na cabeceira; já a viagem, nunca termina.

■ Atualmente, o Virando o Jogo acontece em mais duas regiões de João Pessoa, além do Rangel, e deve ser posteriormente ampliado para outras cidades

Colunista colaborador



Foto: Roberto Guedes

Simone Jordão

Presidente da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad)

“Governo do Estado vem ampliando muito a rede de reabilitação”

Presidente fala sobre a trajetória do órgão e os serviços oferecidos para as pessoas com deficiência e suas famílias

Barbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

A Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad) completou 35 anos de existência em setembro e é uma das instituições mais importantes para as pessoas com deficiência e suas famílias. A instituição é um Centro Especializado de Reabilitação (CER) IV — a classificação vai de I a IV dependendo do número de modalidades de reabilitação oferecidas — e atualmente atende cerca de 3.500 pessoas na Paraíba. O maior desafio da entidade atualmente é dar conta da alta demanda de atendimentos para pessoas no espectro autista, conforme explicou a presidente da Funad, Simone Jordão. A reportagem de **A União** conversou com ela sobre a trajetória e os serviços oferecidos pela fundação. Confira:

Entrevista

■ *Quantas pessoas a Funad atende atualmente?*

Nós temos em torno de 3.500 pessoas que são atendidas em diversos municípios do estado. Pessoas que têm um atendimento que a gente chama de sistemático, que vêm aqui toda semana, para o atendimento terapêutico na área educacional, fora aquelas pessoas que acessam os serviços da instituição pontualmente, que vêm aqui para tirar uma carteira, fazer um curso, uma formação. Então nós temos aquele público que vem acessar um serviço pontualmente e tem aquele que sistematicamente está na instituição toda semana.

■ *Quais são as deficiências que são atendidas aqui? São apenas casos de deficiência?*

A Funad é uma instituição que atende especificamente pessoas com deficiência, desde a sua fundação, há 35 anos. E em 2013 foi habilitada como CER IV, Centro Especializado de Reabilitação, pelo Ministério da Saúde. A Funad tem pessoas com deficiência física, deficiência intelectual, TEA (Transtorno do Espectro Autista), pessoas com deficiência auditiva e deficiência visual. Todo o serviço é voltado para esse público específico de pessoas. É lógico que às vezes existe uma certa confusão; as pessoas, hoje, têm um pouco de confusão de entender o que é uma pessoa com deficiência. Por exemplo, as pessoas acham que quem tem TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade) é uma pessoa com deficiência, e não é, é uma pessoa que tem um transtorno. Crianças que têm distúrbios de aprendizagem... não é um público específico nosso, mas nós atendemos. O transtorno que a gente mais atende são pessoas com TEA, até porque está dentro do rol do público de pessoas do CER IV, dessa política da rede de cuidado de reabilitação.

■ *Quais são os serviços oferecidos para essas pessoas?*

A gente tenta dar uma atenção em todo o ciclo de vida. Nós temos serviços que vão desde a estimulação precoce, que são aqueles bebês que nascem com algum atraso no desenvolvimento. No caso de bebê, ele não precisa já ter uma deficiência, mas um bebê prematuro, que demorou a andar, que tem necessidade de ter uma estimulação, a gente atende. Aquelas crianças que já nascem com algum tipo de deficiência, a exemplo de síndrome de Down, de síndromes congênitas. E também crianças que têm um com-

portamento que indica que ele pode ter uma deficiência intelectual ou autismo. Então a gente atende desde os primeiros anos de vida e também adolescentes e pessoas adultas. Nós trabalhamos com um conjunto de profissionais, de forma que possa atender à necessidade dessas pessoas. E cada caso é avaliado. Nós temos inicialmente uma equipe de triagem e diagnóstico, que tem o primeiro contato com aquela família, e faz toda uma avaliação com a equipe multidisciplinar. A partir dessa avaliação, a pessoa é encaminhada com um diagnóstico para o atendimento específico de acordo com a necessidade. Muitas vezes, essa pessoa nem fecha o diagnóstico, mas a gente já trabalha, já encaminha para um atendimento, considerando a necessidade de intervenção. De um ano e meio para cá, a gente tem mudado muito a forma de intervenção. Hoje a gente tem um modelo também muito centrado na família. A gente prioriza muito a avaliação coletiva e trabalha com foco na funcionalidade, quais são as perdas, quais são os impedimentos que essa pessoa tem e que a gente precisa fazer intervenção. Nós temos também duas áreas aqui que são superimportantes, que é o núcleo de vivenciar e o núcleo de esporte. Uma criança que é atendida um tempo, ela recebe alta terapêutica, ou um adulto recebe alta terapêutica, mas a família muitas vezes quer acessar o núcleo de vivenciar e de esporte. Então esse serviço é meio que porta de saída. Nós temos teatro, dança, várias modalidades artísticas e também de esporte. O esporte aqui serve não apenas para a reabilitação, que é importantíssima, mas também temos o esporte de alto rendimento. Nós temos, por exemplo, a equipe de bocha, que tem se destacado a nível nacional. Nós temos um convênio com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e temos dois técnicos que atuam para identificar potenciais atletas que possam vir a competir.

■ *Existe algum tipo de serviço voltado para familiares e cuidadores de pessoas com deficiência?*

Existe. Nós implantamos um serviço chamado “Te Acolher”, que vem ganhando uma força muito grande. Ele foi instituído inicialmente para dar apoio às mães de autistas, que muitas vezes necessitam de um suporte muito direto, em função de 80% dessas mulheres serem mães solo. Nós temos uma equipe com arte-educadora, pedagogo e psicólogo, e o Te Acolher hoje é transversal a to-

das as coordenações da Funad. Durante a semana, tem toda uma agenda de cuidado com essas famílias, que tem estimulado o empreendedorismo. No final do ano, nós vamos fazer uma feira aqui só com o trabalho das mães que produzem. Elas fazem trabalhos manuais e têm um trabalho de interlocução com diversos parceiros, Sesc, Senai e Secretaria de Governo, que apoiam. Durante o mês da mulher, a gente trabalha muito a questão da saúde da mulher. Tem um local de embelezamento, de cuidado e de escuta. Não apenas para as mulheres, mas para os homens também. É interessante porque o Te Acolher tem uma agenda de cuidado de segunda a sexta; toda semana tem uma programação. Temos diversos parceiros e pessoas que vêm para ajudar, que trabalham com massagem, com contação de histórias etc. Então, enquanto a criança está sendo atendida, aquela família está sendo cuidada.

■ *Como as famílias fazem para ter acesso à Funad?*

Depois da pandemia, nós tivemos que criar um sistema de regulação. A gente precisava melhorar o acesso e sistematizar melhor. Antes da pandemia, a gente tinha um número X de consultas de primeira vez aqui, então 7h30 já não tinha mais vaga. Era lotado de pessoas, que recebiam uma ficha, e era uma loucura. Você saía de um município como Guarabira, chegava aqui e não tinha mais vaga. Então, hoje, as pessoas acessam o *site* da Funad e lá tem todos os passos. Se você precisa de uma reabilitação física ou de uma consulta para um diagnóstico, você acessa e vê que tem formulários que têm que ser preenchidos pela Atenção Básica. A criança, por exemplo, que uma escola suspeita que tenha autismo, ou deficiência intelectual, a mãe vai no *site*, tira esses dois relatórios e ela vai no serviço de saúde ou no médico que acompanha essa criança e na escola também para preencher e, no dia da marcação, ela anexa esses documentos a essa plataforma. Lógico que nós temos limite na quantidade de vagas, é um desafio enorme. Nós temos uma procura muito grande para pessoas com deficiência intelectual e pessoas com TEA. É a maior demanda, e é o nosso maior desafio. Então essa plataforma, geralmente, para marcar consulta, é no dia 1º de cada mês. As outras deficiências não, geralmente é muito mais tranquilo.

■ *Existe uma fila de espera?*

Na verdade, nós temos hoje no Estado uma rede de reabilitação, que não é apenas de responsabilidade da Funad, apesar de existir uma centralidade na Funad. Aqui em João Pessoa, nós temos dois serviços do município, que são habilitados pelo Ministério da Saúde. Nós temos o Centro de Inclusão, que é CER II, que atende pessoas autistas e com deficiência física, e nós temos o Instituto dos Cegos, que também foi habilitado. Então, em João Pessoa, existem três serviços na área de reabilitação habilitados pelo Ministério da Saúde, mas é lógico que existe uma centralidade muito grande ainda na procura do serviço da Funad. Existem 14 centros especializados de reabilitação no estado, a maioria de gestão municipal, habilitados pelo Ministério da Saúde. Então é muito importante

a gente ter essa dimensão. E, lógico, todos esses serviços são sobrecarregados e a Funad também. Nós só temos capacidade anual para atender em torno de 700 novos usuários no processo de avaliação. E já é muita coisa, já é uma capacidade instalada muito grande. A gente faz esse estudo a partir do mês de janeiro, porque a gente tem que considerar que nós temos uma quantidade extremamente significativa de usuários, mas tem sido muito crescente o número de usuários em atendimento. As nossas listas de espera, ainda bem que diminuíram muito, porque a gente trabalha hoje com plano terapêutico, ou seja, a pessoa, quando entra, já tem um termo de compromisso junto com a família e já tem consciência de que aquela intervenção tem começo, meio e fim. E é importante também compreender que o espaço de cuidado das pessoas com deficiência não é apenas os serviços especializados. Agora o Ministério da Saúde lançou um documento muito robusto, que aponta a atenção básica como a porta de entrada para as pessoas com TEA e deficiência intelectual. Muita gente acha que é o serviço de reabilitação. Não, o serviço de reabilitação é um dos pontos de atenção. Nós temos Caps (Centro de Atenção Psicossocial), nós temos a atenção básica e os serviços de reabilitação.

■ *É interessante falar que é uma intervenção por tempo determinado, porque às vezes as pessoas imaginam que vão ficar fazendo aquilo pelo resto da vida.*

É verdade, com certeza. A ideia não é institucionalizar as pessoas com deficiência. A ideia é que a gente tenha uma sociedade inclusiva e que, de alguma forma, essa pessoa possa acessar todos os serviços e tenha um projeto terapêutico nos serviços de reabilitação que tenha começo, meio e fim. Uma fisioterapeuta, por exemplo, que atende uma criança, ela sabe que tem um objetivo ali. Lógico que as famílias muitas vezes vêm com ansiedade, como uma pessoa que quer que a criança desenvolva a linguagem oral. A comunicação pode ser desenvolvida de diversas formas, mas muitas vezes a mãe quer que a criança fale, e, às vezes, dependendo da deficiência, ela pode não ter perspectiva de falar, mas de se comunicar bem.

■ *Para quem não mora em João Pessoa, tem Funad no interior?*

O Governo do Estado vem ampliando muito a rede de reabilitação. Tem um centro especializado de reabilitação semelhante à Funad em Sousa, que atende uma quantidade muito grande de pessoas. O Governo do Estado tem implantado Centros de Atendimento Autista (CAAs) através da Secretaria de Desenvolvimento Humano. Nós temos hoje o serviço de Itabaiana, que foi recentemente aberto, que é um CER II, que hoje atende pessoas autistas e, em algum momento, vai atender pessoas com deficiência. Tem o de Picuí, que, em algum momento, vai ser aberto. E hoje, em construção, temos o serviço de Esperança, que será um CER II em parceria com o Ministério da Saúde, o de Mamanguape e o de Itabaiana. É importante que a gente entenda que tem uma rede e que os serviços que o Estado implanta são regionalizados. Existe muitas vezes uma procura pelo ser-

viço no seu município. Geralmente, os serviços que o Estado implanta atendem a uma região de saúde.

■ *A Funad completou 35 anos, como você vê a evolução da fundação até hoje?*

Eu vejo uma coisa fantástica, que essa instituição tem uma história muito bonita. Ter uma Funad na Paraíba foi um privilégio, desde sua fundação. Desde o momento que a Funad foi instituída, já foi de forma muito diferenciada. Porque no Brasil as instituições voltadas para as pessoas com deficiência geralmente atendiam só uma área da deficiência, e grande parte dos serviços que existiam no país eram da sociedade civil, de organizações não governamentais. A própria política do Governo Federal, há alguns anos atrás, era por área da deficiência, reabilitação física, reabilitação intelectual. Mas a Funad, quando foi instituída, agregou já; no seu estatuto está muito claro isso: todas as áreas da deficiência. Além de trabalhar com três políticas estruturantes, que são saúde, educação e assistência. Ao longo desses anos, com certeza, a Funad tem agregado muito. Nós tivemos o privilégio também de recentemente ter uma reforma na instituição. A Funad é um órgão da educação, e nós temos serviços que são muito estruturantes para alunos que estão na rede de ensino. Então o CAP, o Centro de Apoio Pedagógico ao Aluno Cego, é aqui que funciona, qualifica, forma todos os profissionais da rede. O centro de atendimento à pessoa com surdez e o núcleo de altas habilidades e superdotação também. São estruturas que foram criadas através do MEC que foram incorporadas à Funad. Este ano, nós tivemos um projeto muito interessante, que foi a Assessoria de Educação Especial Itinerante, nas 16 regiões de educação, reunindo gestores escolares e profissionais para discutir o Plano de Educação Individualizado e também como os profissionais podem atuar em caso de crianças que entram em crise, por exemplo. A instituição vem também formando todos os cuidadores do estado e dos municípios. Nós tivemos uma parceria muito interessante com o Instituto Alpargatas esse ano, para qualificar diversos cuidadores. Então, eu sempre digo, além de ser um órgão assistencial, a Funad é também um órgão de fortalecimento das políticas públicas do Governo do Estado e dos municípios também. A Funad tem esse papel muito importante, que é de qualificar a rede e fortalecer a política pública, seja na área de saúde, de assistência ou de educação. É uma missão enorme. Nós temos também a Central de Interpretação de Libras (CIL), que tem um papel importantíssimo de atender as pessoas surdas que necessitam de serviços de saúde, assistência, que necessitam acessar o mercado de trabalho. Uma pessoa surda que precisa ir a uma entrevista de emprego, vem a CIL ou se comunica, e marca com um intérprete para acompanhá-la nessa entrevista. Uma mulher que vai para uma consulta no HU e não tem como se comunicar com o profissional, então marca na CIL. Nós também fizemos o censo da pessoa com deficiência, que foi na verdade um cadastro, com 36 mil pessoas, e a gente vai divulgar esses dados.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Formação cidadã deve ser contínua

Ações nos âmbitos estadual e municipais e de pesquisadores visam superar entraves para a valorização negra no ensino

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com



“Não deixo para falar de Zumbi dos Palmares somente em novembro. Falamos desde o começo do ano

letivo, porque temos muita coisa para aprender e ensinar”, reflete a professora Djanilda Pereira Barros, da rede municipal de João Pessoa. Apesar da força simbólica contida no Dia da Consciência Negra, para ela, a educação antirracista já não cabe apenas em datas comemorativas. Ela precisa ocupar o planejamento pedagógico, a formação dos docentes e, principalmente, o cotidiano das salas de aulas. Como professora do Ensino Básico, ela entende que também precisa estudar para dar conta da complexidade que é apresentar aos seus alunos novas camadas de uma cultura tão plural como a brasileira. “Estou me despidendo de algumas coisas que aprendi ao longo da vida para orientá-los de forma correta”, pontua.

Mais de 20 anos depois da Lei nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as escolas do país, a aplicação tem se mostrado mais complexa do que a teoria sugere. Incorporar a temática de forma transversal, empoderando os alunos ao longo do processo e em diferentes frentes (não apenas no âmbito histórico), demanda mais do que aulas especiais — exige ações permanentes, como a Paraíba vem fazendo ao construir, tijolo por tijolo, uma política pública inclusiva e comprometida com a diversidade. “Ainda não estamos onde gostaríamos, mas não podemos negar os avanços que tivemos”, afirma Aniely Mirtes, gerente operacional de Educação Indígena, Quilombo



Foto: Roberto Guedes

bola e para Comunidades Tradicionais e Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Estado da Educação (SEE-PB).

Diagnóstico

Na realidade, a Lei nº 10.639 trata-se de uma lei madura, porém com grande dificuldade de efetivação. Para entender o porquê, a SEE-PB aplicou, em 2023 e 2024, um questionário em mais da metade das 600 escolas da rede. O diagnóstico trouxe três grandes entraves. O primeiro é o próprio racismo estrutural. “As pessoas minimizam essa temática, até naturalizam. A gente sabe que isso vem de um processo histórico de racismo que, muitas vezes, nega sua própria existência”, explica Aniely. Segundo ela, isso atravessa toda a comunidade escolar, dos estudantes às famílias, passando pelos professores e gestores.

Já a segunda barreira é a falta de capacitação docente. E é aí que a SEE-PB tem concentrado grande parte dos esforços, ampliando o acesso a formações que ajudem os professores a traduzir o tema em prática pedagógica. Realizado em parceria com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba



Projeto na capital mostra autores negros a alunos e famílias

ba (Espep), o curso de Educação Antirracista é um dos exemplos mais recentes e marca o início de um movimento mais estruturado. A proposta faz parte do programa Educação Antirracista na Paraíba, que pretende capacitar, a partir de 2026, toda a rede estadual de ensino, oferecendo diversas trilhas de aprendizagem. “Caminhos Negros” é uma delas — um curso a distância que, segundo a gestora, será obrigatório para mais de quatro mil professores. Além da formação continuada, o selo “Minha Escola por uma Educação Antirracista” surge como um dos desdobramentos desse programa, reconhecendo as escolas que se engajam de forma consistente no tema.

Por fim, há uma limitação prática à efetivação da lei: a escassez de materiais didáticos atualizados. “Essa é uma

limitação que vem, também, do Governo Federal, já que os materiais são produzidos pelo Ministério da Educação [MEC]”, diz. Para reduzir essa lacuna, a Paraíba aderiu à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), que prevê a criação de conteúdos mais consistentes e adequados à realidade local. Enquanto isso, as próprias escolas paraibanas têm sido incentivadas a produzir seus materiais paradidáticos, com o apoio da gráfica da secretaria. “Temos escolas que já elaboraram cartilhas e projetos pedagógicos sobre educação antirracista. Nós, agora, estamos produzindo a da Escola Arlindo Bento, em Santa Luzia”, exemplifica Aniely.

Sutileza

Além desses três fatores, há

aspectos que escapam às planilhas e só aparecem na rotina escolar, nas conversas e até nos gestos entre professores e alunos. É nesse campo mais sutil, onde o racismo manifesta-se de forma silenciosa e persistente, que está parte do verdadeiro desafio. Para o professor Diego Reis, coordenador do grupo de pesquisa Travessias (@travessiasufpb), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o enfrentamento passa por reconhecer essas camadas menos visíveis. “Práticas racistas, muitas vezes naturalizadas, ainda aparecem em brincadeiras, linguagem, posturas e interações nas escolas e pré-escolas, atingindo diretamente as crianças negras desde a primeira infância”, aponta.

Segundo ele, superar esses obstáculos exige mais que boa vontade. É preciso transformar a educação antirracista em política estruturante, incorporada ao currículo, aos projetos político-pedagógicos e à cultura institucional das escolas.



Foto: Arquivo pessoal

Práticas racistas ainda aparecem em interações nas escolas, atingindo crianças negras desde a primeira infância

Diego Reis

“A atuação de toda a comunidade educativa também deve ser permanente”, acrescenta Diego. Essa análise é resultado da pesquisa “Racismo e Infâncias: Impactos, Desafios e Perspectivas na Educação Paraibana”, que mapeou lacunas na formação docente e identificou experiências inspiradoras já em curso na rede pública. A partir dela, foi possível elaborar uma cartilha educativa voltada à formação continuada de professores, com propostas para transformar o cotidiano escolar em espaço de aprendizado e enfrentamento ao racismo.

Com tiragem de 500 exemplares, a cartilha vem sendo trabalhada em rodas de conversa, oficinas e atividades com educadores e alunos, estimulando o uso de literatura afro-brasileira, jogos africanos e recursos audiovisuais em sala de aula. O impacto, segundo Diego, foi imediato, já que os professores começaram a refletir sobre suas práticas e a revisar o modo como abordam a diversidade. São pequenas mudanças que, aos poucos, modificam a dinâmica da escola e, com o tempo, a própria sociedade. “A ausência dessa formação contribui para a permanência de práticas racistas naturalizadas e para o apagamento histórico da presença negra na educação. O antirracismo não pode depender apenas de iniciativas individuais, mas precisa ser política permanente das redes públicas e privadas”, finaliza.



Por meio do QR Code, veja a cartilha produzida pela UFPB

Leitura é um caminho para reconhecer a história afro-brasileira

Um bom exemplo de como a educação antirracista pode ganhar forma está na Escola Municipal Carlos Neves da Franca, na Zona Sul da capital. Por lá, a professora Djanilda desenvolve um trabalho de representatividade e empoderamento ao apresentar às crianças autores negros e indígenas, além de heróis e histórias que fogem do óbvio. Cada leitura é cuidadosamente preparada para que as rodas de conversa tornem-se um espaço genuíno de troca. Assim, elas conseguem se reconhecer nas narrativas e compreender suas origens, além de compartilhar suas descobertas também com os pais.

Entretanto, embora o diálogo com as famílias seja parte essencial desse processo, nem sempre a recepção é fácil. Alguns títulos provocam resistência, principalmente quando abordam temas delicados, como questões de gênero, relações homoafetivas e morte. Mesmo assim,

a atuação da professora tem conseguido abrir espaço para conversas que antes eram impensáveis, exigindo sensibilidade para que o projeto siga adiante. Como resultado, ela já enxerga mudanças importantes no comportamento e na autopercepção das crianças. Aos poucos, meninas e meninos começam a se ver de outra forma, reconhecendo beleza e valor em suas origens. “Eles compreendem melhor sua história e suas particularidades. Não é um cabelo ‘ruim’; é um cabelo crespo que tem movimento e diz muito sobre mim. Existe, sim, um empoderamento de fala e senso crítico. E isso tem sido fantástico”, conta Djanilda.

As discussões expandem-se a partir das leituras, como quando a turma conheceu o livro infantil “Da minha janela”, de Otávio Júnior, e falou sobre pertencimento, favelas e desigualdade social. Mesmo os mais novos, de sete e oito anos,

participam com entusiasmo desses momentos, que contam com variadas formas de expressão, desde desenhos e poemas até pequenos textos, os quais revelam o que cada um entendeu da história. “O resultado desse trabalho é muito gratificante e surpreendente, principalmente quando a gente percebe que eles estão compreendendo, já na infância, o lugar do negro na sociedade”, finaliza a docente.

A experiência da professora também tem inspirado outras escolas. Com o apoio da Secretaria de Educação de João Pessoa, Djanilda vem levando suas contações de histórias afro-brasileiras para diferentes unidades do município. “É incrível ver um pai negro lendo um livro afro na frente da turma e terminando emocionado. É nessa hora que a gente percebe que está no caminho certo”, diz. Mesmo enfrentando desafios, desde o preconceito entre colegas até a falta de acer-

vo, ela segue firme, trocando livros, ideias e experiências.

População

O desafio de implementar a educação antirracista nas escolas é complexo e urgente, sobretudo em um estado como a Paraíba, que tem a diversidade enraizada em sua história. Além da presença de povos tradicionais, ciganos e quilombolas compondo seu mosaico étnico-cultural, 63,5% da população declara-se negra ou parda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há, portanto, muita ancestralidade no DNA de cada um dos 4,1 milhões de paraibanos — herança que precisa ser reconhecida e valorizada dentro das salas de aula. “É uma diversidade étnico-cultural imensa, que demanda um processo de interculturalidade, respeito e empatia”, reforça a gerente operacional Aniely Mirtes.

Mas será que todos os 223 municípios paraibanos já in-

corporaram a educação antirracista às suas diretrizes? Embora a adesão ainda não seja total, a Gerência Executiva de Diversidade e Inclusão da SEE-PB estima que cerca de 200 deles já participem de formações presenciais e virtuais voltadas ao fortalecimento da prática docente em sala, por meio do programa Alfabetiza Mais Paraíba.

Desse montante, um tem chamado atenção por sua política educacional “antirracista e quilombola” que, nas palavras de Aniely, serve de exemplo para os demais. Trata-se de Catolé do Rocha, no Sertão do estado. “Nós queremos realmente replicá-la. Por lá, estão sendo criadas tantas políticas e legislações que garantem a continuidade do projeto. E é isso que nós queremos como modelo para os municípios do estado da Paraíba”, crava. O objetivo é consolidar a educação antirracista como eixo estruturante da rede de ensino, garantindo que ela seja



Foto: Roberto Guedes

Os alunos compreendem melhor sua história. Existe, sim, um empoderamento de fala e senso crítico

Djanilda Pereira Barros

sustentada por políticas públicas permanentes, e não por governos.

SÍFILIS

Número de casos cresceu no estado

Taxa de detecção, em 2024, foi a maior desde 2010; ampla oferta de exames e mudanças de comportamento explicam

Carolina Oliveira
marquesdcoliveira.carolina@gmail.com

Infecção bacteriana de transmissão sexual, a sífilis tem avançado no Brasil. O fato é corroborado pelo “Boletim Epidemiológico de Sífilis”, publicado no mês passado pelo Ministério da Saúde. De janeiro de 2010 a 30 de junho de 2025, o país teve 1.902.301 casos de sífilis adquirida, e a taxa de detecção cresceu ao longo de quase toda a série histórica, atingindo o ponto mais alto em 2024, quando foram diagnosticados 120,8 casos a cada 100 mil habitantes. Já na Paraíba, de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2025, foram registrados 14.418 casos de sífilis adquirida. Em 2023, foram 1.681 casos. No ano passado, o número subiu para 2.290 — correspondente a uma taxa de detecção de 55,2 por 100 mil habitantes, a maior em toda a série histórica.

Neste ano, até o mês de junho, de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), houve 1.246 notificações de sífilis adquirida na Paraíba (taxa de 30,7 por 100 mil habitantes); 459 casos de sífilis em gestantes (taxa de 21,4 por mil nascidos vivos) e 94 casos de sífilis congênita (taxa de 4,4 por mil nascidos vivos). A infecção sexualmente transmissível (IST), que é exclusiva do ser humano, pode ser prevenida e tem diagnóstico, tratamento e cura disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS).

A infectologista Júlia Chaves explica que o número de casos de sífilis notificados deve-se, entre outros fatores, à maior oferta de exames para a detecção. “Hoje em dia, diferentemente de alguns anos atrás, todos os postos e unidades de saúde têm o teste rápido disponível”, afirma.

A médica também aponta que aspectos como o aumento da expectativa de vida, por exemplo, favorecem o prolongamento do período sexual ativo entre a população. “Como a principal forma de transmissão é a relação desprotegida, essa ampliação da vida sexual e o fato de que a sífilis se apresenta muitas vezes de forma assintomática são fatores que influenciam um maior intervalo de contágio, resultando em mais pessoas infectadas”, afirma Júlia Chaves.

Já o infectologista Fernando Chagas ressalta o impacto das mudanças comportamentais. “As novas formas de relações interpessoais e os aplicativos de encontros, por exemplo, facilitaram as relações entre as pessoas e, consequentemente, toda a dinâmica relacionada à questão sexual. Há também mais facilidade de se discutir a respeito. Muitos preconceitos já foram superados, embora ainda tenha tabus envolvidos”, analisa.

Fernando aponta que, apesar do avanço das discussões voltadas para a proteção e o acolhimento das pessoas infectadas, uma parcela grande da população expôs-se mais às ISTs. “Outro ponto é a facilidade da detecção. Por exemplo, na Paraíba, a gente teve muitos casos positivos porque também a gente pesquisou, testou e diagnosticou muitos casos”, afirma.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera, ain-

da, que o aumento mundial da quantidade de casos de sífilis tem sido relacionado a fatores como a baixa percepção de risco, o conhecimento limitado por parte da população sobre a doença, além do estigma que segue envolvendo as ISTs, o qual pode afastar as pessoas da busca por cuidado.

Sinais

A sífilis é uma doença silenciosa. A infectologista Júlia Chaves descreve que quem a contrai geralmente vê surgir algumas manchas avermelhadas na pele, as quais logo desaparecem. “Após duas ou três semanas, esses sinais não são mais visíveis. Passando despercebida a doença, a pessoa infectada e assintomática pode transmitir a sífilis para outros, até que seja testada”, alerta.

Quando uma possível exposição acontece, em uma relação sexual desprotegida, seja pela ausência de preservativo ou porque a camisinha rompeu, medidas profiláticas podem ajudar. “É preciso lembrar não só do HIV, mas da sífilis também. O DoxiPEP, que é um meio de Profilaxia Pós-Exposição para sífilis, pode ser usado até 72 horas depois [da relação sexual]”, destaca. A médica orienta que o medicamento em questão, a doxiciclina, deve ser consumido em dose única de dois comprimidos,



Foto: Arquivo pessoal

Com um diagnóstico precoce e o tratamento, evitam-se complicações. Então tem que se ter cuidado, prevenir e fazer exames de rotina

Júlia Chaves

Fases

Se o tratamento não for adequado, a infecção desenvolve-se em até quatro etapas; a fase tardia pode incluir lesões cutâneas e neurológicas

dos, para evitar contrair a IST. “E vale lembrar que, se você tem exposição, precisa fazer exames de rotina para checar se há contaminação com sífilis e com outras ISTs, como hepatite C, hepatite B, HIV”, complementa.

A infecção pode ter complicações. Júlia Chaves descreve que a sífilis pode “imitar” várias doenças, com a aparição de nódulos no corpo inteiro e até a “simulação” de sinais e sintomas de câncer. “Nesses casos, só com a biópsia é que se faz o diagnóstico. Isso ocorre se a sífilis ficar terciária, ou seja, tardia. Com um diagnóstico precoce e o tratamento, evitam-se complicações. Se você voltar a se expor sexualmente, pode contrair novamente. Então tem que estar sempre de olho, ter o cuidado, prevenir e fazer exames de rotina”, comenta.

A manifestação dessa IST pode ocorrer em quatro fases: primária, secundária, latente e terciária. Os sintomas da fase primária costumam surgir de 10 a 90 dias após o contágio, com ferida localizada, podendo ser acompanhada de ínguas na virilha. Já os sinais da etapa secundária, como manchas avermelhadas no corpo, nas palmas das mãos e nas plantas dos pés, surgem de seis semanas a seis meses após a primeira lesão. Se passarem despercebidos e desaparecerem, mesmo sem tratamento, esses quadros podem evoluir para a fase latente, que é assintomática. Por fim, de acordo com informações do Ministério da Saúde, a forma terciária ou tardia da sífilis ocorre quando a doença não é tratada adequadamente. Isso impõe riscos, já que complicações graves, como lesões cutâneas, ósseas, cardiovasculares e neurológicas, estão passíveis de surgir.

Testes gratuitos estão disponíveis em Unidades Básicas de Saúde

De janeiro a setembro deste ano, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de João Pessoa, foram notificados 1.224 casos de sífilis adquirida na capital, sendo 862 em pessoas do sexo masculino e 362 do sexo feminino. Além disso, também foram registrados 377 casos de sífilis em gestantes e 85 casos de sífilis congênita, que ocorre quando a mãe, não tratada, passa a infecção para o bebê durante a gravidez ou no momento do parto.

A rede municipal de saúde de oferta, nas unidades de saúde da família (USFs), o tratamento com aplicação de penicilina benzatina para pessoas com sífilis. “Para ser atendido, o usuário deve se dirigir à sua USF de referência e lá poderá realizar a testagem e o tratamento, conforme necessidade”, afirma a gerente de Vigilância Epidemiológica, Danielle Melo.

Além das USFs, o Serviço de Assistência Especializada em HIV/Aids e Centro de Testagem e Aconselha-

mento em ISTs (SAE-CTA) também disponibiliza testes rápidos e ações de prevenção contra a sífilis. O local é referência no atendimento e acompanhamento às pessoas com ISTs no município de João Pessoa. O SAE-CTA está localizado na Policlínica Municipal de Jaguaribe, na Avenida Alberto de Brito, nº 411, em Jaguaribe. O horário de funcionamento é das 7h às 16h30, de segunda a sexta-feira.

Capazes de detectar a sífilis, e também hepatite B, hepatite C e o vírus HIV, os testes estão disponíveis em todos os postos e em todas as Unidades Básicas de Saúde do país, e podem ser feitos sem a necessidade de solicitação médica. O infectologista Fernando Chagas explica que quem já teve sífilis alguma vez pode obter um teste positivo. “Faz-se um outro teste que confirma se é sífilis mesmo ou se é só uma sorologia positiva porque a pessoa já teve a doença. E o tratamento é todo gratuito, você não precisa comprar nada. A

penicilina benzatina, se possível, já é aplicada na hora, para a gente garantir que a pessoa fique curada”, conta.

O infectologista destaca que os parceiros, parceiras ou pessoas com quem se tenha relações sexuais com frequência também devem ser testados e, se necessário, tratados. “Não adianta você se tratar, curar completamente a sífilis, se a outra pessoa está com a bactéria e passa para você na próxima relação sexual. Já que, quando você pega a sífilis, não adquire imunidade contra ela, podendo contrair de novo se for exposto”, ressalta.

Para facilitar e ampliar o diagnóstico, o Ministério da Saúde disponibilizou acesso ampliado ao Teste Rápido Combo HIV/Sífilis, que identifica simultaneamente as duas infecções. Em 2025, a oferta aumentou em mais de 40%, totalizando 6,5 milhões de unidades. O exame permite o tratamento imediato, e é essencial para interromper a transmissão, inclusive entre as gestantes.

Transmissão vertical é uma preocupação entre as gestantes

O levantamento do Ministério da Saúde apontou também que as menores taxas de detecção de sífilis em gestantes no ano de 2024 foram registradas em estados da Região Nordeste, como Piauí (18,8 casos por mil nascidos vivos), Maranhão (19,1 casos por mil nascidos vivos) e Paraíba (19,4 casos por mil nascidos vivos).

A médica ginecologista e obstetra Kezia Navarro alerta que, durante a gravidez, a sífilis torna-se preocupante porque pode ser transmitida para o bebê pela placenta, o que é conhecido como “transmissão vertical”. Esse cenário causa a sífilis congênita, que pode levar a complicações como aborto espon-

tâneo, parto prematuro, malformações, surdez, cegueira e até mesmo morte ao nascer. “O pré-natal é fundamental para garantir a saúde da gestante e do bebê. Durante o acompanhamento, são investigadas e identificadas precocemente condições que podem trazer riscos, como é o caso de infecções como a sífilis”, declara.

Uma das principais análises utilizadas na triagem da sífilis é o VDRL — sigla, em inglês, para “Venereal Disease Research Laboratory”, ou “estudo laboratorial de doenças venéreas”, em tradução livre. Parte dos exames pré-natais, o teste é feito a partir da coleta de amostra de sangue e possui indicação para diagnosticar

a doença e acompanhar o tratamento.

A ginecologista e obstetra ressalta que o pré-natal deve incluir testagem para sífilis em momentos distintos da gestação e que o tratamento é simples, com penicilina benzatina e duração estimada de três semanas, a qual é segura para gestantes. “[Essa] é uma doença muito fácil de diagnosticar e de tratar, além de ser previsível. Apesar da facilidade e acessibilidade do tratamento, a sífilis ainda é um problema de saúde pública no Brasil, o que demonstra a importância de realizar pré-natal de qualidade, com testagem em tempo oportuno, tratamento adequado e acompanhamento do parceiro”, conclui Kezia.

Foto: Leonardo Ariel



Uso de preservativo é a principal forma de prevenção à sífilis; contudo, é possível recorrer à Profilaxia Pós-Exposição se a relação for desprotegida

PELOS CÉUS PARAIBANOS

Como operam os vigilantes aéreos

Militares do Grupamento Tático Aéreo relatam treinamentos, ocorrências marcantes e a formação de novos operadores

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

O verão só começa, oficialmente, no dia 21 de dezembro, mas as estradas movimentadas e as praias cheias do Litoral indicam que o período já é de bastante trabalho para quem ocupa os céus do estado. Para o Grupamento Tático Aéreo (GTA) da Paraíba, essa é uma temporada de missões especiais, onde o erro não cabe. Quem observa, do solo, não enxerga as exigências do extenuante treinamento a que o efetivo é submetido para enfrentar a rotina de sol, mar, resgates e emergências.

Com os dois helicópteros Acauás (aeronaves modelo Esquilo, uma B2 e outra B3), e uma equipe de 45 pessoas, entre pilotos e operadores aerotáticos — que ficam pendurados nas laterais dos veículos —, as missões envolvem risco e uma preparação para múltiplas tarefas. São atendimentos aeromédicos, buscas, salvamentos de acidentes viários, afogamentos no mar e apoio às operações das Forças de Segurança em terra. Para quem entra no GTA, a dureza desse preparo compara-se apenas aos níveis de cobrança



Fotos: GTA/Arquivo

A bordo dos helicópteros Acauás, pilotos e operadores aerotáticos são acionados para resgates e missões policiais, entre outros casos

dos militares do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope).

“O treinamento é intenso, porque possibilita habilitar o operador a fazer todas as atividades que a gente faz”, explica o coronel Carlos Nascimento, comandante do grupamento. Oficial da Polícia Militar do estado (PMPB)

desde 2000, piloto formado em 2015 e à frente da unidade desde 2022, ele acumula experiência em operações aéreas, policiamento e coordenação de equipes especializadas. Atualmente, o coronel tem atuado para ampliar os treinamentos internos e fortalecer a integração com outros órgãos e corporações, em

um modelo de atuação multissetorial que marca o GTA.

Rigor e esforço

Para estar ali, contudo, não basta vontade. O processo seletivo é exclusivamente interno e rigoroso. Operadores aerotáticos precisam ser praças da Polícia Militar (ou seja, sargentos,

cabos ou soldados), do Corpo de Bombeiros ou agentes da Polícia Civil da Paraíba (PCPB). Pilotos, por sua vez, devem ser oficiais ou delegados. Depois das etapas de saúde, testes físicos e avaliações preliminares, vem o curso, que dura cerca de 60 dias para os operadores. É ali que se aprende tudo: res-

gates, salvamentos, ocorrências policiais, transporte aeromédico. Treinamento que não tem pausa.

O coronel cita, sem rodeios, os casos que marcam a trajetória coletiva. Como quando uma criança em afogamento na Praia do Sol, em João Pessoa, foi resgatada com apoio médico e conseguiu sobreviver sem sequelas. Ou, ainda, as operações conjuntas com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) em acidentes automobilísticos nas estradas federais. “Quando a gente faz o transporte de alguma pessoa, talvez seja o momento mais difícil da vida dela. E a gente está trabalhando para ajudá-la”, comenta Carlos.

Muitas dessas missões chegam ao GTA por meio de um convênio com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Quando o quadro clínico indica que o tempo é um adversário — as chamadas “janelas” de parada cardíaca ou acidente vascular cerebral (AVC) —, o aviso chega por um grupo de WhatsApp. A equipe médica desloca-se até o hangar, embarca e parte. Já são cerca de 500 horas de voo por ano, um volume muito alto, segundo o coronel.

Sonho de voar move gerações de agentes que ingressam na unidade

Para muitos, o início desse caminho aos céus da Paraíba está no impulso mais simples: o sonho, que o coronel Carlos Nascimento reconhece nos olhos das crianças que se aproximam dos helicópteros. “Eu fui uma dessas crianças”, conta. “Vi uma apresentação da Esquadrilha da Fumaça. Fiquei olhando, desejando aquilo, mas, como venho de um outro estrato social, morava na periferia, aquilo era inatingível para mim”, complementa o pessoense de 47 anos. Apesar de, àquela época, ter-lhe parecido impossível, hoje o coronel forma oficiais com o mesmo sonho. Um deles é o subtenente Igor Souza, aerotático do GTA.

“A primeira vez que vi a aeronave sendo empregada numa ação foi em 2014”, lembra Igor. Aquele era o ano inaugural do GTA, que só em 2015 foi regulamentado dentro da estrutura da Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba (Sesds-PB). O subtenente trabalhava na Força Tática de Cabedelo, quando o helicóptero sobrevoou a viatura onde ele estava e virou de lado, expondo, bem próximo, o operador na porta. “Eu olhei e pensei: é isso que eu quero fazer”. O desejo, no entanto, vinha de mais longe.

Nascido e criado no bairro de Mangabeira, na capital, junto à sua mãe, que trabalhava em serviços gerais no Sesc, Igor encontrou na vida militar um caminho. Serviu no Exército, fez concurso para soldado em 2008, formou-se em 2009, virou sargento e, de-



Em 2015, o GTA foi incorporado à estrutura da Sesds-PB

pois, subtenente. O interesse pela aviação o acompanhava desde o início, quando ele queria servir na Aeronáutica — mas aquele também era, como diz Igor, “um sonho distante”.

Marcas

Depois de insistir para receber o treinamento de ingresso no GTA, o subtenente foi selecionado para uma formação em Alagoas. Mesmo para um militar formado nos quadros do Curso de Operações Especiais (Coesp), a experiência foi trágica. Em uma das instruções, no ano de 2015,

houve um acidente com aeronave que resultou na morte de todo o efetivo envolvido: piloto, copiloto e dois operadores.

Em outro momento, um aluno sofreu uma parada cardíaca durante uma lição de salvamento aquático e também morreu. Essas perdas deixaram uma marca profunda em todos que participaram do curso e reforçaram a gravidade e o risco da formação. Depois de vivenciar tudo aquilo, a natureza das operações mudou a forma como o subtenente enxerga o trabalho.

Momentos de reconhecimento e admiração trazem oportunidade

Entre as ocorrências que o marcaram, Igor Souza cita o dia em que uma criança desapareceu no mar, em Lucena. “Tenho essa cena da criança saindo, a gente tirando-a da água, praticamente sem vida”. O subtenente conta que os operadores iniciaram os procedimentos de socorro até a chegada da equipe médica, na expectativa de reverter o quadro, mas a vítima não resistiu.

Ele menciona também o transporte de um companheiro baleado, levado com rapidez ao Hospital de Trauma da capital. “É sempre algo que mexe mais com você, porque você sente na pele. Não tem essa de coração frio”, afirma. As histórias pessoais, porém, não diminuem a lembrança dos que cresceram olhando para cima. Entrar para o GTA, contudo, exige mais do que admiração.

Assediado por crianças sempre curiosas, o coronel

Carlos Nascimento oferece a mesma orientação: estudar e mirar nas carreiras que permitem chegar ao grupamento. “Digo a essas crianças que elas devem manter o foco dos estudos, não desistir de ingressar na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros ou na Polícia Civil, que é isso que possibilita estar no grupamento”, aponta.

No dia a dia, Igor repete esse gesto. Acostumado a ser parado por crianças e adultos “deslumbrados” com o helicóptero pousado, ele aproveita cada abordagem para aproximar e orientar os menores. “Eu utilizo isso para dizer: ‘E aí, como é que você está estudando? Está sendo obediente?’”, relata o subtenente, acrescentando que também busca combater a visão do policial como uma ameaça. Para ele, o aceno das crianças quando os helicópteros sobrevoam a orla é um dos sinais mais visíveis dessa aproximação.

Aos militares que já tri-

lham esse caminho, o desejo de chegar ao grupamento funciona quase como bússola. Entre resgates, treinamentos e o lançamento de mais uma Operação Verão para a alta temporada, forma-se uma mesma imagem que, em algum momento, moveu quem hoje ocupa as portas e os comandos das aeronaves e que continua, de certo modo, abrindo caminhos de quem vê, de quem voa e de quem pode precisar do Grupamento Tático Aéreo da Paraíba.

■ Por meio de seu trabalho, o subtenente também busca desfazer visão negativa que algumas pessoas mantêm sobre policiais



O transporte aeromédico é outro importante serviço desempenhado pelo grupamento

PIRPIRITUBA

Agenda valoriza fé e cultura local

Para a Rota Cultural Raízes do Brejo, município planeja atividades que destaquem religiosidade e talentos da terra

Maria Beatriz Oliveira
obeatriz394@gmail.com

Localizado a cerca de 100 km de João Pessoa, o município de Pirpirituba prepara-se para receber a Rota Cultural Raízes do Brejo de 2025. O circuito itinerante — promovido pelo Fórum Regional de Turismo Sustentável do Brejo Paraibano (FRTSB-PB), em parceria com o Governo do Estado — chegará à cidade em 5 de dezembro e seguirá até o dia 7, com uma programação de atividades que destacam a religiosidade interiorana e valorizam os artistas locais.

Como explicou a secretária de Cultura e Turismo de Pirpirituba, Raíssa Fernandes, a etapa local da Rota Cultural Raízes do Brejo foi planejada a partir da integração de diferentes órgãos e setores sociais, com o objetivo de fomentar os talentos e os potenciais da terra. “Nós nos preparamos ao longo de todo o ano para receber a rota. Ela é resultado de um trabalho conjunto entre as secretarias de Cultura e Turismo, Educação, Desenvolvimento Social e Agricultura. Atuamos na

promoção do empreendedorismo, apoiando artesãs e artistas locais durante o ano inteiro, para que o evento seja a culminância desse processo, destacando o que há de melhor em nosso município. Nosso teatro, por exemplo, tem direção de um artista pirpiritubense, e todo o elenco é formado por pessoas da cidade, o que reforça a valorização da nossa cultura local”, apontou Raíssa.

De acordo com a representante da Prefeitura Municipal, a agenda de atrações elaborada para o festival reflete o que foi desenvolvido, ao longo do ano, em reuniões, oficinas e ações de incentivo aos artistas participantes. “Temos mestres da madeira, como Antônio Trajano, bonequeiro e escultor, e é essencial dar visibilidade a esse trabalho durante o evento, que valoriza a cultura local. Promovemos encontros para que a população compreenda a importância de unir cultura e turismo. Além disso, esse é um período festivo, próximo ao aniversário da cidade, o que reforça a celebração da nossa identidade cultural”, salientou, referindo-se às comemorações da emancipa-



Fotos: Divulgação/Prefeitura de Pirpirituba

Conforme a secretária municipal de Cultura e Turismo, cidade prepara-se ao longo de todo o ano para receber o circuito itinerante

ção política de Pirpirituba, em 4 de dezembro.

Além das artes e da cultura, a secretária de Turismo ressaltou que outros grandes

atrativos turísticos da cidade terão espaço na programação, como as experiências de aventura e a gastronomia. “A rota inclui nossas casas de farinha,

restaurantes rurais e trilhas, pois o turismo, aqui, é essencialmente rural e de aventura. Valorizamos também o turismo gastronômico, com

pratos típicos, como galinha de capoeira, buchada, banana, abacaxi e mel, que representam nossas raízes e nossa história”, concluiu.

Atrativos da programação incluem shows, exposições e missa

A abertura oficial do Raízes do Brejo em Pirpirituba está prevista para as 20h de 5 de dezembro (sexta-feira), na Praça da Cultura, onde será apresentado o espetáculo “Um Canto de Fé”, que exalta a forte tradição religiosa da cidade. Já o cantor Tinho Santos ficará encarregado do show de encerramento da noite.

Durante os três dias de evento, o público participante poderá visitar a exposição gastronômica e de artesanato Gente na Feira, aberta a partir das 18h. A mostra Janelas da Criação, composta por obras de artistas plásticos locais, também estará em exibição por todo o período do festival, na Câmara Municipal de Pirpirituba.

Outro destaque da agenda é a apresentação “Poesia e Viola”, que une a arte da viola ao repente e à literatura de cordel. A performance ocorrerá às 7h do dia 6 de dezembro (sábado), na Feira Livre. Às 11h, a programação segue para a Zona Rural pirpiritubense, com o evento culinário Sabor Rural, promovido no Restaurante Fa-



Festival abrirá espaço para grupos e artistas pirpiritubenses

mília Chico. A grande atração da segunda noite de rota cultural será o Pagode na Praça, reunindo os grupos Pagode do Meu Agrado, Pagode do Brás e QPagode para animar visitantes e moradores do município com sucessos de um dos ritmos mais tradicionais do país, o samba.

O último dia do Raízes do Brejo em Pirpirituba vai reverter a fé cristã da cidade,

que tem no turismo religioso um de seus principais atrativos, destacando-se pela Festa de São Sebastião, em 20 de janeiro, e pela Festa do Rosário, realizada em outubro — ambas marcadas por missas, procissões e shows de artistas de renome regional e nacional.

As atividades do dia 7 de dezembro (domingo) começarão, assim, com a celebração de uma missa no Santuário Nos-



sa Senhora de Fátima, às 10h, seguida do Almoço de Domingo no Restaurante Rural Café na Fazenda, que oferecerá pratos típicos do Brejo paraibano.

No período da tarde, a Praça da Cultura será palco do Tardezinha no Asfalto, com a realização de competições esportivas e atividades físicas ao ar livre. Encerrando o evento, haverá, no mesmo local, a partir das 16h, o Show de Talentos, que abrirá espaço para que talentos locais apresentem seus trabalhos e expressem a riqueza e a diversidade cultural do município.

■ O turismo religioso é uma das maiores atrações de Pirpirituba, que realiza as festas de São Sebastião e do Rosário

Emancipação política será celebrada com corrida de rua

Como lembrou a secretária de Cultura e Turismo de Pirpirituba, a chegada da Rota Cultural Raízes do Brejo de 2025 na cidade ocorre em um momento especial: a celebração dos 72 anos de emancipação política do município. Até 2 de dezembro de 1953, Pirpirituba era considerada um distrito de Guarabira, conquistando sua autonomia administrativa dois dias depois, em 4 de dezembro.

Para marcar a data, as comemorações começam, no próximo dia 4, com a tra-

■ A competição esportiva, que ocorrerá em 4 de dezembro, vai oferecer premiação em dinheiro para os três primeiros colocados

dicional Corrida da Emancipação de Pirpirituba. A competição esportiva, que já se tornou símbolo do aniversário da cidade, contará com um percurso de 5 km, passando pelas principais ruas locais. A corrida reúne moradores e atletas em um momento de confraternização e celebração da história pirpiritubense.

As inscrições para os moradores da cidade são gratuitas, e a competição oferecerá premiação em dinheiro para os três primeiros colocados, além de troféus para os cin-

co melhores corredores, nas categorias Local e Visitante. Todos os competidores receberão medalhas de participação, reforçando o caráter inclusivo e festivo do evento.

Patrimônio

Neste ano, o Raízes do Brejo foi oficialmente reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Paraíba, por meio da Lei nº 13.944/2025, consolidando-se como uma importante iniciativa de incentivo ao turismo e à cultura no interior paraibano. O projeto

mobiliza 10 municípios do Brejo, os quais, desde outubro, vêm se revezando na promoção de agendas locais com atrações em arte, música, gastronomia, artesanato e expressões culturais típicas da identidade brejeira, atraindo tanto moradores quanto visitantes de diversas regiões.

Além de abranger diferentes manifestações artísticas, o festival ocupa variados espaços nas cidades participantes. Em Pirpirituba, por exemplo, a programação vai se espalhar por

restaurantes, feiras livres e praças públicas, transformando esses locais em pontos de celebração coletiva.

Em 2025, o circuito já passou pelas cidades de Lagoa de Dentro, Alagoinha, Serra da Raiz e Dona Inês. Hoje, conclui sua agenda de atrativos em Juarez Távora, de onde segue para Guarabira (de 28 a 30 de novembro). Depois de Pirpirituba, a rota chegará a Belém (12 a 14 de dezembro), Duas Estradas (19 a 21 de dezembro) e Pilõezinhos (26 a 28 de dezembro).

GRATUITO

Reflexões no trapézio.

A peça “Nove Tentativas de Não Sucumbir” tem apresentação única hoje, no Theatro Santa Roza

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

O que nos move a continuar tentando, mesmo diante de tantas incertezas? “Entanto lutamos, mal rompe a manhã”, disse um dia o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), no poema “O lutador”, a respeito de sua luta vã na lida com as palavras. Dos palcos, após anos de pesquisa sobre a arte do trapézio, a companhia circense pernambucana Devir, formada pelos atores João Lucas Cavalcanti e Vitor Lima, formula resposta(s) para o dilema ao misturar teatro, circo, audiovisual e bom humor, transmutando a prática do picadeiro em atuação metafórica nos tabladados. Sob a direção do dramaturgo francês Jean-Michel Guy, *Nove Tentativas de Não Sucumbir – Uma Peça de Trapézio* (classificação 12 anos) é a atração de hoje, às 19h, no Theatro Santa Roza, no Centro da capital.

O espetáculo gratuito (os bilhetes serão distribuídos a partir das 18h no local) é promovido pela Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesco), como parte de mais uma edição do Circuito Cardume. Após a apresentação, haverá uma roda de diálogo com a plateia acerca, entre outros assuntos, da trajetória da companhia. Tanto a apresentação quanto a roda de diálogo contam com acessibilidade em Libras.

“Na dramaturgia, algumas questões vão ser tratadas”, adianta o produtor da peça, Diocélio Barbosa. “Tem algumas metáforas, releituras outras para além da técnica. Esse é um circo que a gente chama de ‘contemporâneo’; vai mais pra essa pegada de trazer significados outros pra discutir em cena”, completa.

Altos e baixos

Normalmente, os sistemas de investida no trapézio em balanço funcionam em altura definida e fixa. Não é o caso em *Nove Tentativas de Não Sucumbir*. “A gente trabalha em várias alturas. É uma pesquisa bem variada”, afirma João Lucas.

Intercambiando dança e, sobretudo, teatro, a dupla já idealizava a peça havia um bom tempo, intendendo trabalho técnico e vontade de perpetuar o circo em lugares outros. Os dois conheceram o diretor Jean-Michel Guy nos idos de 2015 e desde então passaram a construir cenários de possibilidade para o espetáculo.

“Ele curtiu muito nosso trabalho, nossas ideias, o que a gente queria trazer pra cena na criação contemporânea”, atesta João. “Fomos articulando isso e realmente ia ser feito antes da pandemia. Por conta do isolamento, acabou que a gente

só conseguiu realmente concretizar o espetáculo em 2023”.

Toda a ideia partiu do impulso crítico à padronização dos corpos, quer sejam os da vida diária ou aqueles que se movimentam sob a lona. No chamado “duo portagem”, situação em que uma dupla de acrobatas realiza movimentos no mesmo aparelho — um deles sempre servindo de base para o outro executar os passos aéreos —, por exemplo, é comum vermos um homem muito forte acompanhado por uma menina mais magra e de menor estatura.

Somado a questões de sexualidade, o aspecto físico dos atores, destoante à norma, foi mais um elemento de inquietação pungente. “Somos dois homens que têm mais ou menos o mesmo peso e altura. Todo lugar em que a gente passava, dizia-se que a gente não era muito o perfil, digamos assim, dessa modalidade. Foi um mote, *a priori*, para a criação”.

Diante de tais impressões, o núcleo forte da proposta foi se desenhando a partir das ideias de resistência e persistência. Era importante e plausível ao duo pensar o não importar-se com o padrão social vigente para o bem do espetáculo — o persistir nos é apresentado como importante para o autocohecimento e força-motriz ao não sucumbir diante dos altos e baixos do dia a dia.

O tecido acrobático foi uma das primeiras experiências dos artistas. Deslumbrados com a arte, partiram para a Escola Nacional de Circo Luiz Olimecha, no Rio de Janeiro, uma das maiores formações em nível profissionalizante já realizadas pela dupla, de acordo com Cavalcanti.

“Com os professores de lá, com as indicações e tudo, a gente acabou se interessando mais pelo trapézio em específico para essa pesquisa. Porque no tecido havia várias coisas técnicas e também imagéticas, poéticas, com as quais a gente não estava mais se identificando”, diz o ator. “Então partimos para o trapézio e lá foi o grande início do projeto. Começou assim, como uma modalidade bem acrobática, onde Vitor era o portô e eu, o volante. E a gente começou a querer subverter isso”.

Na suspensão do tecido, os aerialistas são também chamados de “portô” ou aparador (do francês: *porteur*) — o membro de base — e “volante” ou *“ágile”*, o mais ágil e pronto para o voo. “Como seria se a gente trocasse? Se eu virasse portô e o Vitor, volante? Então a pesquisa veio desse lugar de tentar desvirtuar o que já era tão tecnicamente rígido no circo”.

O fato de terem pesos semelhantes também fez com que pu-

dessem experimentar outras coisas. “Não pode trocar porque a pessoa se prepara muito tempo para aquilo. E isso é compreensível também, mas hoje em dia a gente vê que não é bem assim”, justifica João Lucas.

Apesar de contar com trilha sonora e jogos de iluminação, o cenário da história é minimalista. “Temos uma corda lisa também, que é um outro aparelho de circo. E temos um baú, que a gente utiliza para alguns elementos de cena, mas não mais do que isso”.

Desse modo, a evidência é posta nos atores, que não saem de cena em momento algum do espetáculo. As nuances evocadas e a escassez de objetos cênicos, segundo João Lucas, permitem fazer com que o público exercite o poder da imaginação, em viagem por diferentes universos.

“É uma experiência bem diferente do que as pessoas têm normalmente quando vão ao circo. É realmente algo um pouco diferente, porque realmente tem esse cruzamento com as outras linguagens. As pessoas se surpreendem, acham que tem que ser uma coisa muito séria e densa, e aí quando vê tem a comichidade”.

Desconstruindo estereótipos, *Nove Tentativas de Não Sucumbir – Uma Peça de Trapézio* descobriu, e continua a descobrir, sua linguagem no devir dos processos. Pesquisa e criação interpõem-se para mostrar que um trapezista não é só “aquele cara que voa”.

“A gente convida todo mundo a vir experimentar que circo é esse, que experiência é essa, e trazer um pouco de poética dentro desse lugar, de uma poética que fala, que grita, que é parte da vida de todo mundo. No caso da gente, falamos isso através do artista, o herói que não desiste, na difícil luta de fazer arte no Brasil. É essa a nossa missão também: trazer um circo que vai além da técnica e um circo que pode falar de temas urgentes”.

ONDE:

■ THEATRO SANTA ROZA (Praça Pedro Américo, s/n, Centro, João Pessoa).

O artista é um herói que não desiste da árdua luta de fazer arte no Brasil, na visão da dupla que trabalha a ideia no espetáculo

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | Colaborador

O realismo encantado de Josafá de Orós

As xilogravuras têm uma identificação tão forte com a cultura nordestina que muitos se espantam quando descobrem que não foram inventadas no Brasil mas do outro lado do mundo, na China. Elas se tornaram conhecidas pelo menos desde o século 6.

Os chineses são os responsáveis por grandes invenções que revolucionaram a história da humanidade como a bússola, a pólvora, a impressão e o papel. Sem o papel não haveria os livros e sua imensa capacidade de transmissão de conhecimento. Sem o papel também não existiriam as cartas, os jornais, as revistas e toda uma sorte de coisas que podem ser impressas, desenhadas ou escritas neles.

Antes de sua invenção, os registros eram feitos em outros tipos de materiais. Geralmente mais difíceis de manejar, caros e de certa forma complicados de produzir. Como os pergaminhos à base de pele de animais e os papiros do Egito, elaborados a partir da haste de uma planta que levava o mesmo nome.

O papel possibilitou o desenvolvimento de diferentes ramos da arte, nos quais podemos incluir as xilogravuras. No início elas foram usadas para ilustrar textos budistas. A técnica do entalhe em madeira para impressão chegou à Europa, em especial na Itália e Alemanha, no período medieval, resultado das rotas comerciais estabelecidas entre o ocidente e o oriente. As xilogravuras continuaram a ser usadas em ilustrações religiosas, mas dessa vez aplicadas a temas cristãos. Além disso, elas foram essenciais para a construção de livros esculpidos em pranchas de madeira, muito comuns antes do surgimento da prensa tipográfica. O aparecimento da tipografia não tornou as xilogravuras obsoletas, pelo contrário, ambas se integraram perfeitamente. O que apenas promoveu a maior circulação de conhecimentos, de imagens religiosas e o refinamento da técnica.

No Brasil, é na cultura popular nordestina que as xilogravuras vão ganhar um lugar de destaque. São elas que dão forma visual aos livros de cordel, gênero literário bastante popular no Nordeste. A escolha passa por questões estéticas e materiais. Isso porque a madeira era mais acessível e barata, permitindo que se produzissem tiragens rápidas e um efeito visual que casava bem com o estilo narrativo característico do cordel.

As xilogravuras passaram a compor o imaginário coletivo nordestino, ajudando a criar a imagética de personagens importantes para a cultura regional, de heróis, de mitos e figuras políticas. Grandes nomes dessa arte, como J. Borges e Amaro Francisco, entre outros, devem ser vistos como construtores de narrativas. As imagens criadas por eles possuem uma força simbólica que muitas vezes ganha vida para além do texto escrito, constituindo um campo próprio.

É importante lembrar que a xilogravura também se apresenta como uma arte independente. Muitos xilógrafos produziram trabalhos estéticos fora do universo do cordel. Nomes como Gilvan Samico, J. Borges, Mestre Noza, José Altino e Josafá de Orós são alguns representantes dessa tradição.

Nos últimos tempos observo com curiosidade a obra de Josafá de Orós. O artista cearense, radicado na Paraíba, é dono de uma linguagem peculiar. Uma plasticidade quase teatral, que alia a intensidade do simbolismo tradicional da cultura nordestina com o realismo da vida social contemporânea. Entre os variados temas de suas xilogravuras tenho apreço especial àquelas que tratam de atividades de trabalho pouco valorizadas, como o corte de cana e a colheita de algodão.

Josafá de Orós criou uma série de xilogravuras belíssimas sobre a feira de Campina Grande. Com um olhar apurado que se debruça sobre as sociabilidades, o artista revela traços do cotidiano, da vida e da cultura. Como um antropólogo que escreve sua etnografia não com palavras mas a partir de fragmentos de imagens que são lapidados na madeira, impressos no papel e retirados do campo da efemeridade através do poder universalizante da arte.

Em Josafá forma e história se misturam, assim como a política, a tradição e o imaginário cultural, o que não costuma acontecer como reprodução da tradição. O artista expõe as vísceras do mundo numa recusa franca e aberta que, muitas vezes, aponta para a impossibilidade de harmonia em relação à realidade. É uma obra que se realiza através do estranhamento, não aquele que nos faz viver a lógica dos nativos — como pensam alguns antropólogos —, mas que é capaz de desordenar, por um momento, a lógica dominante.

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
klebmaux@gmail.com | Colaborador

Tradição, modernidade e estética orquestral

O sinfonismo descritivo é uma das características do compositor, musicólogo, pianista, violista e violinista italiano Ottorino Respighi (1879–1936). Ele conciliava o rigor técnico da orquestração moderna com o resgate criativo das tradições musicais italianas. Embora inserido em uma realidade marcada pelo experimentalismo e pela ruptura estética, optou por uma via de síntese entre passado e presente, consolidando-se como um dos principais representantes do neoclassicismo italiano por meio de sua reinvenção expressiva. Esse percurso revela seu posicionamento estético diante das transformações culturais dos séculos 19 e 20.

A formação do compositor determinou a criação de um estilo híbrido, no qual impulsionou a revitalização sinfônica italiana após séculos de predominância operística. A orquestração de Respighi adquiriu robustez e visibilidade internacional por meio da Trilogia Romana: “Fontes de Roma” (1916); “Pinheiros de Roma” (1924) e “Festas romanas” (1928). Nessas obras, o compositor transforma paisagens, monumentos e tradições da Cidade Eterna em narrativas sinfônicas densas e imagéticas. Em “Fontes de Roma”, por exemplo, ele representa quatro fontes em diferentes momentos do dia. Percebe-se que seu objetivo era fixar impressões visuais e sentimentos pessoais diante de cada uma delas, traduzindo-as em cores orquestrais. Essa concepção programática, embora herdada do romantismo, recebe um tratamento modernizado pela ênfase nas texturas instrumentais e na exploração minuciosa das possibilidades tímbricas. Em “Pinheiros de Roma”, sua síntese se dá pela fusão entre imaginação histórica e força orquestral. A peça culmina com o célebre movimento “Os pinheiros da Via Ápia”, no qual o compositor utiliza um crescendo monumental para simbolizar a marcha triunfal do exército romano, somado à incorporação de gravações de pássaros — um dos primeiros usos de mídia registrada em contexto sinfônico —, o



Respighi: pesquisa histórica e virtuosismo

que demonstra o equilíbrio entre tradição e inovação tecnológica que caracteriza a estética de Respighi.

Outro eixo de produção de Respighi é o diálogo erudito com a música antiga. Sensibilizado pelo repertório renascentista e barroco italiano, ele dedicou-se à pesquisa e à transcrição de obras para alaúde, violino e cravo, o que se reflete em composições como “Antigas árias e danças” (1917–1932) e “Os pássaros” (1928). Nesses conjuntos, o compositor os reinterpreta por meio de contraponto expandido e instrumentação refinada. Como destaca o crítico musical italiano Nino Pirrotta (1908–1998): “Respighi encontra no passado italiano não um refúgio nostálgico, mas um laboratório estético onde o antigo pode renascer nos novos princípios expressivos”.

A produção operística de Respighi, embora menos celebrada que seus poemas sinfônicos, ele expõe sua sensibilidade dramática e seu interesse pela síntese interdisciplinar. Obras como *Em Chamas* (1934) e *A Bela Adormecida na Floresta* (1917) evidenciam uma combinação de narratividade fluida e escritura orquestral rica, em que o co-

lorido tímbrico desempenha função decisiva na caracterização psicológica das personagens. A recepção crítica, como observa Gossett (1990), reconheceu a profunda musicalidade e o domínio expressivo que Respighi imprimia aos elementos cênicos.

Do ponto de vista estético, Respighi pode ser compreendido dentro de um neoclassicismo que coexistiu com tendências nacionalistas, simbolistas e impressionistas. Apesar disso, sua escrita mantém uma clareza estrutural e um rigor arquitetônico que o aproximam da tradição italiana do canto melódico. Massimo Mila (1910–1988), musicólogo italiano, enfatiza que “A italianidade de Respighi não está apenas no material temático, mas na transparência e na cantabilidade que ele confere mesmo às estruturas mais complexas”. Assim, o compositor reafirma valores históricos da música italiana enquanto dialoga com os debates estéticos de sua época.

Ottorino Respighi consolidou uma estética musical ao unir pesquisa histórica, imaginação pictórica e virtuosismo orquestral. Sua obra revitalizou a música instrumental italiana e ampliou o horizonte expressivo da orquestra sinfônica no século 20. Ao transformar tradições em experimentações sonoras, ele demonstra que o passado pode ser preservado e reinventado como conteúdo vivo da criação artística contemporânea, na qual a memória musical torna-se fonte inesgotável de renovação poética.

Sinta-se convidado à audição do 545º. *Domingo Sinfônico*, que ocorrerá neste dia 23 das 22h às 0h. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é na FM 105.5, ou você pode acessar pelo aplicativo em <https://radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vivo/radio-fm>. Durante o programa, comentarei algumas obras do compositor italiano Ottorino Respighi que exploram o sinfonismo descritivo, destacando paisagens naturais, cenas históricas, ambientes urbanos, rituais e festas populares.

Kubitschek Pinheiro

kubipinheiro@yahoo.com.br

Infestação de emergentes

Não é porque qualquer coisa “já foi e não é mais” que devemos nos assustar com ela, jamais — mas eu já dava como extinta a civilização dos emergentes na Paraíba, que teve sua rainha, a socialite carioca Vera Loyola, figura de uma presença intangível cá nos trópicos, impregnada dela mesma.

Não que os emergentes sejam ligeiramente bregas, claro que não, mas estão voltando e desta vez com a força geracional, que rege o universo social da cidade de Patos, considerada a capital do sertão.

Quem traz essa novidade é a bonita colunista Solyandra e não é pecado ser emergente, sequer pecado capital.

Escrevi nos anos 1980 e 1990 diversos textos sobre “les nouveaux riches”, termo que era frequentemente usado para descrever pessoas que acumularam riqueza recente, muitas vezes através de seus próprios esforços, e que podem exibir seu dinheiro de forma que quiser, ostensiva etc.

Emergentes pagavam para sair nas colunas dos finados impressos e hoje pagam para aparecer nas páginas dos blogueiros, pagam para ir à festas e baladas — temos vários exemplos, mas não vamos citar.

A colunista patoense realizou este ano mega festa na Maison Blunelle, a versão que deu certo na cidade mãe, Patos, e explodiu na capital, com a parceria de milionários construtores. Ela está certa, todos são arados e esbanjam marcas e grifes. Ah! A paciência das árvores.

Solyandra vai realizar em dezembro a já anunciada festa para entrega do Oscar à sociedade paraibana. O Oscar? Não pasmem. Se você é da sociedade alternativa, nem adianta mexer os pauzinhos, mas se tiver alguma gordura, chega lá.

Será que a colunista de Patos conhece a sociedade da capital, já que o esmerado trabalho dela sempre foi na sociedade patoense e redondezas. E precisa? Muito *well liked* ela vai ousar em entregar o Oscar da Sociedade Paraibana. Seria uma infestação de novos emergentes?

Na verdade, o (a) emergente é hoje um símbolo do sucesso, jamais celebridade. Não importa de onde você veio, se de Carrapateira ou Copacabana, o que importa é seu nome figurar na lista, dando pintas na pista. Tem que pagar para receber o troféu? Claaaaro que sim, mas os emergentes mundiais pagam para arrebanhar vontades e aplausos da multidão — cuidado, a multidão matou Cristo. Ou foi a ralé?

O importante é estar bem com o seu desempenho, bem na fita. Os conceitos sobre emergentes estouraram nas redes sociais que têm ajudado e muito. O importante agora é ser qualificado como “produtivo”, emergente e figurar na lista dos contemplados do Oscar de Solyandra.

“Se você é tradicional e não produz, não será nada. Da mesma forma, se você é emergente, não pode parar de emergir!”, disse Vera Loyola (ícone “emergente”). *Jornal do Brasil*, 1994.

Taí, gostei — quero ver quem é a nova sociedade paraibana que vai receber o Oscar de Solyandra. Aliás, por onde andaré o colunista-mor de Patos, Carlos Estevam, o mais autêntico, que gostava de usar os paletós de puro linho e deixava a marca pendurada — puro linho, puro linho, puro linho. Ele sim, merece receber o troféu da Solyandra.

Pois é, quando o ponto final chora ele vira uma vírgula

Kapetadas

- 1 – Gente tá muita produção de conteúdo barato, mas é um barato, né?
- 2 – Tô tomando café frio e sem açúcar (só para vocês saberem com quem estão lidando).



Vera Loyola, ícone “emergente”, teve auge da fama nos anos 2000

Colunista colaborador

Coisas de Cinema

Alex Santos

Cineasta e professor da UFPB | Colaborador

O streaming em votação agora no Senado

Não apenas nesses tempos pré-eleitorais, tudo que passa pelo Congresso Nacional — Câmara e Senado — ganha uma feição polêmica. Como bem dizia aquele ressaltante homem público: “É o óbvio ululante”.

Agora mesmo, além dos tumultos partidários que ocorrem nas câmaras federais, semanas atrás foi a vez do cinema ganhar politicamente mais ênfase, com o texto aprovado na Câmara Federal, que “não oferece garantias para as produções brasileiras” em suas exibições na TV aberta.

Toda a questão, rigorosamente, cuja aceitação pela Câmara carece de uma melhor discussão no Senado, gira em torno do *streaming*. Justamente por ser uma tecnologia (plataforma) que permite assistir a filmes, vídeos, músicas e demais formas de artes sonoras e visuais, sem precisar baixar arquivos na internet. Usando-se apenas as plataformas como Netflix, Globoplay, Prime Vídeo e demais recursos que conhecemos em televisão.

O Ministério da Cultura (MinC) considerou a medida muito importante e “representa um avanço para o audiovisual brasileiro”, mas argumentou que “não contempla todas as ambições inicialmente defendidas” para o setor. Aí, tudo gira em torno dos percentuais de 40% a serem abatidos das plataformas para a produção brasileira. Este e outros assuntos da proposta, que agora se encontra no

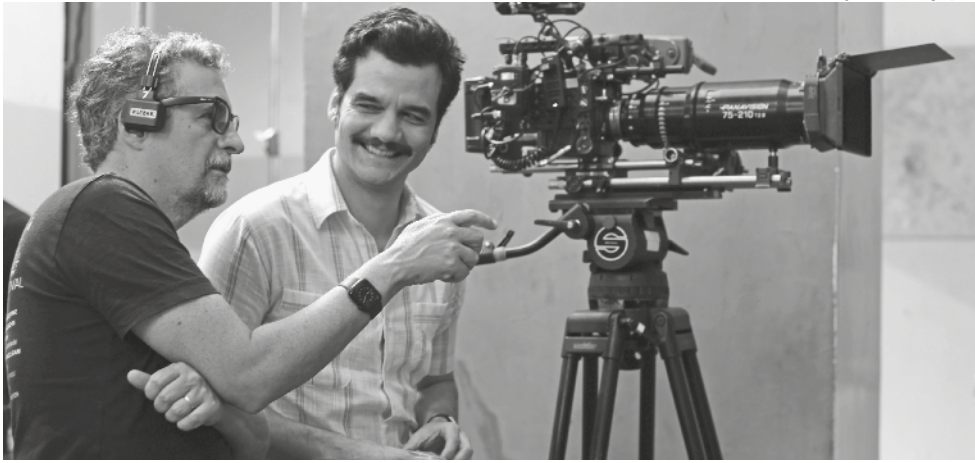


Foto: Victor Juca/Divulgação

Kleber Mendonça Filho dirigindo “O Agente Secreto”: o audiovisual precisa ser organizado

Senado Federal, para aprovação (ou não), vêm mobilizando o setor produtivo local, com nossos cineastas pedindo uma revisão mais séria no texto da medida inicial.

Como se nota, a coisa não está fácil envolvendo cineastas famosos como Kleber Mendonça — este ano premiado no Festival de Cannes por *O Agente Secreto* —, que afirma ser importante rediscutir essa situação do *streaming* do Brasil. Segundo disse, “o audiovisual precisa ser organizado para que toda a cadeia funcione de forma produtiva e justa”.

As plataformas de *streaming* vieram com a modernidade dos sistemas das comunicações no mundo todo. A televisão se insere nesse contexto, e vejo como a mídia eletrônica tem influenciado mudanças até

no próprio cinema. É como se a arte de luz e sombras fosse engolida pela modernidade. Isso me faz lembrar o texto que escrevi, que serviu para minha tese de mestrado na UnB, *Cinema e Televisão – Uma Relação Antropofágica*.

E vem aí mais rolo para o Congresso Nacional. O novo Plano Nacional de Cultura liberado pelo governo esta semana, que o presidente Lula disse ser “uma espécie de guerrilha democrática cultural nesse país”.

Quanto à questão atualmente gerada em torno de *streaming*, sobre cotas de participação de mercado, atualmente nas pautas do Congresso Nacional, espera-se que haja reais benefícios para a produção brasileira de filmes. – Para mais “Coisas de Cinema”, acesse nosso blog: www.alexssantos.com.br



APC: Dia Mundial do Cinema

A diretoria da Academia Paraibana de Cinema, em encontro realizado em sua Sala Antônio Barreto Neto, sob a presidência do prof. João de Lima Gomes, discutiui e aprovou, na quarta-feira passada, as propostas internas de programação para o Dia Mundial do Cinema, que se realiza em dezembro próximo.

No encontro, foi considerada também a possibilidade de outras atividades externas do evento, com o apoio de entidades culturais paraibanas, inclusive com a exibição em praças públicas de filmes paraibanos.

NA UFPB

Colóquio de Cinema e História começa amanhã

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Em homenagem ao cineasta paraibano Vladimir Carvalho (1935-2024), a Paraíba receberá, pela primeira vez, o 8º Colóquio Internacional de Cinema e História, encontro acadêmico que, até então, havia circulado apenas pelo Sudeste, Paraná e Brasília. Em quatro eixos de reflexão, as atividades acontecem de amanhã a sábado (29), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) — em salas do CCHLA, Departamento de Mídias Digitais (Demid) e Cine Aruanda —, todas gratuitas e com emissão de certificados. As inscrições presenciais estarão disponíveis durante o evento.

Como explica o coordenador do evento Rafael Zanatto — professor da Universidade Federal de Campina Grande e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB —, a oitava edição chega ao Nordeste após a aprovação do projeto no Edital para Apoio a Eventos no País (Paep), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

“O colóquio tem como fundo teórico conciliar pesquisas de enfoque transnacional e nacional a pesquisas realizadas sobre temas como localidade e regionalidade. É uma espécie de geografia do



Foto: Divulgação

Raphael Zanatto é coordenador do evento internacional

fenômeno cinematográfico em diferentes espaços”, descreve Rafael.

A realização na Paraíba, afirma ele, favorece o diálogo entre o que se produz no estado e as pesquisas desenvolvidas no Nordeste, no Brasil e no exterior. Ele destaca a troca de métodos e teorias na área de cinema, além da expectativa de formação da Rede Nordestina de Pesquisa sobre História do Cinema, prevista para ser formalizada durante a programação. A rede reunirá pesquisadores da Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí.

O encontro é organizado por uma parceria entre cursos e centros da UFPB: Comunicação, Mídias Digitais, História, CCTA e CCHLA. Além da programação acadêmica, Rafael ministrará um mini-

curso sobre o uso do cinema no ensino de História, voltado também para professores da rede pública e privada.

A proposta também se volta a apresentar a pesquisadores de outros países a relevância da cultura cinematográfica paraibana e sua relação com processos mais amplos. Rafael mencionou ainda o papel do encontro na formação de jovens pesquisadores interessados na história do cinema nordestino. “Amplificar o que já se desenvolve aqui e alocar essas pesquisas em um panorama geral”, resume.

Entre os convidados internacionais estão Rielle Navitsky, da Universidade da Geórgia, com pesquisa sobre instituições culturais francesas e América Latina; o historiador Christophe Gauthier,

da École Nationale des Chartes, com conferência sobre historiografia do cinema na França; e Alberto Silva, da Sorbonne Université, que discutirá representações do sertão no cinema brasileiro. A programação inclui ainda nomes ligados à produção e à história do cinema na Paraíba, entre eles Vânia Perazzo, Bertrand Lira e João de Lima.

Ao todo, serão 24 seminários temáticos, cada um com quatro apresentações, reunindo pesquisadores das cinco macrorregiões brasileiras e convidados da Argentina, Chile e França. “A intenção é trazer consequências positivas para o desenvolvimento da história do cinema na Paraíba dentro do campo disciplinar da história”, conclui Zanatto.

Em JP

Rielle Navitsky,
historiadora do
cinema da
Universidade da
Georgia, nos EUA,
é uma das
convidadas
internacionais do
congresso

Letra

Lúdica

Hildeberto
Barbosa Filho

hildebertopoesia@gmail.com

Uma poética da disforia

A *Ferrugem do Coração*, eis um título que, no seu poder catafórico, apontando direções e possibilidades semânticas, se ajusta bem aos conteúdos e motivos desta nova coletânea de poemas de Luís Augusto Cassas, maranhense radicado em São Paulo, autor de uma vasta obra poética, conhecida e consagrada.

Sem perder o viés espiritual e quase místico que caracteriza sua expressão lírica atenta aos elementos essenciais da condição humana, Luís Augusto Cassas, neste conjunto de poemas, parece privilegiar a tonalidade realista, crítica e irônica, em face dos desacertos de uma sociedade materialista, narcísica, cansada, apática e sem expectativas.

A palavra “ferrugem” registra bem este estado de coisas e alude metaforicamente ao desgaste e ao dilaceramento dos valores que permeiam os círculos do coração. O poeta, a partir de seu ponto de observação, condicionado pela flama da sensibilidade lírica, como que faz a crítica do mundo, trazendo à tona, às vezes de maneira dura, às vezes de modo sarcástico, às vezes em timbre elegíaco, os conflitos, as contradições, as fraturas de uma realidade intolerante, em tudo avessa a uma possível ética da hospitalidade.

O primeiro poema, “Manicômio”, espécie de profissão de fé, chama-me a atenção, não somente para a tática metalinguística do poeta e para sua configuração subjetiva, enquanto voz que sente e pensa, mas também para o universo das ocorrências que virá pela frente. Leia-se o texto: “dizem que o escritor / é um esquizofrênico / que deu certo // sou prova dos nove / dessa verdade pessoal / e intransferível”.

Decerto, para se captar os ingredientes negativos de uma determinada situação, é preciso, sim, que o olhar vá além das máscaras e das aparências; que a percepção instaure um corte diante da ilusória linearidade dos objetos e dos fenômenos; que, enfim, se socorra do critério da deformação, para que o avesso e o invisível das coisas e dos seres possam emergir em sua inteira disponibilidade.

A poesia também pode ser isto: um olhar deformado, uma saudável esquizofrenia. E esta poesia que leio, na sua variedade de tópicos e motivos, no seu ritmo peculiar, no seu estilo que não teme a mescla e as impurezas, serve-me de elemento probatório.

Em *A Ferrugem do Coração*, Luís Augusto Cassas, como em outros títulos de sua lavra, exercita uma poética da disforia, isto é, uma poética que convoca o grotesco e o desconfortável para se converter na insólita beleza do signo estético. O poema “Banhado no cuspso de tuas palavras” sinaliza neste sentido, senão vejamos: “não guardei os sábados / os dias santos / em tudo trabalhei / para a tua obra / banha-me no cuspso / de tuas palavras / absolve-me / das profanações / condena-me / a um silêncio / de ruínas”. Outros textos, como “As chaves do abismo”, “Hospital Ninas Rodrigues”, “Os deuses estão aqui”, “Boletim de ocorrências” e “Ensaio de numismática”, entre tantos, atestam a verdade desta vertente poética.

Em “Confeitaria das palavras”, o quarteto final me atinge como uma pedra de toque, na medida em que, em close vocabular, alcança-se o tônus seminal da poesia. “morrer / no poema / renascer / no outro”.

Quero crer que o sumo desta verdade, filosófica e estética, isto é, que o poema é o lugar do outro, converge necessariamente para a disposição de uma linguagem disfórica. Luís Augusto Cassas demonstra isto a contento, sobretudo, em poemas como “Bulas”, “Comprimidos”, “Stars”, “Dieta para tempos anoréxicos”, “Ensaio de numismática”, “Não te rebelarás”, “A jaula” e, em particular, pela plenitude da forma, em conteúdo e expressão, em “Corrida Cvara”, que aqui transcrevo: “sempre adieei o abismo / pra que a queda / fosse mais longa / e o gozo mais profundo // viver é amamentar / suicídios e ficar vivo / dançando com o vento / na beira dos signos”.

Um poema deste naipe garante a solidez de um poeta. Vale pela seletividade de uma antologia pessoal. A intrínseca ironia do título, aliás, um procedimento especial do autor, associada a outras camadas textuais, sobretudo, as metáforas e os paradoxos, assim como a capacidade de jungir, na mesma sintaxe, o concreto e o abstrato, o físico e o metafísico, o contingente e o transcendental, eleva este exemplo ao patamar de emblema poético.

Como disse, no início deste texto, Luís Augusto Cassas é maranhense. O Maranhão é terra de grandes poetas, como Gonçalves Dias, Ferreira Gullar, Naurô Machado, José Chagas, Manuel Caetano Bandeira de Melo, Odylo Costa, Filho, Bandeira Tribuzzi e outros. Luís Augusto Cassas, não tenho dúvidas, é um deles.

Colunista colaborador

MÚSICA

Casa da Pólvora tem shows à tarde

Val Donato, comemorando o aniversário do disco “Matriz”, e Gatunas tocam com entrada franca

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Em 28 de novembro de 2024, a cantora e compositora Val Donato lançava no mundo *Matriz*, seu álbum de autorais mais recente. Comemorando a efeméride sonora de um giro do disco ao redor do sol, Val Donato e Gatunas se apresentam hoje, às 16h, no Parque Casa da Pólvora, no Centro da capital. O evento é gratuito.

Guitarrista e vocalista da Gatunas, Ruanna — que divide palcos com Val Donato no projeto *Rita & Eller* — lembra que o último

show com Gatunas conseguiu lotar a noite, dotado de público energizado.

“Um dos melhores shows da banda pra mim. A gente tá com muita saudade, muita vontade de estar nesse palco, com aquele pôr do sol lindo”, destaca.

Ruanna adianta para o repertório canções já conhecidas do público, além de novas versões. Em propostas bem diferentes de shows, Val e Ruanna comungam da mesma potência feminina no *front*, protagonizando a energia performática de empoderamento. “São mulheres

à frente, mandando ver, se entregando no

palco”, diz a cantora.

Distante dos palcos há aproximadamente um ano, Gatunas — também formada por Morgana Gabriely (voz e baixo) e Marcondes Orange (bateria) — volta com força total no fim de tarde. Ao considerar o atual momento desfavorável para as bandas autorais, Ruanna afirma que o grupo, com 10 anos de estrada, não tem dado sorte diante dos editais que se voltam para as propostas.

“Estávamos esperando uma oportunidade boa e aí surgiu esse convite para a Casa da Pólvora, que é um palco que a gente gos-

ta muito; com uma logística boa, tem um público interessado. Gatunas volta com muita vontade de fazer esse show”, diz ela.

Matriz

Das 10 faixas do álbum aniversariante, oito serão executadas no show. “Vem também as outras autorais do primeiro disco, *singles* que a gente já lançou e também umas quatro *covers* — tem umas músicas que se não tocar o povo atira tomates em mim”, brinca Val. *Matriz* marca uma nova fase na carreira de Val Donato, consolidando ainda

mais sua trajetória em um projeto que transcende gêneros musicais e gerações. Ao mesmo tempo em que reafirma as raízes culturais nordestinas, o álbum abre espaço para uma perspectiva universalista.

“Eu tenho muito orgulho desse disco. Da forma como foi criado, gravado, os arranjos. Eu tenho um sentimento de que ele ainda não foi apresentado ao público da forma que deveria, que poderia, porque ele tem muitos arranjos de percussão; muita coisa que na hora do ao vivo fica fazendo um pouco de falta”, comenta Donato. “Mas ainda assim

avaliao de forma positiva, porque [quando] as pessoas ouvem as músicas dele ao vivo, a reação do público é sempre muito positiva. A gente percebe que é algo que prende a atenção das pessoas. Então, tô feliz de estar comemorando”.

Ruanna compartilha de sentimento semelhante: “Tô super empolgada. Vai ser um bom reencontro e a banda também tá muito a fim de fazer esse show, e ainda mais dividindo essa noite com Val, que é uma parceira, uma amiga, uma pessoa querida. A gente vem com tudo pra essa festa”.

Público vai reencontrar Gatunas (E) no palco em tarde de festa para Val Donato (D)

Foto: Divulgação

Foto: Matheus Fátima/Divulgação

Em Cartaz



Cinema

Programação de 20 a 26 de novembro, nos cinemas de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Guarabira.

* Até o fechamento desta edição, não haviam divulgado suas programações: o Cine RT, em Remígio, e o Cine Vieira, em São Bento.

ESTREIAS

HOMO ARGENTUM (*Homo Argentum*). Argentina, 2025. Dir.: Mariano Cohn e Gastón Duprat. Elenco: Guillermo Francella, Tony Sperandeo, Aurora Quattrocchi. Comédia. Dezesseis histórias sobre o modo de viver atual dos argentinos. 1h50. Classificação não informada.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: leg.: 21h30.

JUJUTSU KAISEN – EXECUÇÃO (*Gekijō-ban Jujutsu Kaisen Shibuya Jihen Tokubetsu Henshū-ban × Shimetsu Kaiyū Senkō Jōei*). Japão, 2025. Dir.: Shouta Goshozono. Animação/ aventura. Aprendiz de feitiцеiro enfrenta um véu que aprisiona pessoas. 1h30. 18 anos. **João Pessoa:** CENTERPLEX MAG 2: leg.: 15h15, 19h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: dub.: 17h, 21h15. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: leg.: 15h, 19h05.

SÍLVIO SANTOS VEM AÍ. Brasil, 2025. Dir.: Cris D’Amato. Elenco: Leandro Hassum, Manu Gavassi, Regiane Alves. Drama. Publicitária se une à equipe do famoso apresentador Sílvio Santos e conhece sua verdadeira personalidade. 1h31. 12 anos. **João Pessoa:** CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 15h, 19h15. CINESERCLA TAMBÁ 1: 16h, 18h, 20h.

O SOBREVIVENTE (*The Running Man*). Reino Unido/ EUA, 2025. Dir.: Edgar Wright. Elenco: Glen Powell, Emilia Jones, Josh Brolin, Colman Domingo, William H. Macy, Michael Cera. Ficção científica/ aventura. Homem participa de game show onde os participantes são caçados e mortos. 2h13. 16 anos. **João Pessoa:** CENTERPLEX MAG 1: dub.: 16h; leg.: 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 2: leg.: 15h10, 18h, 20h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: dom.: 16h45, 19h45; seg.: 13h45, 16h45, 19h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: 13h45, 16h30, 19h15. CINESERCLA TAMBÁ 5: dub.: 15h40, 18h10, 20h40. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 15h40, 18h10, 20h40. **Patos:** PATOS MULTIPLEX 4: dub.: 17h35, 20h30. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: 15h30, 21h.

WICKED – PARTE 2 (*Wicked – For Good*). EUA, 2025. Dir.: Jon M. Chu. Elenco: Cynthia Erivo, Ariana Grande, Jeff Goldblum, Michelle Yeoh. Musical/ drama. A Bruxa Má do Oeste e a Bruxa Boa do Norte testam sua amizade diante das tensões do mundo de Oz. 2h18. 10 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): leg.: 15h, 18h, 21h. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: 14h; leg.: 17h, 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: leg.: 13h, 15h50, 18h45, 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 9 (macro-XE): dub.: 3D: 13h, 16h, 19h, 22h. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): leg.: 15h30, 18h30, 21h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 1: dub.: 3D: 13h, 16h, 19h, 22h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dub.: dom.: 15h30, 18h30, 21h30; seg.: 12h30, 15h30, 18h30, 21h30. CINESERCLA TAMBÁ 4: leg.: 14h20, 16h55; dub.: 19h30. CINESERCLA TAMBÁ 6: dub.: 15h20, 17h55; leg.: 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 2: leg.: 15h20, 17h55; dub.: 20h30. CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: 14h20, 16h55; leg.: 19h30. **Patos:** CINE GUEDES 3: dub.: 3D: 15h30, 18h40; dub.: 2D: 21h15. **Patos MULTIPLEX 3:** dom.: dub.: 2D: 17h; 3D: 20h; seg.: 17h30; 3D: 19h55. **Patos MULTIPLEX 4:** dub.: dom.: 2D: 14h40. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: leg.: 18h15. **CINEMAXXI CIDADE LUZ 3:** dub.: 2D: 15h40, 21h15; 3D: 18h40.

REAPRESENTAÇÃO

AMORES BRUTOS (*Amores Perros*). México, 2000. Dir.: Alejandro González-Iñárritu. Elenco: Emilio Echevarria, Gael García Bernal, Goya Toledo. Drama. Um acidente de carro conecta três histórias. 2h34. 16 anos. **João Pessoa:** CINE BANGUÊ: leg.: dom., 23/11: 19h; ter., 25/11: 20h; sáb., 29/11: 19h.

IRACEMA, UMA TRANSA AMAZÔNICA. Brasil/ Alemanha Ocidental/ França, 1976. Dir.: Jorge Bodanzky e Orlando Senna. Elenco: Paulo César Pereiro, Edna de Cássia. Drama. Caminhoneiro na Transamazônica conhece prostituta e se conscientiza sobre os problemas da região. 1h31. 16 anos. **João Pessoa:** CINE BANGUÊ: qua., 26/11: 16h; sáb., 29/11: 17h.

CONTINUAÇÃO

O AGENTE SECRETO. Brasil/ França/ Países Baixos/ Alemanha, 2025. Dir.: Kléber Mendonça Filho. Elenco: Wagner Moura, Tânia Maria, Carlos Francisco, Maria Fernanda Cândido, Gabriel Leone, Hermila Guedes, Alice Carvalho, Udo Kier, Tomás Aquino, Buda Lira, Joáílsson Cunha, Suzy Lopes, Cely Farias. Drama. Em 1977, durante a ditadura militar, homem chega a Recife se escondendo de perseguidores. Prêmios de melhor direção e ator em Cannes. 2h38. 16 anos. **João Pessoa:** CENTERPLEX MAG 4: 17h, 20h20. CINE BANGUÊ: seg., 24/11: 16h, 19h; qui., 27/11: 16h, 19h; dom., 30/11: 16h30, 19h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): 14h, 17h30, 20h50. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: 21h55. CINESERCLA TAMBÁ 3: 17h20. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: 17h20. **Patos:** CINE GUEDES 2: 16h. **Patos MULTIPLEX 1:** 17h45.

A CASA MÁGICA DA GABBY – O FILME (*Gabby’s Dollhouse – The Movie*). Canadá/ EUA, 2025. Dir.: Ryan Crego. Elenco: Laila Lockhart Kraner, Kristen Wiig, Gloria Estefan. Aventura/ infantil. Garota tem sua preciosa casa de bonecas mágica roubada e precisa resgatá-la de vilã. 1h38. Livre. **João Pessoa:** CENTERPLEX MAG 2: dub.: 17h20.

EU E MEU AVÔ NIHONJIN. Brasil, 2025. Dir.: Celia Catunda. Animação/ drama. Menino investiga passado da família e ouve histórias de seu avô japonês. 1h24. Livre.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 2: 13h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 4: 13h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 13h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: 12h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: 12h10. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dom.: 12h05, 13h50.

OS MALDITOS (*The Damned*). Itália/ EUA/ Bélgica/ França/ Canadá, 2024. Dir.: Roberto Minervini. Drama. Na Guerra Civil dos EUA, soldados patrulham territórios desconhecidos do oeste. 1h29. 12 anos. **João Pessoa:** CINE BANGUÊ: leg.: ter., 25/11: 18h30.

O NATAL DA PATRULHA CANINA (*A Paw Patrol Christmas*). Canadá, 2025. Dir.: Stephany Seki. Animação/ infantil. Quando Papai Noel fica doente, a Patrulha Canina entra em ação para ajudá-lo. 1h. Livre. **João Pessoa:** CENTERPLEX MAG 4: dub.: 15h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: dom.: 13h30.

PICASSO, UM REBELDE EM PARIS (*Picasso, un Ribelle a Parigi – Storia di una Vita e di un Museo*). Itália, 2023. Dir.: Simona Risi. Documentário. O pintor Picasso como ponte entre humanidade e um mundo hostil. 1h30. 12 anos. **João Pessoa:** CINE BANGUÊ: leg.: dom., 23/11: 17h.

PREDADOR – TERRAS SELVAGENS (*Predator – Badlands*). EUA, 2025. Dir.: Dan Trachtenberg. Elenco: Elle Fanning, Dimitrius Schuster-Koloamatangi, Reuben de Jong. Ficção científica/ aventura. Predador rejeitado pelo clã se alia a uma ciborgue para enfrentar um inimigo. 1h47. 16 anos. **João Pessoa:** CINESERCLA TAMBÁ 3: dub.: 15h15, 20h20. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 20h20. **Patos:** CINE GUEDES 2: dub.: 21h10. **Patos MULTIPLEX 3:** dub.: dom.: 14h30; seg.: 15h10. **Guarabira:** CINE-MAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 21h30.

3 OBÁS DE XANGÔ. Brasil, 2025. Dir.: Sérgio Machado. Documentário. A amizade entre Jorge Amado, Dorival Caymmi e Carybé, que moldou a identidade baiana. 1h17. 14 anos. **João Pessoa:** CINE BANGUÊ: dom., 30/11: 15h.

TRUQUE DE MESTRE – O 3º ATO (*Now You See Me – Now You Don’t*). EUA, 2025. Dir.:

Ruben Fleischer. Elenco: Jesse Eisenberg, Woody Harrelson, Isla Fisher, Dave Franco, Rosamund Pike, Morgan Freeman. Policial. Ilusionistas aposentados se unem a novos talentos para enfrentar criminosos. 1h52. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 18h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 4: leg.: 15h20, 17h50, 20h20. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: dub.: 13h30, 16h, 18h30, 21h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: 15h, 17h30, 20h. CINESERCLA TAMBÁ 2: dub.: 16h30, 18h40, 20h50. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: 16h50, 20h50. CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 15h. **Patos:** CINE GUEDES 2: dub.: 19h. **Patos MULTIPLEX 1:** dub.: 15h20, 21h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: dom.: 14h30, 16h50, 19h10; seg.: 16h50, 19h10.

O ÚLTIMO AZUL. Brasil/ México/ Países Baixos/ Chile, 2025. Dir.: Gabriel Mascaro. Elenco: Denise Weinberg, Rodrigo Santoro, Miriam Socarras. Drama/ aventura. Ao se recusar a cumprir uma medida do governo que isola os idosos, mulher embarca em uma jornada pela Amazônia. Grande prêmio do júri no Festival de Berlim. 1h45. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: ter., 25/11: 16h30.

O ÚLTIMO EPISÓDIO. Brasil, 2025. Dir.: Maurílio Martins. Elenco: Matheus Sampaio, Tatiana Costa. Comédia/ romance. Para impressionar menina da escola, garoto mente que tem uma fita com o episódio final de *Caverna do Dragão*. 1h57. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: dom., 23/11, sáb., 29/11: 15h..



HOJE

ARTSPAÇO MOSTRA CULTURA. Peças e show. **Domingo:** Odilex e Convidados (19h30).

João Pessoa: TEATRO LIMA PENANTE (Av. João Machado, 67, Centro). Domingo, 23/11. Ingressos: R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia).



HOJE

FESTIVAL PARAIBANO DE COROS. **Domingo:** Quarteto Auros (17h); apresentação dos coros (18h).

João Pessoa: SALA JOSÉ SIQUEIRA (Espaço Cultural, R. Abdias Gomes de Almeida, 800, Tambauzinho). Até domingo. Entrada franca.

GLAUCO MEIRELES. Cantor apresenta o show *Ásas e Raízes*.

João Pessoa: VILA DO PORTO (Praça São Frei Pedro Gonçalves, 8, Varadouro). Domingo, 23/11, 17h. Ingressos: R\$ 40 (inteira), R\$ 20 + 1 kg de alimento não perecível (solidária) e R\$ 20 (meia), antecipados na plataforma Shotgun.

VAL DONATO + GATUNAS. Cantora e grupo fazem, shows no projeto Circular Cultural.

João Pessoa: CASA DA PÓLVORA (Ladeira de São Francisco, 152, Centro). Domingo, 23/11, 16h. Entrada franca.



CONTINUAÇÃO

ARTISTAS EM PASSAGEM. Exposição coletiva com ex-alunos do curso de Artes Visuais da UFPB.

João Pessoa: PINACOTECA DA UFPB (Biblioteca Central, UFPB, campus 1). Visitação diária, de 7h às 22, até 12 de dezembro. Entrada franca.

COLETIVO MASONN. Exposição *Respirando Underwater – Kont from the Inside*, coletiva de sete artistas com fotografia, vídeo, colagem, performance, som e instalação.

João Pessoa: ESTAÇÃO CABO BRANCO (Av. João Cirillo da Silva, Altiplano Cabo Branco). Visitação até 12 de dezembro. Entrada franca.

ILÊ ARTE PRETA EXPERIMENTAL. Exposição com 14 artistas.

João Pessoa: CASARÃO 34 (Praça Dom Adauto, Av. Visc. de Pelotas, 34, Roger). Visitação de segunda a sexta, das 9h às 17h, até 5 de dezembro. Entrada franca.

PEDRA POEMA. Exposição coletiva com Gonzaga Costa, Jacira Garcia e Yuri Gonzaga.

João Pessoa: ESTAÇÃO CABO BRANCO (Av. João Cirillo da Silva, Altiplano Cabo Branco). Visitação de terça a sexta, das 9h às 18h, e sábado e domingo, das 10h às 18h. Entrada franca.

VAN GOGH E OS IMPRESSIONISTAS. Exposição imersiva com projeções.

João Pessoa: MANGABEIRA SHOPPING (Av. Hilton Souto Maior, s/nº, Mangabeira). Visitação de terça a sábado, das 10h às 22h, e domingos e feriados, das 12h às 22h. Ingressos: de R\$ 35 (terça a sexta/ meia) a R\$ 95 (domingo e feriados/ inteira), antecipados em vangoghimpressionistas.com.br..

NEPOTISMO

Análise auxilia municípios pequenos

STF formou maioria para manter liberação de nomeação de parentes para cargos políticos na administração pública

Paulo Correia
paulocorreia.epc@gmail.com

A ascensão profissional de uma pessoa por conta de suas relações familiares é um tópico controverso, sobretudo no âmbito da administração pública. No fim de outubro, o debate acerca do nepotismo voltou a movimentar o Supremo Tribunal Federal (STF), ocasião em que a Corte formou maioria para manter o entendimento de que nomeações de parentes para cargos de natureza política nas esferas municipal, estadual e federal não configuram violação à Constituição de 1988. O julgamento, porém, acabou sendo adiado, após o relator, Luiz Fux, manifestar interesse em debater com os demais ministros elementos que ficaram fora de sua tese. A data para retomada da análise ainda não foi definida.

O promotor Arthur Magnus Dantas, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Patrimônio Público do Ministério Público da Paraíba (MPPB), analisa que, embora cause polêmica, a decisão do STF vem em consonância com a jurisprudência da Corte, não apresentando nenhuma inovação na matéria.

“A doutrina do Direito Administrativo diz que agente político é aquele que exerce uma típica atividade de governo, cabendo a ele propor ou decidir diretrizes políti-



Foto: Julio Cezar Reis

Há uma limitação, muitas vezes, de mão de obra qualificada no município. Às vezes, é preciso indicar gente de fora para assumir Secretarias

George Coelho



Foto: Luiz Silveira/STF

Sem data para ser retomado, julgamento do STF tem repercussão geral, ou seja, o entendimento fixado valerá para todos os processos semelhantes no país

cas. E aí a gente pode incluir os chefes dos Poderes Executivos: o prefeito em nível municipal, o governador em nível estadual e o presidente da República em nível federal. E, além deles, seus auxiliares diretos”, explica.

Conforme o advogado José Marques, especialista em Direito Constitucional, “esses cargos têm como fundamento, na verdade, a ocupação de uma função de confiança, uma função que alguém desempenha porque goza da confiança de quem o nomeou”.

Assim, diferentemente dos cargos públicos — que devem ser preenchidos mediante concurso, como determina o artigo 37 da Constitui-

ção — e de assessoramento, os cargos políticos exigem um alinhamento ideológico e pessoal com o gestor.

“Os cargos passíveis de nepotismo são aqueles para os quais a pessoa é nomeada para o exercício de cargo em comissão, cargo de confiança ou ainda função gratificada. Então, se você não for nomeado para nenhum desses três tipos de cargos, não haverá caracterização do nepotismo”, reforça José Marques.

Outro olhar

No julgamento da matéria, o ministro Flávio Dino foi o único, até o momento, que divergiu do relator, afirmando que “legalidade e afeto não se combinam”. Ainda

restam os votos dos ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.

O advogado Lincoln Mendes, especialista em Direito Público, discorda parcialmente do posicionamento do ministro Dino, considerando, especialmente, a realidade dos municípios de pequeno porte. Ele argumenta que, em cidades menores, onde o parentesco é comum e as famílias são grandes, proibir a nomeação de parentes preparados para cargos políticos pode ser inviável.

“Você tem que considerar que a grande maioria dos mais de cinco mil municípios do país são de pequeno porte e criminalizar a atuação do agente público que nomeia

parentes para ser secretário é inviável. Proferir uma decisão no Supremo Tribunal Federal que alcance o país todo de forma igualitária, prejudicando esse tipo de situação, pode ocasionar exatamente o contrário, colocando secretários de faz de conta, pessoas nomeadas nas funções que não têm a capacidade, mas quem vai gerir de fato ali por trás é o meu parente. É melhor colocar logo o parente na Secretaria”, defende.

O presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), George Coelho, orienta os gestores ao cumprimento da lei, mas reconhece a dificuldade que algumas Prefeituras têm de encontrar pro-

fissionais com perfil técnico para assumir as Secretarias. “Há uma limitação, muitas vezes, de mão de obra qualificada no município. Às vezes, é preciso indicar gente de fora para assumir Secretarias, pessoas que tiveram uma formação de nível superior”, afirma.

O advogado Lincoln Mendes salienta que, embora a decisão do STF possa consolidar a permissão para nomeação de parentes em cargos políticos, isso não deve ser uma “carta branca” para nomear qualquer parente sem preparo e que “esse parente vai ter que ser submetido ao crivo desse tipo de investigação e dizer a qualificação dele para exercer o cargo”.

Saiba Mais

O julgamento em curso no STF trata de um recurso para derrubar uma lei de Tupã (SP), que, em 2013, proibiu a contratação de parentes do prefeito, vice-prefeito, secretários e vereadores na gestão municipal. A norma municipal contraria o entendimento da Corte que, em 2008, meses depois de editar a Súmula Vinculante nº 13, validou as nomeações para funções políticas.

O texto inicial da Súmula Vinculante nº 13 proibia a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau para cargos públicos, mas, posteriormente, a Corte estabeleceu que a restrição não valeria para cargos de natureza política.

O voto de Luiz Fux excetua os casos de nepotismo cruzado, quando há troca de favores entre autoridades. A restrição também foi mantida para o Judiciário, o Ministério Público e os Tribunais de Contas. Os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli acompanharam o posicionamento do relator.

O julgamento tem repercussão geral, o que significa que o entendimento fixado valerá para todos os processos semelhantes no país.

Dispositivo da Lei de Improbidade restringe tipificação de ato

A Lei nº 14.230/2021, que reformou a Lei de Improbidade Administrativa, trouxe mudanças significativas para o combate ao nepotismo. O nepotismo foi tipificado no artigo 11, inciso XI, como ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública. No entanto, a principal alteração é a exigência de dolo específico, ou seja, a comprovação de má-fé e do intuito de favorecimento.

De acordo com o promotor Arthur Magnus Dantas, essa exigência demanda uma atuação mais aprofundada do Ministério Público nas investigações, buscando elementos que comprovem o dolo.

“Anteriormente à reforma — como não havia exigência desse dolo específico e bastava apenas o dolo genérico — o mero fato de o gestor nomear um parente a

um cargo de agente administrativo já ensejava, automaticamente, a configuração da improbidade administrativa”, ressalva o promotor.

O MPPB atua como fiscal da ordem jurídica e disponibiliza canais para denúncias, como a Ouvidoria, que permite anonimato, e as promotorias de Justiça. As comunicações do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) também são uti-

lizadas para abertura de denúncias pelo MPPB.

Na Paraíba, as denúncias mais comuns de nepotismo que chegam ao MPPB referem-se a cargos em comissão e contratações temporárias. Contudo, o promotor afirma que as denúncias da população, por meio do “controle social”, são o principal motor das investigações, embora não haja dados estatísticos precisos sobre a proporção

em relação às comunicações do TCE-PB.

Sanções previstas

Para o gestor enquadrado em nepotismo, a Lei de Improbidade Administrativa prevê sanções como multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração recebida, proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até quatro anos.

Lei nº 14.230, de 2021, exige comprovação de dolo específico para que conduta seja classificada como nepotismo



Valores correspondem a parcelas vencidas e vincendas de benefícios concedidos pela autarquia a acidentados ou seus parentes

R\$ 54,5 MILHÕES

Ações buscam recuperar valores pagos pelo INSS

Dinheiro foi utilizado em casos de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais

Agência Gov

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou 153 ações regressivas para tentar recuperar R\$ 54,5 milhões aos cofres do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) em casos de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais ocorridos em razão do descumprimento de normas de segurança e saúde no trabalho. Os valores correspondem à expectativa de ressarcimento calculada com base nas parcelas vencidas e vincendas dos benefícios concedidos pela autarquia aos acidentados ou seus dependentes, como auxílio por incapacidade temporária, aposentadoria por incapacidade permanente, auxílio-acidente e pensão por morte.

Os casos em geral são encaminhados pelas Superintendências Regionais do Trabalho (SRT), que fiscalizam e autuam, em todo o país, as empresas que descumprem as Normas Regulamentadoras do Trabalho (NRs).

Uma das ações regressivas ajuizadas aborda um acidente do trabalho ocorrido em fevereiro de 2022, em uma empresa multinacional localizada em Curitiba, no Paraná, quando um torneiro mecânico de 45 anos foi sugado pela máquina que operava e teve os dois braços amputados. Ele também sofreu graves lesões no rosto.

O INSS concedeu ao tra-

balhador acidentado um auxílio por incapacidade temporária seguido de uma aposentadoria por incapacidade permanente, no valor de R\$ 4,7 mil. A fiscalização apurou o descumprimento de normas regulamentadoras por parte da empresa, como a falta de capacitação do operário e a utilização inadequada de equipamento de proteção. A AGU busca na Justiça a responsabilização da empresa pelos pagamentos já realizados e os que serão feitos no futuro, enquanto a aposentadoria por incapacidade permanente estiver ativa, remontando em uma expectativa de ressarcimento de R\$ 2,5 milhões.

De acordo com a petição inicial da ação, “além da perda da integridade física de uma pessoa, a ação negligente da empresa causou

prejuízo a toda a sociedade, que deve amparar, por meio da Previdência Social, aqueles cuja atividade laboral esteja reduzida; por isso, deve indenizar o INSS pelo dano que causou”.

A ação foi ajuizada em abril de 2025 e tramita na Justiça Federal do Paraná (JFPR).

Outro caso simbólico foi a morte de um servente de obras e um montador de andaimes em uma obra no estacionamento de um shopping em João Pessoa. Os trabalhadores foram atingidos por uma laje que colapsou e faleceram na hora. O acidente aconteceu em novembro de 2021 e a empresa foi considerada negligente pela fiscalização do trabalho.

Dois dependentes de cada operário passaram a receber as pensões por

morte, pagas pelo INSS, que agora busca o ressarcimento. Até o ajuizamento da ação regressiva, em setembro de 2025, o INSS havia desembolsado R\$ 190 mil. Considerando esse valor e as parcelas futuras, a expectativa é de reaver R\$ 917 mil.

Crítérios

Ações da Advocacia-Geral da União visam recuperar valores pagos em indenizações nos casos em que houve descumprimento de normas de segurança e saúde no trabalho

Ressarcimento aos cofres públicos e incentivo às normas de segurança

As ações regressivas por acidente do trabalho ou doenças ocupacionais estão fundamentadas no artigo 120, inciso I, da Lei nº 8.213/1991: “A Previdência Social ajuizará ação regressiva contra os responsáveis nos casos de negligência quanto às normas-padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para a proteção in-

dividual e coletiva”.

Segundo a subprocuradora federal de Cobrança e Recuperação de Créditos, Renata Silva Pires de Carvalho, “além do ressarcimento aos cofres públicos, as ações regressivas têm o efeito pedagógico de coibir o descumprimento das normas de segurança ao tornar os custos com a negligência

maiores do que o investimento na prevenção de acidentes”.

Na AGU, as ações regressivas previdenciárias são ajuizadas pela Equipe de Ações Regressivas (EAR) da Subprocuradoria Federal de Cobrança e Recuperação de Créditos (Subcob), vinculada à Procuradoria-Geral Federal (PGF).

salidades associativas não autorizadas, de 2019 a 2024.

As ações judiciais fazem parte do trabalho do grupo especial montado pela AGU para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados.

Toca do Leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com | Colaborador

Microcrônicas (19)

“Se todo mundo vai morrer, quem vai escrever minha autobiografia?” (Sonsinho, o filósofo).

André Malraux, romancista e político francês, declarou que a política ameaçava destruir a humanidade e que só a arte poderia mantê-la unida. “A arte é a religião moderna”, disse ele.

Para o escritor, toda obra de arte, toda manifestação cultural revela uma vitória humana sobre as forças cegas do destino.

“Político é igual a vida de Madame Preciosa: o povo nem conhece direito e sai falando” (Ameba).

Aos 19 anos, contrái uma febre tropical viajando pela Amazônia, procurando ouro e vendendo chinelo de couro cru. Abandonei meu emprego de datilógrafo do Serviço Militar, aceitei o lugar de clandestino em um navio-gaiola, subi os rios Negro, Tocantins, Amazonas.

Meu chefe, um capitão do Exército, queria que eu fosse militar. Corri do serviço militar e entrei no foro sujo da vida contemporânea em pleno “milagre” econômico. Nadei de braçada no lodo de um pântano chamado “Brasil”.

Repentinamente, voltei. Física e intelectualmente maduro, me refiz da tentativa frustrada de ficar rico no contrabando nortista. Antes que me dominasse a torpeza geral das faculdades, tornei-me cínico.

Cinquenta anos depois, preparo-me para anotar 70 anos de vida quase perdida. Pensei em fazer uma festa para os amigos, mas desisti diante do escândalo das bebidas com metanol. Melhor evitar as tragédias.

Hino a João Pessoa e o fanatismo sebastianista: “João Pessoa / João Pessoa / Bravo filho do Sertão / Toda pátria espera um dia / a tua ressurreição”.

Em 1974, em plena Ditadura Militar, construímos um transmissor de rádio em amplitude modulada e colocamos no ar a Rádio Difusora Nazaré em Itabaiana do Norte.

Quem era a Nazaré da nossa rádio-pirata? Até hoje não sei. Foi ideia de Ivo Severo, um pernambucano apaixonado por rádio.

Essa e outras notas sobre a história da radiofonia itabaianense no meu livro “A Voz de Itabaiana e outras vozes”.

Esse livro foi premiado com edição através da Funarte.

Meu avô Severino Benedito gostava de estremecer os alicerces da terra com dinamites. Era ferroviário, cabo de turma da conserva, pioneiro na abertura da estrada de ferro que cortava o Nordeste.

Meu tio Luiz Gonzaga Costa foi ferroviário, torneiro mecânico em Jaboatão, Pernambuco. Eu fui telegrafista da mesma Rede Ferroviária Federal. Meu pai foi aprendiz de telegrafista, mas acabou sendo gráfico.

Pai trabalhou em oficinas gráficas por mais de 40 anos. Foi onde aprendeu a ler, escrever e montar jornais. Adoeceu com a tinta tóxica, quase morreu. Foi para o Recife na década de 50 para trabalhar nas tipografias.

Lá encontrou um antigo companheiro de Timbaúba, ex-gráfico. Luquinha, era esse o nome do cara, havia mudado de profissão. Exercia com insolência e presunção o cargo de investigador de polícia. Em nome da antiga amizade, aconselhou: “Arnaud, quando você for preso aqui no Recife, diga que me conhece. Em vez de levar doze bolos nas mãos, só leva seis”.

Dizem que velho só conta o que foi, mas o passado é o que interessa. Mesmo porque não existe futuro.

Associações também estão na mira da AGU

Outra atuação da AGU que envolve o INSS é a entrada em ações judiciais contra associações e empresas investigadas pelo esquema de descontos não autorizados nos benefícios de aposentados e pensionistas do órgão. Na últi-

ma semana, foi protocolado o segundo lote de ações na Justiça Federal em Brasília, sendo 14 no total contra 12 entidades associativas e três empresas de tecnologia.

Para garantir o ressarcimento pelos descontos ir-

regulares, a AGU pediu o bloqueio de R\$ 3,9 bilhões dos bens das associações e demais envolvidos. As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal (PF), que apura um esquema nacional de descontos de men-

SAÚDE EM RISCO

Consumo de ultraprocessados cresce

Produtos com baixo teor nutricional já são responsáveis por quase um quarto da alimentação dos brasileiros

Agência Brasil

A participação de ultraprocessados na alimentação dos brasileiros mais que dobrou desde os anos 1980, passando de 10% para 23%. O alerta vem de uma série de artigos publicados na última semana por mais de 40 cientistas, liderados por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP).

A coletânea publicada na revista Lancet mostra que esse não é um fenômeno isolado do Brasil. Dados de 93 países mostram que o consumo de ultraprocessados aumentou ao longo dos anos em todos, à exceção do Reino Unido, onde se manteve estável em 50%. O país europeu só é superado nessa proporção pelos Estados Unidos, onde os ultraprocessados perfazem mais de 60% da dieta.

Carlos Monteiro, pesquisador do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da USP e líder do trabalho, alerta que esse consumo crescente está reestruturando as dietas em todo o mundo, e não ocorre por acaso.

“Essa mudança na forma como as pessoas se alimentam é impulsionada por grandes corporações globais, que obtêm lucros extraordinários priorizando produtos ultraprocessados, apoiadas por fortes estratégias de *marketing* e *lobby* político que bloqueiam políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável”.

Em 30 anos, esse consumo triplicou na Espanha e na Coreia do Norte, alcançando índices de aproximadamente 32% também na China, onde a participação dos ultraprocessados nas compras familiares era de apenas 3,5%, passando a 10,4%. Já na Argentina, o aumento foi menor, ao longo do mesmo período, mas saiu de 19% para 29%.

Aumento generalizado

Os artigos destacam que o aumento foi percebido nos países de baixa, média e alta renda, sendo que os últimos já partiram de patamares altos, enquanto as nações com renda menor registraram altas mais expressivas.

De acordo com os pes-



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Pesquisadores apontam que o consumo de ultraprocessados começou por pessoas de maior renda, mas, ao longo dos anos, espalhou-se pelos demais grupos

quisadores, isso reproduz um padrão percebido também dentro dos países: os ultraprocessados começaram a ser consumidos por pessoas de maior renda, mas depois se espalharam entre outros públicos.

Os pesquisadores ressaltavam, no entanto, que o problema é multifatorial, influenciado pela renda, mas também por questões culturais. Alguns países de alta renda têm taxa de consumo expressivo, como o Canadá, com 40%, enquanto outras nações, com padrão semelhante, como Itália e Grécia, mantêm-se abaixo de 25%.

O relatório lembra que esses produtos passaram a ser comuns em alguns países de alta renda após a Segunda Guerra Mundial, mas se tornaram um fenômeno global, e seu consumo acelerou-se, a partir da década de 1980, com a globalização. Em paralelo, também cresceram as taxas globais de obesidade e de doenças como diabetes tipo 2, câncer colorretal e doença inflamatória intestinal.

As evidências científicas produzidas ao longo desse tempo apontam que dietas ricas em ultraprocessados estão associadas à ingestão excessiva de calorias, pior qualidade nutricional e maior exposição a aditi-

vos e substâncias químicas nocivas. Além disso, os pesquisadores fizeram uma revisão sistemática de 104 estudos de longo prazo, e 92 deles relataram risco aumentado de uma ou mais doenças crônicas, incluindo

câncer, doenças cardiovasculares e metabólicas.

“O conjunto das evidências apoia a tese de que a substituição de padrões alimentares tradicionais por ultraprocessados é um fator central no aumento global

da carga de múltiplas doenças crônicas relacionadas à alimentação”, explicam os cientistas. Eles dizem que a pesquisa sobre efeitos na saúde humana continuará, mas isso não deve atrasar as políticas e ações de saúde

pública, em todos os níveis, “destinadas a restaurar, preservar, proteger e promover dietas baseadas em alimentos integrais e em seu preparo como pratos e refeições, que já estão atrasadas”, enfatizam os cientistas.

Alimentos são divididos pelo grau de modificação

O termo “ultraprocessado” começou a popularizar-se após a criação da classificação nova, por pesquisadores brasileiros, em 2009. Ela divide os alimentos em quatro grupos, de acordo com o grau de modificação, após passarem por processos industriais.

Alimentos não processados ou minimamente processados são vendidos em sua forma natural, ou apenas após algum processo que mantém sua estrutura básica, como congelamento, fracionamento, moagem, embalagem e etc. Exemplos: frutas e legumes; carnes e peixes, grãos e cereais embalados.

Ingredientes processados são produzidos a partir de alimentos *in natura* e geralmente usados na preparação de outros alimentos. Exemplos: óleo de soja, açúcar e sal.

Alimentos processados

são os produtos do grupo 1, adicionados a ingredientes do grupo 2 ou modificados através de métodos semelhantes aos caseiros. Por exemplo: legumes e peixes enlatados, macarrão, sucos 100% feitos com frutas etc.

Já os alimentos ultraprocessados são os produtos comerciais resultantes da mistura de alimentos *in natura* baratos com aditivos químicos, altamente modificados por processos industriais. Esses aditivos têm a função de torná-los altamente duráveis, prontos para consumo e superpalatáveis. Exemplo: biscoitos recheados, refrigerantes, macarrão instantâneo e iogurtes saborizados.

A criação da classificação nova também foi encabeçada por Carlos Monteiro, líder do relatório global citado anteriormente. Ele reforça que o objetivo da classificação é facilitar o



Foto: Freepik

Alguns produtos estão ligados ao aumento da obesidade

entendimento sobre “como o processamento afeta a qualidade da nossa dieta e a nossa saúde” e contribuir para a criação de diretrizes, como o “Guia Alimentar da População Brasileira”, criado pelo Nupens para o Ministério da Saúde, que incorporou a classificação nova na sua segunda edição.

“Há 20 anos estudan-

do as mudanças na produção de alimentos no Brasil, ligadas ao aumento da obesidade, nós percebemos que o processamento de alimentos tinha mudado de propósito. Deixou de ser para preservação de alimentos e passou a ser a criação de substitutos para os alimentos, feitos de ingredientes baratos e aditivos”, destaca.

País é referência na oferta de itens in natura nas escolas

Os pesquisadores também apresentam propostas para diminuir o consumo desses produtos e pedem que as grandes empresas sejam responsabilizadas pelo papel que desempenham na promoção de dietas não saudáveis. Uma das principais recomendações é que os aditivos usados, como corantes e aromatizantes, sejam sinalizados nas embalagens, assim como o excesso de gordura, sal e açúcar.

Outra medida considerada essencial é a proibição desses produtos em instituições públicas, como escolas e hospitais. Nesse ponto, o Brasil é citado como exemplo, por causa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) do Brasil, que vem reduzindo a oferta desses produtos e estabeleceu que 90% dos alimentos oferecidos nas escolas devem ser frescos ou minimamente processados, a partir

do ano que vem.

Publicidade limitada

Os autores também propõem restrições mais rigorosas à publicidade, especialmente às que são direcionadas ao público infantil, e destacam que, em paralelo à redução da oferta de ultraprocessados, é preciso aumentar a disponibilidade de alimentos *in natura*. Uma estratégia sugerida é a sobretaxação de determina-

dos ultraprocessados para financiar alimentos frescos destinados a famílias de baixa renda.

A série de publicações também reforça que o aumento no consumo desses alimentos não é culpa de decisões individuais, mas responsabilidade das grandes corporações globais. De acordo com os autores, essas empresas utilizam ingredientes baratos e métodos industriais para reduzir

custos e impulsionam o consumo com *marketing* agressivo e *designs* atraentes.

Com vendas anuais globais de US\$ 1,9 trilhão, os ultraprocessados representam o setor mais lucrativo da indústria alimentícia. Esses lucros, segundo os pesquisadores, “alimentam o crescimento do poder corporativo nos sistemas alimentares, permitindo que essas empresas ampliem sua produção, influência po-

lítica e presença de mercado, moldando dietas em escala global”.

■ Estudos apontam que empresas utilizam ingredientes baratos para reduzir custos

PARAÍBA E CEARÁ

Editais oferecem mais de 120 vagas

Seleções reúnem oportunidades em Solânea, no Sebrae-PB e na UFC, com salários que chegam a R\$ 11,5 mil

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Já estamos na contagem regressiva para 2026 e muita gente sonha em virar o ano com uma nova chance profissional no horizonte. Para quem busca um começo diferente, a semana chega com três oportunidades que merecem atenção. Na Paraíba, a Câmara Municipal de Solânea abriu um novo edital com vagas de níveis fundamental e médio. Já o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Paraíba (Sebrae-PB) lançou um processo seletivo para analistas e *trainees*, com salários competitivos e pacote de benefícios. E, no estado vizinho, a Universidade Federal do Ceará (UFC) divulgou dois concursos amplos para reforçar seu quadro técnico-administrativo em diversas áreas.

Legislativo

No Brejo paraibano, a Câmara Municipal de Solânea abriu três vagas que contemplam funções essenciais ao funcionamento da Casa: agente de portaria, auxiliar de zeladoria, conservação e segurança, além de assistente legislativo. De acordo com o edital, cada cargo exige um nível de escolaridade compatível e o cumprimento de uma jornada de 30 horas semanais. As remunerações variam de R\$ 1,6 mil a R\$ 2,9 mil.

Para participar, os interessados têm até 14 de dezembro para efetuarem a inscrição pelo Sistema de Gerenciamento de Processos Seletivos (Sigeps) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A taxa cobrada vai de R\$ 75 a R\$ 95, de acordo com o cargo. Sobre a avaliação, todos os candidatos farão uma prova objetiva, marcada para 8 de fevereiro de 2026, de caráter eliminatório e classificatório, com questões de Língua Portuguesa, Matemática, Informática, atualidades e conhecimentos específicos. A seleção será realizada no Município de Solânea, conforme consta no edital.



Use o QR Code para acessar o edital da Câmara

Dois editais no Ceará

Enquanto isso, o concurso da UFC reúne 77 vagas para profissionais de níveis médio e superior, alcançando áreas estratégicas como

Trainee

Programa é direcionado a formados entre 2022 e 2025 em áreas como Administração, Relações Internacionais, Ciências Agrárias, Engenharia, Medicina Veterinária, Letras, entre outras

saúde, tecnologia, administração, cultura, pesquisa e laboratórios. Há chances para arquitetos, técnicos em contabilidade, enfermagem e de laboratório, bibliotecário, estatístico, engenheiro agrônomo, médico em diversas especialidades, entre outras oportunidades. Os candidatos aprovados trabalharão 40 horas semanais em troca de vencimentos de R\$ 3 mil a R\$ 4,9 mil.

Se você ficou interessado, inscreva-se até 15 de dezembro pelo *site* da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) e siga as orientações do edital. A taxa de inscrição varia de R\$ 120 a R\$ 150, conforme o nível de escolaridade exigido para o cargo. Quanto à avaliação, será aplicada uma prova escrita, de múltipla escolha, no dia 22 de fevereiro, em Fortaleza, para todos os candidatos. Já para os cargos com atuação em laboratório, haverá, também, uma prova prática, a ser aplicada do dia 22 de abril ao dia 21 de maio de 2026.



Usando o QR Code, acesse o edital da UFC

Processo seletivo

De volta à Paraíba, o processo seletivo do Sebrae-PB surge como alternativa para quem está em busca de crescimento profissional, mas fora da administração pública. Ao todo, são 43 vagas distribuídas entre os cargos de analista técnico I, analista técnico II e *trainee*, com salários de R\$ 7,6 mil a R\$ 11,5 mil, somados a um pacote de benefícios completo — que inclui assistências médica e odontológica, previdência privada, seguro de vida e vale-alimentação. As chances estão espalhadas por diferentes regiões, de Cajazeiras até João Pessoa, passando por Araruna, Guarabira, Itaporanga, Monteiro, Patos, Pombal e Sousa.



A UFC tem 77 vagas para profissionais de áreas estratégicas como saúde, tecnologia, administração, cultura, pesquisa e laboratórios

Para os cargos de analista, é exigida graduação completa e experiência profissional comprovada. Já o programa de *trainee* é direcionado a recém-formados, de 2022 a 2025 em áreas como Administração, Relações Internacionais, Ciências Agrárias, Engenharia, Medicina Veterinária, Le-

tras, Pedagogia, Marketing, Direito, Psicologia, entre outras. Como requisitos, é necessário possuir CNH categoria B e disponibilidade para viagens. As inscrições seguem até 1º de dezembro pelo *site* da EGAion Consultoria, com taxa de R\$ 70 a R\$ 100. Todas as etapas ocorrerão em formato híbrido,

ou seja, remota e presencialmente. No caso de analistas, a avaliação inclui prova de conhecimentos, análise curricular e documental, avaliação coletiva de habilidades e entrevista por competências. Para *trainees*, o processo prevê prova de conhecimentos, análise curricular e entrevista individual.



Com o QR Code, acesse o edital do Sebrae-PB

Quando entender o mundo vira profissão

As manchetes mudam todos os dias, mas o recado é um só: o mundo atravessa crises que não respeitam fronteiras. Do clima que avança para o colapso às tensões entre potências econômicas, passando pela tecnologia que desafia nossa visão de mundo, entender o que acontece “lá fora” tornou-se fundamental para compreender a vida “aqui dentro”. É nesse cenário complexo que as Relações Internacionais deixam de ocupar um lugar distante no imaginário e passam a influenciar diretamente empresas, governos e organizações que precisam tomar decisões conectadas ao cenário global. A profissão tem crescido porque traduz essa complexidade em estratégia, ajudando a sociedade a navegar em um mundo que já não cabe nos mapas.

Análise e estratégia

Mesmo com toda essa “globalidade”, muita gente ainda associa o curso de Relações Internacionais à formação de diplomatas — e só isso. Mas essa imagem, como destaca o professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestre na área, Daniel Antiquera, já está ultrapassada e não explica a realidade. O internacionalista, como é chamado esse profissional, está cada vez mais presente em empresas que buscam expandir mercados, na administração pública que depende de cooperação internacional, nas organizações que atuam em pautas sociais e nos organismos que influenciam deci-

sões globais. “As sociedades, e não só os governos, precisam cada vez mais de profissionais capazes de interpretar a dinâmica deste mundo, que muda tão rápido e que está visceralmente integrado. É uma formação densa e indispensável para as mais diferentes áreas de atuação”, reflete o especialista.

Não por acaso, dominar vários idiomas já não garante o diferencial que muitos imaginavam. Embora o conhecimento de línguas seja útil, o “*core*” do trabalho, segundo Daniel, está na capacidade de analisar fenômenos amplos, identificar conexões e orientar decisões em cenários complexos. É esse olhar crítico, sustentado por teoria, métodos de pesquisa e leitura de mundo, que permite ao profissional transitar de negociações ambientais a fluxos econômicos, disputas geopolíticas, acordos internacionais e seus impactos sociais. “É preciso juntar e harmonizar a atualização sobre as formulações teóricas com os métodos de pesquisa empírica, de forma a poder orientar as políticas de qualquer setor onde trabalhe, público ou privado”, orienta o professor.

Desafio da tecnologia

Entretanto, não são apenas as dinâmicas globais que impactam o trabalho do internacionalista. A chegada das tecnologias avançadas, a exemplo da inteligência artificial (IA), reforça, ainda mais, essa necessidade de uma formação crítica. O professor Daniel alerta que, embora essas ferramentas ofereçam novas possibilida-

des, como analisar grandes volumes de dados, elas também podem comprometer o desenvolvimento do pensamento analítico. Para ele, a IA tem um efeito “extremamente deletério” quando substitui a reflexão do profissional por respostas automatizadas. Ao mesmo tempo, isso não significa que deva ser descartada. Se usada bem, ela pode abrir novos caminhos de pesquisa. O que não dá para abrir mão é da interpretação humana — pois, sem ela, o profissional vira um mero operador. “Precisaremos avançar muito para que superemos a ilusão de que ela substitui nosso papel e resolve os problemas, para que possamos colocá-la no devido lugar de uma ferramenta que pode ser útil, apenas como uma etapa, no processo de resolução de problemas e interpretação”, pondera.

No fim, lidar com um mundo atravessado por crises, disputas de poder e transformações aceleradas pode ser bastante desafiador, mas, segundo o professor, o maior risco está em reduzir o trabalho do internacionalista a uma função meramente operacional. Devido à sua importância, é preciso estar à altura dos dilemas do nosso tempo, atuando sempre com responsabilidade. Para Daniel, existe uma dimensão ética incontestável. “Neste furacão, não há de faltar oportunidades profissionais, mas a questão, mais do que buscar trabalho para sobreviver, é, por meio dele, contribuir para a sobrevivência da humanidade”, finaliza.

Vivência na prática

Para quem gosta da área e busca uma porta de entrada no mercado de trabalho, o Sebrae-PB está com oportunidades para recém-formados em seu novo processo seletivo. O edital contempla candidatos graduados de julho de 2022 a outubro de 2025, exige CNH categoria B e disponibilidade para viagens, além de oferecer salário de R\$ 7.628,66. O ciclo de desenvolvimento inclui rodízio entre unidades, treinamento, capacitação técnica e tutoria. É um espaço concreto para aplicar, no dia a dia, aquilo que Daniel reforça: análise crítica e capacidade de transformar informação em estratégia.



Foto: Arquivo pessoal

Relações Internacionais é uma formação densa e indispensável para as mais diferentes áreas de atuação

Daniel Siqueira

Selic Fixado em 5 de novembro de 2025 15%	Salário mínimo R\$ 1.518	Dólar \$ Comercial + 1,18% R\$ 5,401	Euro € Comercial + 1,11% R\$ 6,218	Libra £ Esterlina + 1,25% R\$ 7,082	Inflação IPCA do IBGE (em %) Outubro/2025 0,09 Setembro/2025 0,48 Agosto/2025 -0,11 Julho/2025 0,26 Junho/2025 0,24	Ibovespa 154.758 pts -0,4%
---	---	---	---	--	--	---

PAGAMENTO DIGITAL

Pix reduz uso de dinheiro físico no comércio de JP

Empresários citam segurança e facilidade de troco como principais vantagens

Emerson da Cunha
emerson.auniao@gmail.com

A redução no uso do dinheiro físico é uma realidade em todo o Brasil, principalmente devido à popularização do Pix, ferramenta lançada há cinco anos, em 16 novembro de 2020. Na Paraíba, a modalidade de pagamento pelo meio digital é a preferida de muitos comerciantes e consumidores, que citam segurança e a dispensa de troco como os principais benefícios. Mas ainda há quem resista à modernização dos pagamentos.

De acordo com o *site* do Banco Central (BC), desde a data em que o Pix foi implementado até o último dia 20, houve uma redução de R\$ 4,9 bilhões em circulação, mesmo sem que a quantidade de cédulas e moedas do país tenham diminuído. Só no ano passado, as transações digitais somaram R\$ 26,4 trilhões, montante que corresponde ao dobro do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2024. De janeiro até outubro deste ano, foram R\$ 28 trilhões.

Além disso, o Pix (76%) é o meio de pagamento mais usado pelos brasileiros, seguido pelos cartões de débito (42%) e de crédito (35%) e, por último, o dinheiro (21%), segundo pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise, divulgada neste ano.

Com mais de 20 anos no comércio de artigos para casa e construção no bairro de Cruz das Armas, Sandro Pereira conta que, de início, não aceitava o Pix, porque tinha medo de golpes. Depois de um ano, decidiu



Forma de pagamento é aceita tanto em grandes redes quanto em pequenos negócios

aceitar para incrementar as vendas. “Vi que dava certo e era seguro, pronto. Hoje, prefiro essa modalidade que dinheiro, porque, às vezes, até para passar o troco é melhor. Tudo vai para o aplicativo. Tudo é seguro”, defende Pereira.

A segurança também é um fator importante para Leonildo Lucena, gerente de um supermercado. “Imagine a gente trabalhando com a forma de dinheiro nas 13 lojas da rede. No Pix a gente fica mais seguro e a empresa também”, acredita.

José Geraldino, gerente de uma loja de artigos para festas, conta que a modalidade de pagamento digital também é a preferida do público do seu comércio. “Os clientes hoje dia usam bem mais até do que dinheiro em espécie”, conta.

A facilidade para troco foi citada por Jeane Ferreira, que empreende, há mais de 10 meses, em uma casa de bolos. Ela também afirma que o Pix facilita a

organização. “Tem a questão de você controlar melhor o dinheiro que entra na conta: tudo o que entra a gente vai sabendo. Porque aí também evita de guardar dinheiro”.

Fausto Santos, gerente de uma bomboniere, coloca que o pagamento via Pix tem fomentado o comércio remoto. “A tendência mesmo de loja física é Pix, e de outras situações também. A gente também vem fazendo *on-line*, divulgando no Instagram e recebe ligações dos clientes fazendo pedido, e mandam retirar na loja. Geralmente, faz o Pix no nosso CNPJ. Eu creio que, daqui a 10 anos, vai começar o povo ficando cada vez mais acomodado, não querendo nem sair de casa para comprar nada”, coloca.

Tecnologia afasta ferramenta

Em meio a tantas plaquetas dizendo “Aceitamos Pix” no meio da feira do Mercado Central, há ainda comerciantes que preferem operar apenas com di-

nheiro em espécie. Uma série de fatores influencia essa decisão, desde segurança até resistência. Um desses comerciantes é José Vitoriano. Para ele, a motivação não foi exatamente econômica. “Eu não sei trabalhar com Pix. Não tenho conta, essas coisas. Eu acho melhor o dinheiro do que o Pix, porque posso me atrapalhar. O problema é que eu não sei ler muito”.

O dono de uma tabacaria, Gabriel Dantas, também prefere receber apenas em dinheiro, porque não tem familiaridade com as novas tecnologias. “Teria também o investimento. Eu teria que ter um *smartphone*, internet, eu teria que ter uma pessoa exclusiva para passar”, diz, acrescentando que nunca perdeu uma venda por não aceitar Pix. “Meu cliente é o trabalhador braçal, de construção, que ainda recebe o dinheiro dele na sexta-feira. Às vezes, ele nem tem um celular para passar [o Pix], não tem essa condição”, defende.

Modalidade facilita transações financeiras

Para o economista Cássio Besarria, o uso do Pix otimiza os processos de pagamento e facilita as transações. Para as empresas, é possível ter mais controle do recebimento dos valores. Em cidades menores, com menor acesso a instituições bancárias, trata-se

de uma verdadeira “ferramenta de democracia digital”. Outro elemento importante é a não restrição dos processos de pagamento. “Por exemplo, uma pessoa que negociava um ativo de alto valor, um carro, em um final de semana, não poderia efetuar a negocia-

ção porque havia restrição de transferência daquele recurso. Até a TED, o DOC, tinham limitação diária para transferências entre as 10 da manhã e as seis da tarde”, rememora Besarria.

No entanto, há situações que podem gerar dúvidas e provocar uma ligeira queda no uso do Pix. Ele cita, por exemplo, questões de segurança, uma vez que há a possibilidade de uso da ferramenta para golpes, ou situações pontuais, como a disseminação de notícias falsas envolvendo Pix, que faz com que as pessoas desconfiem do recurso.

O uso do dinheiro físico, por outro lado, estaria ligado a situações mais emergenciais. “Em relação ao recurso físico, ele é mais utilizado de forma precaucional. Você vai para uma região que, por ventura, não tem sinal de te-

lafone ou de internet. Então o uso do dinheiro físico vem sendo cada vez menor”, coloca Cássio. O economista lembra que um dos sintomas do fato de que cada vez mais o dinheiro físico passa para os meios digitais é a criação da Drex, uma moeda digital estabelecida pelo Banco Central com o mesmo valor e a mesma aceitação do real tradicional.

“Isso é uma sinalização de que o uso do dinheiro físico tem um custo, associado à impressão, a restrição ao acesso, ou seja, você precisa se deslocar para uma instituição para fazer esse saque, então isso tem um custo também, dependendo do município onde você se encontra. Por essas e outras razões, ele vem entrando em desuso e o meio utilizado tem sido Pix, quase que exclusivamente”, finaliza.

Economia em Desenvolvimento

João Bosco Ferraz de Oliveira
joaobferraz3@gmail.com | Colaborador

Carta do Recife: desafios e caminhos para o Nordeste

O 33º Encontro de Economia do Nordeste (ENE), realizado em Recife nos dias 7 e 8 de novembro de 2025, reuniu os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia para debater os “Desafios para o Desenvolvimento Sustentável da Região Nordeste”. Deste encontro, nasceu um documento essencial: o Manifesto do 33º ENE, a Carta do Recife. Participaram ainda, como convidados, economistas, professores e alunos dos cursos de economia da região.

O ponto de partida do Manifesto é a persistente desigualdade social no Brasil, um dos países mais desiguais do mundo. Os dados são alarmados quando se coloca que “o 1% mais rico da população tem uma renda média mensal 36 vezes maior que a renda média mensal da metade da população na base da pirâmide”.

Essa disparidade é ainda mais crítica no Nordeste quando se observa que: a) o rendimento domiciliar *per capita* da região, em 2023, foi apenas 62% da média nacional; b) a região concentra 26,9% da população brasileira, mas participa com apenas 13% do PIB nacional; e c) abriga a maioria das pessoas em situação de extrema pobreza (55,5%) e pobreza (46,4%) do país.

Diante disso, o documento clama por uma ação urgente das instituições do Estado para diagnosticar a extrema pobreza persistente e criar mecanismos para que as pessoas superem essa situação.

A principal reivindicação é que o Nordeste seja considerado um espaço prioritário de ações estratégicas do Estado brasileiro. O Manifesto destaca o histórico de o povo nordestino ser preterido na distribuição regional de investimentos em infraestrutura e planos produtivos, que se concentram majoritariamente no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. É enfatizado que investimentos públicos em infraestrutura são cruciais, pois abrem caminho e atraem investimentos privados com efeitos multiplicadores e encadeamentos intersetoriais sustentáveis.

A Carta do Recife apresenta 10 recomendações estratégicas para o governo e instituições de desenvolvimento:

1. Geração de Emprego Formal: Criação de mecanismos liderados pelo Estado para gerar emprego via ampliação de investimentos em infraestrutura essencial, como moradia popular e saneamento básico.
2. Combate à Pobreza: Garantia de segurança econômica às famílias por meio de políticas de renda mínima.
3. Segurança Alimentar: Implementação de políticas com apoio à Agricultura Familiar, focando em produção, escoamento e inovação tecnológica.
4. Educação e Tecnologia: Elevação da qualidade do Ensino Médio e Profissionalizante, combinada com a expansão de redes digitais.
5. Combate à Evasão: Implementação de campanha ostensiva contra a evasão no Ensino Médio, Profissionalizante e Superior.
6. Infraestrutura Logística: Fortalecimento de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.
7. Projetos Inovadores: Intensificação do apoio a projetos como energia eólica e solar, consolidando polos estratégicos.
8. Sustentabilidade Ambiental: Campanha de educação ambiental e proteção da Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e praias litorâneas.
9. Obras Estruturantes: Conclusão e integração de grandes obras, como a Ferrovia Transnordestina e os projetos de revitalização hídrica do Rio São Francisco.
10. Irrigação: Ampliação e modernização dos polos de irrigação do Semiárido.

A Carta do Recife é mais que um manifesto; é um roteiro de desenvolvimento que exige a coordenação e o monitoramento contínuo das ações para transformar o Nordeste em uma região mais justa, dinâmica e sustentável.



Para economista, Pix otimiza a organização da empresa

MERCADO PROFISSIONAL

Trabalho remoto recua em 2024

Trajetória de crescimento reforçada pela pandemia foi interrompida, com reversão observada por dois anos seguidos

Bruno de Freitas Moura
Agência Brasil

Por dois anos seguidos, caiu a proporção de pessoas que trabalhavam em casa, o chamado “home office”. Em 2024, eram quase 6,6 milhões de pessoas que realizavam as atividades profissionais onde moravam. Em 2022, esse número superava 6,7 milhões.

Em termos de proporção, a redução foi de 8,4% para 7,9% dos trabalhadores. O ponto de inflexão foi em 2023, quando 6,61 milhões estavam trabalhando em casa (8,2% do total).

A constatação — que representa uma inversão na tendência crescente que tinha sido acentuada pela pandemia de Covid-19 — faz parte de uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), divulgada no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo traz dados anuais desde 2012, exceto de 2020 e 2021, por causa da pandemia de Covid-19, que inviabilizou a coleta de dados.

As proporções apontadas pelo IBGE referem-se ao universo de 82,9 milhões de trabalhadores em 2024. Por critério do instituto, esse conjunto exclui empregados no setor público e trabalho doméstico.

Efeito Covid-19

Segundo o analista da pesquisa, William Kratochwill, a classificação “trabalho no domicílio de residência” vale também para pessoas adeptas do *coworking* (escrí-

tórios compartilhados).

“As pessoas falam ‘eu trabalho de casa’, mas não necessariamente ela vai trabalhar em casa; ela pode escolher ir a um *coworking*”, pondera.

O levantamento mostra que as mulheres eram a maioria em *home office*. Elas somavam 61,6% dos trabalhadores nessa condição.

Observando o total de trabalhadores por sexo, 13% das mulheres estavam em *home office*. Entre os homens, a parcela era de 4,9%.

O pesquisador do IBGE afirma que o trabalho no domicílio de residência “claramente deu uma arrancada

depois da pandemia”.

Em 2012, a parcela das pessoas nessa condição era de 3,6%. Em 2019, figurava em 5,8%, alcançando o ponto mais alto em 2022 (8,4%), antes de regredir nos dois últimos anos.

“Mas ainda está em um nível superior ao que tínhamos antes do período pandêmico e das novas tecnologias”, assegura Kratochwill.

Insatisfação

A diminuição do *home office* é um movimento que tem causado insatisfação em algumas empresas. No começo deste mês, o Nubank, um

dos maiores bancos do país, anunciou regressão gradual no trabalho de casa.

A insatisfação terminou com a demissão de 12 funcionários, de acordo com o Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região.

Em março, empregados da Petrobras fizeram uma paralisação contra a diminuição do teletrabalho, entre outros motivos.

Veja a parcela de pessoas de acordo com o local de trabalho:

- estabelecimento do próprio empreendimento: 59,4%;
- local designado pelo

empregador, patrão ou fre-
guês: 14,2%;

- fazenda, sítio, granja, chácara etc.: 8,6%;
- domicílio de residência: 7,9%;
- veículo automotor: 4,9%;
- via ou área pública: 2,2%;
- estabelecimento de outro empreendimento: 1,6%;
- domicílio do empregador, patrão, sócio ou freguês: 0,9%;
- outro local: 0,2%.

Um detalhe é que os trabalhadores que realizam atividade no veículo automotor passaram de 3,7% em 2012 para 4,9% em 2024. Para Kra-

tochwill, esse cenário reflete o surgimento de serviços de aplicativo como Uber e 99.

“Com certeza há um impacto do transporte de passageiros”, diz. “Mas não se pode desconsiderar essa nova onda de *food truck* [venda de comida em veículos]. Cada um, um pouquinho favorece para isso”, acrescenta.

Na categoria “trabalho no veículo”, as mulheres são apenas 5,4% do total de trabalhadores.

De todos os homens do universo da pesquisa, 7,5% trabalham no veículo. Entre as mulheres, a parcela é de 0,7%.

Um em cada quatro trabalhadores por conta própria tem CNPJ

De cada quatro trabalhadores por conta própria no país, apenas um tinha registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, formalização da atividade, em 2024. Eram 6,6 milhões de pessoas em um universo de 25,5 milhões de trabalhadores por conta própria.

Apesar da baixa cobertura, o dado mostra avanço em 12 anos. Em 2012, os conta própria com CNPJ eram 15% do total. Em 2019, um quinto (20,2%) e, no último levantamento, um quarto (25,7%).

A constatação está em edição especial da mesma pesquisa da Pnad Contínua, divulgada pelo IBGE. Os

25,5 milhões de conta própria no país em 2024 representavam 25,2% dos 101,3 milhões de trabalhadores no Brasil em 2024. Em 2012 eles eram 22,4%.

O registro no CNPJ pode representar vantagens ao trabalhador como emitir notas fiscais, acessar crédito e serviços bancários empresariais, contratar funcionários formais, além de benefícios previdenciários.

Ramos de negócio

O IBGE classifica os trabalhadores por conta própria em cinco grupamentos de atividade. Entre os segmentos, é possível perceber desigualdades. O Comércio

é o grupo com maior parcela de registrados.

Proporção de conta própria com registro no CNPJ por ramo de atividade:

- Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas: 33,2%
- Serviços: 31,5%
- Indústria geral: 23,4%
- Construção: 15,2%
- Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura: 7,2%

O analista da pesquisa, William Kratochwill, acredita que o baixo percentual de conta própria com CNPJ tem a ver com o tamanho do negócio.

“Como o empreendimento que eles têm ainda é pequeno, não veem essa necessidade, ainda não foram demandados a ter uma formalização da sua atividade”, avalia.

Em alguns casos, acrescenta, a pessoa considera que não vale a pena: “A formalização pode acabar incorrendo em tributos e coisas com as quais ela não está preparada”.

Escolaridade

Os dados mostram que, quanto maior a escolaridade, maior adesão dos trabalhadores por conta própria ao registro no CNPJ:

- sem instrução e Fun-

damental incompleto: 11,2%;

- Fundamental completo e Médio incompleto: 17,6%;
- Médio completo e Superior incompleto: 27,9%;
- Superior completo: 48,4%.

“A baixa escolaridade, às vezes, limita a pessoa em relação ao conhecimento de como fazer [para se formalizar]”, avalia o pesquisador do IBGE.

A pesquisa mostra ainda que, enquanto na população ocupada como um todo o nível de sindicalização é de 8,9%, entre os profissionais que trabalham por conta própria, fica em 5,1%.

“

A formalização pode acabar incorrendo em tributos e coisas com as quais ela [a pessoa que tem um negócio informal] não está preparada

William Kratochwill



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Foram registradas 6,6 milhões de pessoas exercendo suas atividades profissionais em casa no ano passado, o que representa 7,9% dos trabalhadores do país

Foto: Elza Fiuza/Agência Brasil



Setores de Comércio e de Serviços são os grupos com maiores índices de formalização, sendo 33,2% e 31,5% respectivamente

SUSTENTABILIDADE

Ações da PB são destaque na COP30

Discussões sobre os desafios ambientais reúnem pesquisadores, estudantes, gestores públicos e sociedade civil

Iluska Cavalcante
Ascom Secties

Em um momento decisivo para o diálogo climático global, durante a COP30, que aconteceu no Brasil pela primeira vez, em Belém, no Pará, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba (Secties) participou de forma ativa levando as ações de mitigação das mudanças climáticas que vêm sendo realizadas no estado. Esta é a terceira reportagem na série especial sobre sustentabilidade e a COP30, produzida pela Assessoria de Comunicação (Ascom) da Secties para o jornal **A União**, que apresenta ações da Paraíba conectadas à agenda global do clima.

“A Paraíba compreendeu a importância de enfrentar a crise climática. Ao levarmos o nosso Painel de Mudanças Climáticas para a COP30, mostramos que a nossa política, realizada desde 2019 pelo governador João Azevêdo, é referência para todo o Nordeste e o mundo”, comentou o secretário da Secties, Claudio Furtado.

Ele ressaltou, ainda, sobre a representação da Secties na COP30: “Nos ajuda a encontrar caminhos, aprender com outras experiências e, ao mesmo tempo, compartilhar o que temos construído. É assim que fortalecemos o trabalho: aproximando ciência, gestão pública e as realidades locais para que cada ação chegue, de fato, a quem mais precisa”.

O Painel de Mudanças Climáticas, que já realizou quatro edições, leva a discussão sobre o tema para todas as regiões da Paraíba, conhecimento sobre o assunto e ouvindo as ne-

cessidades da população de acordo com a realidade de cada local. Essa ação de destaque foi tema durante a COP30, num espaço de discussão promovido pelo Banco Nordeste. O momento teve a participação das representantes da Secties durante o evento: a bióloga Simone Porfírio e a engenheira ambiental Maria Luísa Palitot.

A coordenadora do Painel, Simone Porfírio, destacou a importância de levar as ações realizadas na Paraíba para a COP30 e reforçou a necessidade de ampliar, ano

após ano, o alcance dessa mobilização no estado.

“Essa oportunidade de estar participando da COP30, principalmente no espaço do Consórcio Nordeste, é fundamental para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, especialmente no painel paraibano de mudanças climáticas. Todo mundo que respira vai ser impactado por essas mudanças e deve ser informado do que é possível ser feito para amenizar. Eu acho que isso dá um destaque que faz com que portas se abram e a gente possa levar essa

mensagem mais distante. A gente já conseguiu alcançar quatro mesorregiões, mas ainda precisamos ir mais além, talvez ampliar esse evento agora para as microrregiões, para poder aumentar o número de participantes, principalmente os mais distantes dos grandes centros”, disse.

Simone detalhou, ainda, as impressões positivas sobre a apresentação conjunta realizada na COP30, especialmente a participação do Projeto Preamar e da coordenadora de restauração de corais, Karina Maciel, bolsis-

ta da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq), que apresentou resultados de pesquisas iniciadas após sua participação no Painel Paraíba, em 2022.

“Tivemos impressões muito boas do painel. Apresentamos junto com o Preamar, em que a coordenadora de restauração de corais, Karina, trouxe seus apontamentos, a importância da conservação, do estudo prévio dos corais e também da sua restauração, além da cooperação entre diferentes estados, principalmente do Nordeste, para trocar os conhecimentos já existentes. Karina também foi fruto da apresentação no Painel Paraíba, no ano de 2022, e hoje, aqui, junto conosco, trouxe os seus resultados e a importância deles para a nossa Paraíba e para a Região Nordeste”, comentou.

Já Maria Luisa Palitot, uma das organizadoras do painel, ressaltou o caráter plural e cooperativo da apresentação: “Foi importante, dentro da apresentação do painel, a pluralidade de pessoas de diferentes estados que trouxeram suas contribuições, interessadas na governança e em como é possível ir mais além, romper fronteiras do nosso estado. Estamos aqui na COP representando a Paraíba, o Governo do Estado e, quem sabe, tendo alcance internacional, porque é onde vamos buscar novas parcerias”.

Durante o evento, pesquisadores que acompanharam o painel também destacaram o protagonismo da Paraíba. Um biólogo presente ao espaço do Consórcio Nordeste afirmou: “Vimos um painel maravilhoso, com pesquisas avan-

çadas, em que se verifica a participação direta da comunidade. E, ainda mais importante: a interação com outros agentes, inclusive de outros estados. O Consórcio Nordeste está possibilitando isso de forma fantástica. Parabéns à Paraíba”.

Sobre o painel

A iniciativa desdobra-se em quatro etapas, que percorreram as mesorregiões do estado — Sertão (Souza), Borborema (Monteiro), Agreste (Campina Grande) e Mata Paraibana (João Pessoa).

O painel é um espaço plural: reúne pesquisadores, estudantes, gestores públicos e representantes da sociedade civil para debater os principais desafios ambientais que afetam a Paraíba. Temas como desertificação, escassez hídrica, perda de biodiversidade e estratégias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas foram levados a debate nas diferentes regiões.

“

Essa oportunidade de estar participando da COP30, principalmente no espaço do Consórcio Nordeste, é fundamental

Simone Porfírio



Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba apresentou durante a conferência o Painel de Mudanças Climáticas,



Ação na COP30, num espaço de discussão promovido pelo Banco Nordeste, com a bióloga Simone Porfírio e a engenheira Luísa Palitot

ÁRVORES FRUTÍFERAS

João Pessoa tem as cores da estação

Quer seja nas casas e sítios ou nas vias públicas, muitas fruteiras já estão carregadas ou florindo na capital

Bárbara Wanderley
habiwanderley@gmail.com

Quem transita por João Pessoa sabe que é comum encontrar árvores frutíferas, como mangueiras, jambeiros e cajueiros no meio da rua. Muitas delas já estão carregadas de frutos nesta época do ano e outras estão em floração. Nas feiras livres e até mesmo com vendedores ambulantes nos semáforos, é possível encontrar as frutas da estação à venda para quem não tem uma dessas árvores no quintal.

De acordo com o engenheiro agrônomo Anderson Fontes, que é diretor de Controle Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semam), as principais árvores frutíferas localizadas em áreas de parques urbanos, praças, canteiros centrais, calçadas, jardins e quintais de imóveis residenciais e comerciais, bem como em escolas e prédios públicos da cidade são: mangueiras, jambeiros, cajueiros, pitangueiras, frutapão, abacateiros, cajazeiros, pitombeiras, jaqueiras, oliveiras e coqueiros.

“Nessa época temos início de frutificação das mangueiras, que começa agora em novembro. O jameiro inicia no mês de janeiro. O cajueiro teve início em setembro e está finalizando agora em novembro. A jaqueira teve a sua frutificação em outubro, com a maturação do fruto. A pitangueira também iniciou sua frutificação em outubro, indo até janeiro. O cajá e a pitomba só vão chegar em janeiro”, explicou Anderson.

Ele destacou que as árvores frutíferas no meio urbano, além de proporcionar sombra, ajudam na alimentação da população, principalmente a mais carente. Outro ponto importante é a capacidade de retenção de poluentes (partículas) nas folhas para controlar o nível de poluição dos espaços urbanos, como também ajudar no microclima, tendo em vista que a arquitetura da copa de uma frutífera sempre é mais frondosa.

Essas árvores também ajudam na economia local. “A população pode, por meio de associações, coletar os frutos e vender em feiras orgânicas mais baratos, tendo em vis-

Mangueiras, jambeiros, cajueiros, pitangueiras, cajazeiros, pitombeiras, jaqueiras e oliveiras são as mais encontradas



ta que o custo da produção é gratuito. Esse processo ocorre sempre em pequenos parques urbanos, como, por exemplo, o Parque Linear das Três Ruas, nos Bancários, e o Parque Augusto dos Anjos, no bairro do Valentina”, comentou.

Apesar da presença marcante em algumas ruas da cidade, principalmente nos bairros do Centro e Jaguaribe, a verdade é que essas árvores estão escasseando, em grande parte porque, cada vez mais, as casas e terrenos dão lugar a edifícios e empreendimentos comerciais sem arborização. Essa, porém, não é a única ameaça às frutíferas, conforme explicou Anderson. “A raridade das árvores frutíferas no meio urbano não é apenas pelo crescimento imobiliário; passa também pela questão do processo climático. Muitas dessas árvores são suscetíveis a doenças e pragas, ou seja, com o aumento da temperatura, as árvores frutíferas ficam com alguns problemas fitossanitários, não tendo tratamentos para controlar e combater doenças e pragas urbanas em árvores viárias localizadas nos espaços urbanos”, disse.

Anderson, que é diretor da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana no Nordeste, também acredita que esse tipo de árvore não está mais na preferência do pessoense. “Na verdade, o plantio que o pessoense realizava em quintais e espaços de jardins caiu muito, porque os moradores preferem plantar plantas ornamentais e

palmeiras, procurando embelezamento da área”, opinou.

Ele ressaltou, porém, que a Semam realiza o plantio de frutíferas, dentro do Programa João Pessoa + Verde, em espaços de grandes praças, parques urbanos e canteiros centrais adequados. “Temos plantado bastante árvores frutíferas, como mangueiras, cajueiros, cajazeiros, pitombeiras em áreas dos parques urbanos e margens de rios, onde, só neste ano, plantamos, durante o inverno, mais de 700 mudas”.



As feiras livres já estão coloridas com todas as tonalidades e matizes das frutas maduras

Foto: Roberto Guedes

Frutas unem essência nutricional e sabores

A nutricionista Jéssica Lisboa afirmou que consumir as frutas da estação é importante para manter a qualidade, a essência dos nutrientes, o sabor. “Quando a gente opta por frutas que estão na estação, na sazonalidade, elas vêm com muito mais qualidade, porque elas estão na plantação delas, estão com mais nutrientes, estão com um aspecto melhor, cores melhores”, disse.

Pelas cores, é possível escolher a fruta que tem o nutriente procurado. “As vermelhas, alaranjadas, elas vão ter muitas antocianinas, antioxidantes. Os amarelados, alaranjados, vão ter be-

consiga variar o máximo de opções de frutas por dia, até cinco porções, que é o que recomenda o Ministério da Saúde, o ‘Guia Alimentar da População Brasileira’”, explicou.

De acordo com Jéssica Lisboa, a melhor forma de consumir frutas sempre será a forma integral dela, seja uma unidade, fatia ou porção. Uma porção de acerola, por exemplo, corresponde a 10 unidades, já uma porção de cajá seriam de cinco a seis frutos. Ela disse, no entanto, que os sucos preparados com a fruta ou com polpas de boa qualidade também são uma opção de consumo. A recomendação, porém, é evitar os sucos junto com grandes refeições, pois, nesses casos, eles podem atrapalhar a digestão e causar refluxo ou azia. Outra recomendação é evitar os sucos industrializados.

Uma dica da nutricionista é preparar um suco verde pela manhã, juntando couve com cajá, ou manga, ou acerola, ou caju. Segundo ela, a bebida tem vitamina C, selênio, zinco e magnésio, que vão melhorar o funcionamento da tireóide. “A vitamina C presente em frutas como acerola, caju, cajá, manga, é muito importante para reduzir o cortisol, aquele hormônio do estresse e que precisa ter no nosso corpo, mas, em grande quantidade, ele atrapalha o nosso metabolismo, fica associado com excesso de gordura corporal. Então esses alimentos ajudam a modular de forma estratégica esses picos de cortisol também. Já a melancia é muito rica no nutriente citrulina, importante para a vasodilatação, para quem corre, para



Foto: Arquivo Pessoal

É importante que a gente consiga variar o máximo de opções de frutas por dia, e consumir até cinco porções

Jéssica Lisboa

trientes, dependendo do aquecimento”, ponderou.

Conservação

Sobre a melhor forma de conservar as frutas, a nutricionista Jéssica Lisboa explicou que frutas com maior teor de água têm mais facilidade de se deteriorar. É o caso de uvas, morangos, maçãs, laranjas e outras frutas cítricas, que devem ser guardadas na geladeira. “Se eu fiz a injúria na fruta, eu cortei em fatias ou já comprei fatiado, é óbvio que elas precisam da refrigeração, porque elas vão oxidando, então a refrigeração evita que se estrague com mais facilidade”, completou.

“Tem frutas que amadurecem após o colhimento, que são as frutas climatéricas, como banana, abacate. Elas podem ficar fora da geladeira, atingem a sua maturação e não estragam, mas vai chegando o ponto que ela vai ficando mais oxidada, com a casca mais escura”, contou.

Para não perder as frutas que estão começando a estragar, é possível congelar algumas delas ou preparar receitas diversas. “Eu posso retirar a casca da banana, congelar, bater com uma proteína, fazer um shake. Então eu consigo, de fato, conservar essas frutas, um caju, uma acerola, bater, transformar elas em polpa e utilizar para sucos mais para a frente, ou fazer doces e geleias com aquela fruta que já está para se estragar. Manga também eu consigo passar no liquidificador, fazer um creme, colocar no congelador e consumir como um sorvete”, exemplificou.



Frutas vermelhas, como acerola, e alaranjadas, como cajá, têm muitas antocianinas e antioxidantes



carotenó, vitamina A, como uma manga. Então é muito importante essa diversidade, além das fibras que as frutas contêm, que vão ajudar também no equilíbrio do intestino, da microbiota intestinal. Então é disso a importância que a gente

SEGURANÇA DO TORCEDOR

Nudetor articula ações nos eventos esportivos

Ministério Público projeta a instalação de câmeras de reconhecimento facial no Almeidão e no Amigão

Danrley Pascoal
danrleyp.c@gmail.com

O Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB), por meio do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor (Nudetor), trabalha para a promoção da segurança e efetivação das política públicas de proteção ao torcedor, observando os direitos previstos nas leis que regem a defesa de um ambiente seguro, digno e acessível das praças desportivas e estádios.

O promotor José Leonardo Pinto, lotado na 2ª Vara Criminal de Campina Grande, é o coordenador do Nudetor. Ao jornal **A União**, ele contou um pouco do trabalho realizado pela entidade para proporcionar condições básicas ao torcedor e ampliar sua presença nos estádios de futebol. Para 2026, a principal meta é a instalação de câmeras de reconhecimento facial nos estádios Almeidão, em João Pessoa, e Amigão, na Rainha da Borborema.

Entrevista

■ O que é o Nudetor e com quem a entidade articula as ações de segurança?

Nudetor é um órgão do Ministério Público que serve como instrumento de efetivação da política pública de proteção ao torcedor, observando os direitos previstos na legislação de defesa do torcedor e promovendo um ambiente seguro, digno e acessível nas praças desportivas e estádios, sobretudo de futebol, no Estado da Paraíba. E, como tal, nós atuamos fomentando políticas e buscando os direitos previstos tanto no Estatuto do Torcedor quanto na Lei Geral do Esporte. A gente, para tanto, faz reuniões e atua de forma conjunta com o Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer [Sejel], da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, com a Federação Paraibana de Futebol [FPF] e com os clubes e as torcidas organizadas.

■ Como o senhor conceitua, hoje, a segurança para o torcedor que frequenta os estádios paraibanos?

A Polícia Militar e o Ministério Público, bem como os demais órgãos, possuem pessoas específicas atuando na prevenção e na segurança no entorno e

dentro dos estádios. Então, em todo jogo do Campeonato Paraibano, da Copa do Brasil ou do Campeonato Brasileiro que ocorre dentro da nossa unidade da Federação, é feito todo um monitoramento. Exige-se uma autorização para todas as partidas. E, obviamente, partidas mais sensíveis, como clássicos estaduais ou partidas dos times locais contra equipes de outros estados, têm uma atenção maior de todos os órgãos. Existe todo o incremento da segurança, existe o monitoramento das torcidas que vêm de outros estados, autorizações e formas de acesso, bem como acompanhamentos. Há uma série de medidas de segurança que são implementadas e são discutidas antes dos grandes jogos, e efetivamente implementadas pela Polícia Militar no dia do evento. [...] Dentro da Paraíba, contamos com um sistema específico, administrado pela Polícia Militar, em que todas as torcidas organizadas e todos os seus membros devem possuir um cadastro. Existe esse sistema, são cerca de 70 torcidas organizadas cadastradas. Por meio deste cadastro, inclusive, ocorre a liberação de instrumentos musicais, bandas, charangas e bandeiras nos estádios.

■ Em que ações o Nudetor tem empregado forças para qualificar as praças desportivas locais para estarem aptas a receber pessoas não só da Paraíba, mas também de todo o Brasil?

Atualmente, estamos discutindo a implementação, a partir do ano que vem, de 2026, do reconhecimento facial para entrada dos torcedores nas praças desportivas [Almeidão e Amigão]. A Lei Geral do Esporte prevê que os estádios com capacidade acima de 20 mil pessoas devem ter o reconhecimento facial e biométrico. E, como tal, estamos realizando reuniões com todos os órgãos já citados, e há um planejamento para a execução e implementação do reconhecimento facial, não apenas para garantir os direitos do torcedor no acesso aos estádios, como também para inibir e localizar pessoas que estejam de alguma forma impossibilitadas de frequentar as praças desportivas. Criminosos poderão ser identificados com esse instrumento. Essa é uma política nacional que está avançando também no estado da Paraíba. Inicialmente, nos dois maiores estádios, que são o Almeidão, na capital, e o Amigão, na cidade de Campina Grande.

■ A Lei Geral do Esporte obrigou a implantação do reconhecimento facial até junho de 2025. Conforme a normativa, Almeidão e Amigão atendem aos requisitos da obrigatoriedade (capacidade acima de 20 mil espectadores). Por que o sistema já não está funcionando na Paraíba?

A Lei Geral do Esporte prevê, exatamente, que os estádios liberados para receber acima de 20 mil pessoas têm que implantar esse sistema de reconhecimento facial. Como temos acompanhado, ao longo dos últimos anos, houve diversas atualizações da capacidade das nossas praças. Apesar de os dois estádios, historicamente, já terem capacidade divulgada de 30 até 40 mil pessoas nos seus primórdios, com o passar dos tempos, essa capacidade foi sendo reduzida e terminou ficando naquele patamar dos quase 20 mil. De modo que estamos aguardando que o Corpo de Bombeiros, quando chegar no final do ano, atualize os laudos, confirmando a capacidade dos dois estádios para mais de 20 mil pessoas, o que é a tendência. Imediatamente após isso, será exigido o cumprimento da norma legal prevista na

Lei Geral do Esporte. Assim, o acesso a essas praças de esporte será feito por meio do sistema de reconhecimento facial.

■ O Nudetor é um órgão do MPPB que trabalha de forma regionalizada, mas, em cada estado do Brasil, há entidades similares. Existe comunicação entre cada um desses órgãos para a execução de um trabalho conjunto visando a segurança nos eventos de amplitude nacional?

Existe um grupo nacional, organizado pelo Conselho Nacional de Procuradores e pelo Ministério Público. Inclusive, agora, no início de dezembro, participaremos de uma reunião nacional a respeito dos grupos de suporte e defesa do torcedor no âmbito do Ministério Público. No evento, serão atualizadas todas as normas já com vistas ao calendário de 2026. Efetivamente, com relação aos jogos entre torcidas de estados diferentes, há uma comunicação tanto da Polícia Militar quanto do Ministério Público, notadamente com os estados vizinhos Pernambuco e Rio Grande do Norte. Há um controle e conversas a respeito de possíveis situações de risco.

O promotor José Leonardo Pinto está sempre atento para garantir uma melhor segurança para o torcedor nos jogos

Foto: Divulgação, MPPB



O Estádio Almeidão, em João Pessoa, e o Amigão, em Campina Grande, terão tratamentos diferenciados pela maior capacidade de público

Foto: Divulgação/Secom-PB

BRASILEIRO SÉRIE B

Coritiba e Athletico decidem o título

Cinco clubes brigam por três vagas na Série A de 2026, enquanto outros tentam se livrar do rebaixamento à Série C

Da Redação

O Brasileirão tem jogos importantes neste domingo (23), mas as atenções maiores estão voltadas para a última rodada do Brasileiro Série B, quando estará em jogo o título da competição e mais três clubes que garantirão vaga na Série A de 2026. O Coritiba já alcançou o acesso e falta, também, a definição do último rebaixado à Série C - Paysandu, Volta Redonda e Amazonas foram rebaixados -, e a rodada 38 promete emoção em várias cidades, tudo a partir das 16h30, sendo que todos os jogos serão exibidos pelos canais da Disney+.

Os clubes paranaense Coritiba e Athletico brigam pela taça e estão separados por três pontos (65 a 62).

As outras três vagas seguem em disputa e estão na disputa cinco times: Athletico, Criciúma, Goiás, Chapecoense e Remo. Dois, que saíram da briga com a combinação de resultados da 37ª rodada, foram Novorizontino e CRB.

Os competidores que dependem de si são os três primeiros, atualmente completando o G-4, encabeçado pelo Coxa.

No Mangueirão, em Belém, será disputado o principal jogo da rodada decisiva, colocando frente a frente Remo x Goiás, em confronto direto por uma vaga na elite do futebol brasileiro. O empate não é suficiente para o time goiano, ainda que tire o Remo da briga. Se empatar e a Chapecoense vencer, os catarinenses ultrapassariam o Goiás no número de vitórias.

Quem tem a situação mais complicada na luta pelo acesso é o Remo, sexto colocado. Além de vencer o Goiás no confronto direto, o Leão precisa ‘secar’ a Chape, que recebe o Atlético-GO na última rodada, com o Dragão já sem ambição na Série B.

O Athletico-PR só precisa empatar para retornar a Série A. Mas se não vencer, claro, o time sai da briga pelo título, que depende de uma combinação improvável de vitória do Furacão e derrota do Coxa.

Se vencer e o Coritiba perder, o Athletico teria uma vitória a mais (19 a 18) e seria o campeão da Série B. Basta um empate, portanto, para o Coxa garantir a taça.

Rebaixamento

Athletic, Botafogo-SP e Ferroviária lutam contra o descenso. Com três times já rebaixados, resta definir o quarto e último time que disputará a Série C no ano que vem. Quem precisa ‘secar’ além de fazer sua parte na 38ª rodada é a Ferroviária, atualmente no Z-4, com 40 pontos e no 17º lugar. Athletic e Botafogo-SP precisam somente vencer que estarão livres.

Brasileirão

A 35ª rodada será completada neste domingo (23) com a realização de quatro partidas: São Paulo x Juventude, Bahia x Vasco, Sport x Vitória e Cruzeiro x Corinthians. O jogo na Vila Belmiro é o primeiro do dia com o São Paulo buscando a reabili-



Foto: Luis Miguel Ferreira/Ferroviária SAF

Na rodada anterior, o Athletico, que luta pelo título, venceu a Ferroviária, e hoje vai jogar em casa para confirmar o acesso para a Série A de 2026

Jogos de hoje

■ SÉRIE B

- 16h30
Athletico-PR x América-MG
Cuiabá x Criciúma
Remo x Goiás
Chapecoense x Atlético-GO
Operário-PR x Ferroviária
Amazonas x Coritiba
Athletic Club x Paysandu
Botafogo-SP x Avaí

■ SÉRIE A

- 16h
São Paulo x Juventude
Bahia x Vasco
18h30
Sport x Vitória
20h30
Cruzeiro x Corinthians



tação depois da derrota para o Corinthians no meio de semana pro 2 a 1. O Tricolor vai enfrentar o Juventude, às 16h, um adversário que vem de bons resultados como o da última quinta-feira (20) quando empatou em 3 a 3 com o Cruzeiro, alimentando ainda a chance de permanecer na Série A.

Com 33 pontos e 12 a disputar, o time gaúcho vai precisar de quatro vitórias e ainda torcer contra os adversários diretos na briga para não cair. Já o Tricolor paulista tem remotas chances de ainda conseguir uma vaga na Libertadores e está mais para a Copa Sul-Americana. Os canais Globo e Premiere

transmitem a partida a partir das 16h.

Bahia x Vasco

As duas equipes vêm de derrotas na rodada anterior. O Vasco acumulou a sua quarta derrota consecutiva ao perder de 2 a 0 para o Grêmio, enquanto o Bahia foi surpreendido em casa pelo For-

taleza por 3 a 2. O time baiano está mais tranquilo pelo fato de estar na parte de cima da tabela e próximo de garantir vaga na Copa Libertadores de 2026, enquanto seu adversário, depois de uma arrancada boa no retorno, perdeu força e está mais para brigar por vaga na Sul-Americana. O jogo começa às 16h e terá a

transmissão dos canais Globo e Premiere.

Sport x Vitória

O time pernambucano tem feito bons jogos nas últimas rodadas, mas conquistar uma vitória ou empate está difícil. Na última quarta-feira (19) perdeu de 3 a 2 para o Botafogo e agora se depara com um clube que briga para não cair. O Vitória conseguiu um expressivo resultado ao empatar sem gols diante do Palmeiras, no Allianz Parque, e segue seu drama para sobreviver na Série A. O clássico nordestino será mostrado pelo Premiere a partir das 18h30.

Cruzeiro x Corinthians

Depois de um início avassalador quando até chegou a liderar uma rodada do Brasileirão, o Cruzeiro vem perdendo a força na reta final da competição. Na última rodada empatou em 3 a 3 com o Juventude, sempre estando atrás no placar. Chegou aos 65 pontos e suas chances de conquista de título vem diminuindo a cada rodada, ficando a briga entre Flamengo e Palmeiras. Já o Corinthians, que venceu o São Paulo, na última quinta-feira (20), briga por vaga na Libertadores e deve dificultar ao máximo as pretensões de seu adversário no Mineirão. O jogo começa às 20h30 com transmissão da Amazon Prime.

Foto: Matheus Lima/Vasco



O Vasco perdeu a quarta seguida no Brasileirão, esta diante do Grêmio, e hoje volta a jogar fora, contra o Bahia

ANCELOTTI

Neymar não está garantido na Copa

Técnico adverte para o problema físico; Ronaldo, Romário e Ronaldinho não foram ao Mundial aos 33 anos

Ricardo Magatti
Agência estado

A sete meses da Copa do Mundo, Carlo Ancelotti tem respondido muito sobre sua lista final para o Mundial, a ser anunciada em maio do ano que vem, e mais ainda se Neymar estará ou não entre os convocados da Seleção Brasileira que tentará o hexa no Canadá, Estados Unidos e México.

O treinador italiano tem repetido que precisa "de atletas top fisicamente" e que só chamará o astro do Santos caso ele esteja na sua melhor condição física possível.

"O Neymar está na lista dos jogadores que podem estar no Mundial. Agora ele tem seis meses para chegar na lista final. Nós só temos que observar ele e outros jogadores para não cometer erros na lista definitiva", afirmou Ancelotti em sua última declaração sobre a chance de Neymar jogar a Copa.

Aos 33 anos, o maior artilheiro do Brasil na história (de acordo com a contagem da Fifa) não veste a camisa da Seleção Brasileira há mais de dois anos, desde outubro de 2023.

Neymar passou 48 dias sem jogar devido a uma lesão no músculo reto femoral da coxa direita. Voltou a defender o Santos no início deste mês no empate com o Fortaleza, contra o qual jogou 23 minutos. Depois, esteve em campo 85 minutos na derrota para o Flamengo e atuou todo o tempo no clássico com o Palmeiras, vencido por 1 a 0 e atuou contra o Mirassol, na última quarta-feira.

"Felizmente ele se recuperou da lesão que teve. Agora tem seis meses para jogar. O Brasileirão para em 7 de dezembro, depois pode tirar férias, mas depois terá novamente o Brasileirão para mostrar sua qualidade e, obviamente, sua condição física", afirmou Carlo Ancelotti sobre Neymar

Ele não fez gols nem deu assistências desde que se recuperou de sua terceira lesão no ano. E seus números na temporada são discretos: seis gols e três assistências em 24 jogos.



Neymar (D), ao lado de JP Chemont, antes de um treinamento do Santos na Vila Belmiro

Comparado a alguns dos maiores jogadores da história da seleção na época em que tinham 33 anos, a idade de Neymar hoje, o desempenho é desanimador para alguém que é há 15 anos o jogador mais talentoso do País.

Romário, Ronaldo e Ronaldinho Gaúcho ainda eram protagonistas quando tinham 33 anos. Mesmo assim, não foram convocados para nenhuma Copa do Mundo com essa idade ou anos depois.

Em 1999, Romário, aos 33, defendia o Flamengo e fez 46 gols em 54 partidas. Foi campeão da Copa Mercosul. No ano seguinte, voltou ao Vasco e seus números foram ainda mais impressionantes: 72 gols em 66 jogos e o título do Brasileirão de 2000, torneio em que foi o goleador e o mais im-

portante protagonista. Mesmo assim, não foi à Copa de 2002 por uma série de atitudes que, no entender de Felipe, não fariam bem ao grupo que seria pentacampeão.

Em 2009, Ronaldo Fenômeno decidiu retornar ao Brasil para encerrar sua carreira. Aos 33 anos, estava acima do peso, mas ainda sobrava. O nível técnico era tão superior ao dos adversários que o sobrepeso não o impediu de fazer 23 gols em 38 duelos e conduzir o Corinthians ao título da Copa do Brasil. Seu ciclo em Copas estava encerrado. Dunga não o levou para o Mundial de 2010.

Em 2013, Ronaldinho Gaúcho levou o Atlético Mineiro ao título mais importante da história do time mineiro: a Libertadores. O meia foi o líder técnico daquela equipe e terminou a tem-

porada com 17 gols e 14 assistências em 38 jogos. Felipe não o convocou para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil.

Quem também tem 33 anos, mas está em boas condições físicas e retornou à seleção é Casemiro. O experiente volante, um dos líderes do grupo comandado por Ancelotti, acredita que Neymar segue sendo indispensável à seleção.

"A gente não pode dispensar se esse cara está bem. Se esse cara está bem fisicamente, mentalmente, esse cara é o melhor disparado. Eu sou um grande fã dele como jogador", disse o meia do Manchester United em entrevista ao GE.

Neymar só não estava disponível em uma das quatro convocções de Ancelotti. Nas outras três ocasiões, não foi chamado por opção do italiano.

Pedro
Alves

pedroalvesjp@yahoo.com.br

A Paraíba vai ao Mundial?

A chance de termos um conterrâneo na Copa do Mundo do ano que vem, que terá organização compartilhada por México, Canadá e Estados Unidos, é consideravelmente grande. Ou melhor, é bem real a possibilidade de que dois paraibanos integrem a lista derradeira de convocação antes do Mundial. Um paraibano, eu diria, é quase certo estar, sob o ponto de vista técnico, ressaltadas, claro, as eventualidades trágicas de cortes por conta de lesões.

Os nomes da vez são o meia-atacante Matheus Cunha, do Manchester United, e o ala que corre, ora por dentro, ora por fora, Douglas Santos, do Zenit. O avançado tenta brilhar em um time ainda problemático como é o dos Diabos Vermelhos, e muitas vezes consegue. Vem sendo convocado constantemente e é um nome especial para Ancelotti, já dá para perceber.

Eu diria que ele é componente onze ideal do técnico italiano, pelo menos neste momento. Nos dois últimos amistosos foi titular, diante de Senegal e Tunísia, jogando muito bem contra o time senegalês e atuando discretamente diante dos tunisianos. Jogando atrás de um centroavante, que normalmente é móvel, como Rodrygo, ele se movimenta muito em sintonia com o companheiro para tentar despistar os adversários.

O paraibano de João Pessoa tem se mostrado também um bom garçom, um construtor de jogadas, versatilidade que é sempre bem vista pelos técnicos. Antes de chegar ao Reino Unido, jogando na Suíça e na Alemanha, Matheus se constituía mais limitado a um centroavante, embora sempre móvel e com boa intensidade de jogo. Agora se mostra também como arco, não só flecha. Titular nos últimos jogos do Brasil, com o ciclo para a Copa já se fechando e atuando em alto nível na mais disputada competição nacional do mundo, Matheus não é só um nome forte para figurar na última lista, mas um rosto provável que deve embarcar para a sua primeira Copa do Mundo.

Outro paraibano, também de João Pessoa, corre por fora. E no seu caso, muito mais por uma espécie falta de grandes nomes da posição, do que por viver uma grande fase da sua carreira. Ao seu favor, Douglas Santos, que foi testado nesse fim de ciclo por Ancelotti, teve uma atuação segura, de razoável para boa, diante do Chile ainda nas Eliminatórias, sem muito intervir ofensivamente, mas também sem comprometer.

O ponto de preocupação é que essa posição está completamente aberta. Em todo o seu período à frente da Seleção Brasileira, iniciando a sua trajetória pelo fim de um ciclo anterior a uma Copa, Carleto convocou cinco laterais-esquerdos: Douglas, Caio Henrique, Carlos Augusto, Alex Sandro e Luciano Juba. Apenas o lateral do Bahia não foi utilizado. Todos os outros foram observados e disputam uma das duas vagas na posição para a próxima Copa do Mundo.

Índio, Júnior, Mazinho e Hulk

Se Ancelotti convocar os dois será a primeira vez que um elenco brasileiro terá dois paraibanos simultaneamente numa Copa do Mundo. Até hoje na história, foram quatro paraibanos que disputaram a maior competição do futebol de seleções. Hulk, de Campina Grande, esteve na edição fatídica de 2014, no Brasil. Sem brilho, o atacante até foi titular, mas pouco ajudou. E ainda entrou em campo naquele 7 a 1 diante da Alemanha.

O primeiro, no entanto, foi o atacante Índio, de Cabedelo, um dos maiores goleadores da história do Flamengo e ídolo do Rubro-Negro. Ele disputou a Copa do Mundo em 1954, mas foi reserva do time brasileiro. O único campeão mundial da Paraíba é o meia Mazinho, de Santa Rita, que foi peça fundamental de uma engrenagem de guerreiros que conseguiram fazer as estrelas Bebeto e Romário resolverem os jogos em 1994 para todo o grupo entrar na história como tetracampeões.

Um pouco antes disso teve o pessoense Júnior. Embora tenha participado também de uma edição trágica para o Brasil, o paraibano fez parte do famoso e admirado "Brasil de 82". Na Copa da Espanha, fez gol, participou de belos lances e construiu uma das seleções mais maravilhosas da história do futebol. Que acabou eliminada para Itália naquele jogo que nunca acabou para o futebol brasileiro e para toda uma geração. Foi a seleção que ganhou o mundo sem vencer.

Mas isso já foi, e o brasileiro de agora quer mesmo é um time que vença sem ganhar o coração de ninguém. Ancelotti precisa conquistar a taça do Mundial para evitar que seja registrado o maior jejum brasileiro de títulos em copas. A saga deve ter dois ou pelo menos um paraibano como personagem.

PESQUISA

Série B é mais bem avaliada que ligas europeias

Agência Estado

A Série B do Campeonato Brasileiro é mais bem avaliada pelos torcedores brasileiros do que as principais ligas europeias. Segundo pesquisa da Nexus, em parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a segunda divisão nacional é vista como ótima ou boa por 45% dos espectadores. Outros 23% veem como regular, 8% ruim e 24% não opinaram.

Avaliação parecida é feita quando o assunto são os campeonatos estaduais, cuja taxa de classificação como bom ou ótimo é de 46% (24% regular, 8% ruim ou péssimo e 22% não opinaram).

A liga europeia que mais se aproxima do índice de aprova-

ção da Série B e dos Estaduais é o Campeonato Espanhol: 41% de bom e ótimo, 15% de regular, 6% de ruim ou péssimo - 38% não avaliaram O Inglês, por sua vez, tem 40% de ótimo ou bom, 14% de regular, 6% de ruim ou péssimo e 40% que não opinaram. Já o Italiano foi avaliado com apenas 35% de ótimo ou bom, 19% de regular, 6% de ruim ou péssimo e os mesmos 40% que não responderam sobre a Premier League.

"Isso demonstra a força do futebol nacional. Mais que bairrismo, é uma demonstração da popularidade do nosso Campeonato Brasileiro. Basta dizer que nos últimos 25 anos, tivemos 11 campeões diferentes", afirma o presidente da CBF, Samir Xaud.

"Nenhum outro campeonato sul-americano ou europeu tem essa variedade de vencedores todos são concentrados em dois, três ou quatro times. Essa variedade e pujança expressam uma tradição brasileira, que produz grandes jogadores e elencos, que não se perpetuam nas conquistas, porque todo ano há desafios gigantes para quem quer se manter no topo", conclui.

A pesquisa também mostra que há maior interesse pelo Brasileirão e pela Copa do Brasil, ambas com 66% de avaliação ótima ou boa, do que pela Champions League, com 54%. A Copa Libertadores da América é a competição internacional melhor avaliada, com 63%.

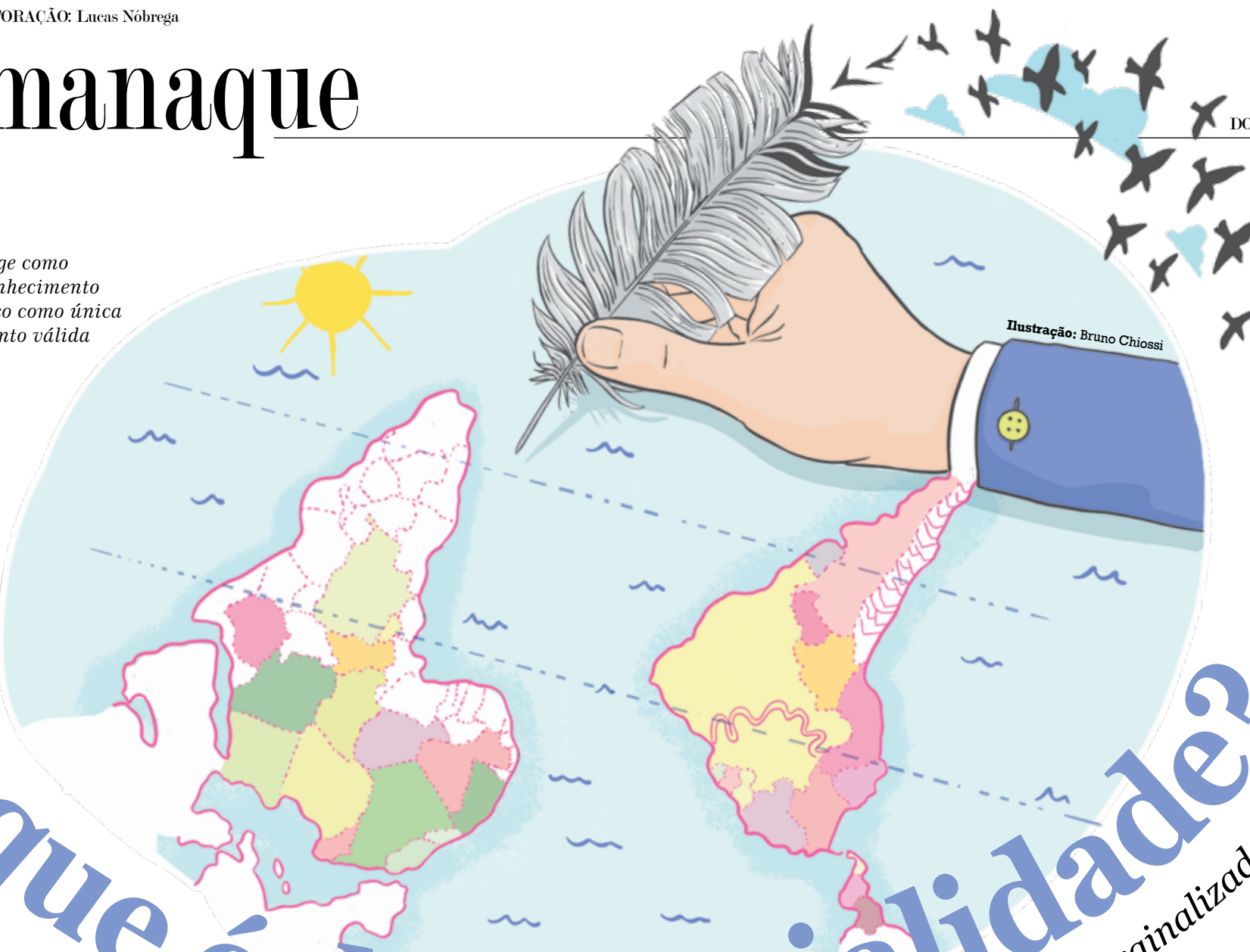
A Série A do Campeonato Brasileiro tem alta aprovação especialmente entre jovens de 16 a 24 anos (77%), homens (79%), pessoas com ensino superior (72%) e quem ganha mais de cinco salários mínimos (74%). A avaliação positiva também é forte entre brasileiros pretos (69%) e pardos (68%), além de moradores do Norte/Centro-Oeste e do Sudeste, ambos com 70%.

Para a realização do estudo, foram entrevistados 2.006 cidadãos com idade a partir de 16 anos, nas 27 Unidades da Federação, entre os dias 15 e 24 de agosto. A margem de erro da amostra é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

Decolonialidade surge como denúncia sobre o conhecimento ocidental hegemônico como única forma de conhecimento válida

O que é decolonialidade?

Pensamento representa uma nova forma de olhar os saberes historicamente marginalizados



Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Se o dito popular de que “o conhecimento vale ouro” traduz a ideia de que o saber está atrelado ao poder, a decolonialidade trabalha essa relação ampliando a perspectiva do “conhecer”, até então monopolizada por povos que se impuseram ao longo do processo de colonização ocidental. Mais do que uma corrente teórica, o pensamento decolonial representa uma nova forma de olhar os saberes historicamente marginalizados.

No Nordeste brasileiro, um exemplo disso são as práticas das rezadeiras, que provêm das tradições afro-indígenas e são bastante consideradas na cultura sertaneja. Ungentos e remédios com ervas, assim como os saberes ancestrais em torno do tempo, são formas de conhecimento que organizam aspectos da vida de muitas comunidades. Na Paraíba, os chamados “profetas da chuva” encontram-se anualmente no *campus* de Catolé do Rocha, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), para elaborar previsões sobre o clima na região. “São homens e mulheres que compreendem as dinâmicas do tempo a partir de uma observação apurada das condições da natureza. Alguns vão analisar, por exemplo, o nascimento de determinadas plantas ou a posição da casa do passarinho João de Barro. A decolonialidade vem exa-

tamente para mostrar a importância de se valorizar esse tipo de conhecimento. Muitas vezes esses saberes são apropriados pela ciência acadêmica, que constrói uma outra narrativa sobre eles e os organiza de acordo com a sua linguagem. Mas eles já estavam lá, com toda a sua complexidade e sofisticação”, explica o historiador Lucas Medeiros.

Natural também de Catolé do Rocha, Lucas fez os primeiros contatos com os estudos decoloniais no curso de graduação. Hoje, desenvolve pesquisa de pós-doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), investigando as relações entre gênero, sexualidade e religiões afro-ameríndias e afro-brasileiras na perspectiva decolonial. O termo “perspectiva” é justamente o que o pesquisador mais enfatiza ao caracterizar a decolonialidade. Para compreendê-la, no entanto, ele ressalta que é preciso esclarecer outros termos como “colonialismo” e “colonialidade”.

“O colonialismo é um processo histórico marcado pela dependência de antigas colônias em relação a antigas potências hegemônicas, as metrópoles, localizadas no que a gente chama de ‘Europa moderna’. Quando ocorre a independência dos países colonizados, uma infinidade de questões de ordem política, econômica e social permanece. Ou seja, a dependência vai permanecer em relação à maneira de produzir o conhecimento, às formas de organiza-

ção política e em vários outros sentidos. Por isso, a gente pode dizer que a colonialidade é a continuação do colonialismo histórico”.

Uma das críticas que mostra a presença da colonialidade está no próprio meio acadêmico, inclusive nas ciências humanas e sociais, que privilegia o estudo de correntes europeias ou norte-americanas de pensamento, em detrimento de autores latino-americanos. Um modelo que, segundo Lucas Medeiros, reforça a ideia de que quem pensa é o europeu, deixando à margem formas de pensamento pouco discutidas.

Com base nisso, o pesquisador reforça que a decolonialidade surge como denúncia sobre o conhecimento ocidental hegemônico como única forma de conhecimento válida, chamando atenção para como ele tem sido reproduzido nos países historicamente subalternizados pelo modo como, ainda hoje, organizam-se.

“Não se trata de negar o conhecimento europeu, conhecimento científico, clássico, canônico, mas de apontar a existência de outras formas de conhecimento que são tão importantes quanto. E aí a gente pode pensar, por exemplo, nos saberes das comunidades tradicionais, dos grupos religiosos que foram historicamente desqualificados. Por isso, para além de uma perspectiva acadêmica, a decolonialidade é também uma proposta política de valorização dos conhe-

cimentos historicamente marginalizados pelas formas convencionais e hegemônicas”, completa o pesquisador.

A ênfase em dizer que não se trata de negar o conhecimento produzido até então pela humanidade tem razão de ser. Medeiros alerta para o risco de confundir a decolonialidade com posições extremas, como o anticientificismo e o negacionismo, que tentam criar um novo conhecimento dentro dos parâmetros ocidentais pela via da negação.

“Toda essa discussão sobre o terraplanismo ou a crítica à utilização das vacinas são formas de produção de conhecimento que negam o conhecimento hegemônico, mas dentro das mesmas estruturas. Ela aparece como uma alternativa extremamente perigosa. E aí não se trata de saberes de grupos que foram subalternizados, e sim de uma crítica à ciência sem embasamento”, compara.

Os estudos de decolonialidade começaram a se difundir a partir da década de 1990, com a organização de grupos nos continentes africano, asiático e na América Latina. Hoje, o termo tem ganhado destaque em diferentes cenários sociais e políticos, a ponto de ser considerado até modismo. Lucas Medeiros faz questão de alertar como essa tendência pode vir acompanhada do desconhecimento e reforçar visões contrárias.

“É um pouco *cool* falar em decolonialidade. É bacana. Então as pessoas fazem disso meio que um

modismo também. E muitas delas, de forma equivocada, vão pensar a decolonialidade como uma tentativa de apagamento do conhecimento europeu, quando na verdade não se trata disso. É muito mais uma tentativa de reformulação, do que propriamente negá-los”, completa.

A decolonialidade nasceu no campo das Ciências Sociais e Humanas, onde tem sido mais mobilizada para reconfigurar paradigmas. No caso da História, por exemplo, uma das críticas feitas é em relação à compreensão histórica linear e progressista, que naturaliza hierarquias, legítima violências e invisibiliza formas de narrar o mundo. Outras áreas aparentemente mais fechadas à auto-crítica, como as Ciências Exatas, também têm ensaiado reformulações, como é o caso da Matemática, que vem considerando a perspectiva do Egito Antigo em vez de somente as influências gregas. O caminho para a valorização de outros saberes sempre será desafiador e exigente, mas nunca impossível. Os primeiros passos já foram dados.

FliParaíba

Vez por outra, o tema da decolonialidade também é abordado ou mencionado nos eventos literários. Um deles, o FliParaíba, começa gratuitamente a sua segunda edição na próxima quinta-feira (27) e segue por mais dois dias, no Centro Cultural São Francisco, em João Pessoa, reunindo artistas e pensadores do Brasil, África e Portugal.

Obras para aprofundar no assunto



Imagem: Reprodução/Autêntica



Imagem: Reprodução/Ubu

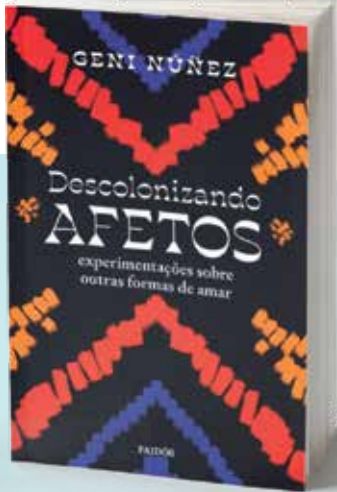


Imagem: Reprodução/Paidós

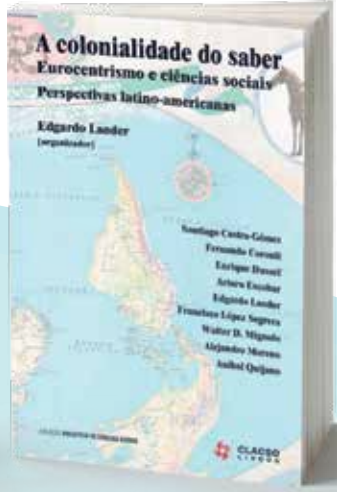


Imagem: Reprodução/Clacso

“DESCOLONIALIDADE E PENSAMENTO AFRODIÁSPÓRICO”
Autores: Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. Editora Autêntica (2019)

O livro apresenta diálogos entre pensadores decoloniais, feministas negras, intelectuais e ativistas antirracistas e negros, destacando os processos de resistência das populações afrodiáspóricas brasileira, caribenha, norte-americana e africana.

“A TERRA DÁ, A TERRA QUER”
Autor: Antônio Bispo dos Santos. Ubu Editora (2023)

A obra apresenta e desenvolve o conceito-chave de contracolônização, contrapondo o modo de vida quilombola ao da sociedade colonialista, propondo um pensamento fronteiriço que compreenda o mundo como forma integrada de ecossistemas, idiomas, espécies e reinos.

“DESCOLONIZANDO AFETOS: EXPERIMENTAÇÕES SOBRE OUTRAS FORMAS DE AMAR”

Autora: Geni Núñez. Ed. Paidós (2023)
O livro convida a repensar a exclusividade nos relacionamentos afetivos, a partir de reflexões históricas e macropolíticas em perspectivas anticoloniais sobre o tema, desconstruindo equívocos comuns a respeito da não monogamia e considerando outras formas de amar.

“A COLONIALIDADE DO SABER: EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS”

Organizador: Edgardo Lander. Editorial Clacso (2005)
Coletânea de artigos apresentados no Congresso Mundial de Sociologia de Montreal, em 1998, que analisam o eurocentrismo enquanto questão epistêmica nas ciências sociais e como o regime neoliberal ultrapassa as questões econômicas.



Sobrinho esteve ligado aos programas surgidos na efervescência das primeiras emissoras do estado, atuando nas rádios Cariri e Caturité, ambas de Campina Grande, e na Rádio Tabajara, de João Pessoa

Angélica Lúcio

Como fazer uma cobertura humanizada e ética sobre a violência contra as mulheres

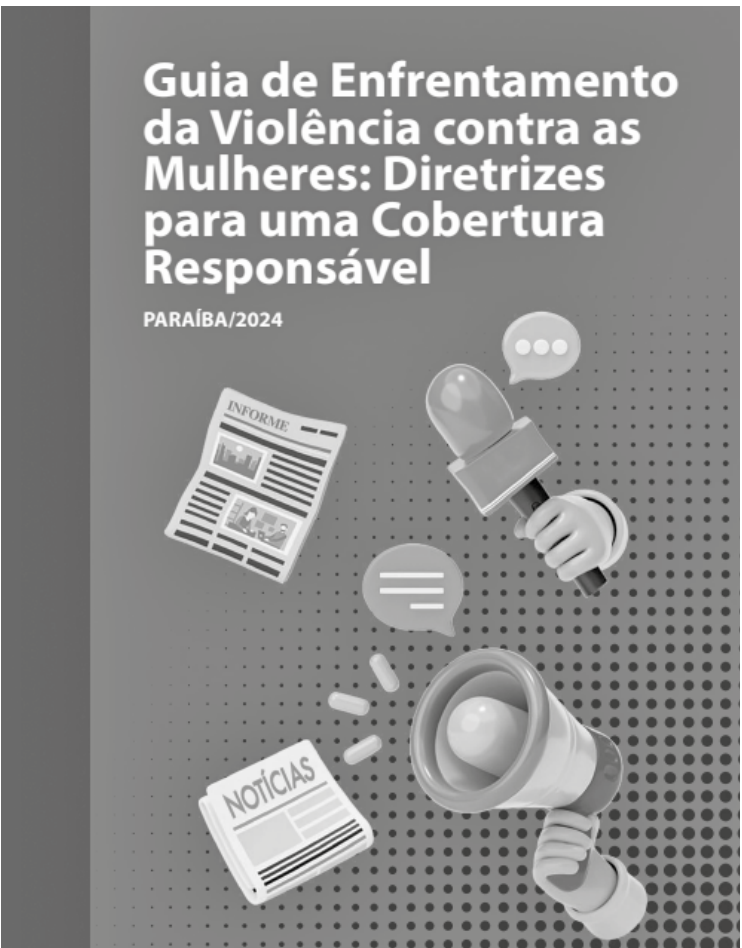
O lho para o calendário e penso: 25 de novembro é o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra as Mulheres, data reconhecida como tal em 1999, pela Organização das Nações Unidas (ONU). A violência contra as mulheres, infelizmente, continua a nos assustar, com índices alarmantes, inclusive de feminicídios.

O que reforça, também, a necessidade de que os jornalistas estejam atentos à forma como devem tratar o tema. Um reforço para refletir sobre nossas práticas cotidianas é o *Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: Diretrizes para uma Cobertura Responsável*, lançado em novembro de 2024.

A publicação é uma iniciativa conjunta do Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba; Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica, Familiar e Sexual (Reamcv); Observatório Paraibano de Jornalismo; e Intervozes — Coletivo Brasil de Comunicação Social. O texto é assinado pela jornalista e doutoranda Mabel Dias e pela professora Glória Rabay.

Conforme consta na apresentação, o guia objetiva fornecer “orientações precisas para os profissionais da mídia na Paraíba, destacando a importância da ética, da humanização e do respeito à dignidade das mulheres em todas as fases da cobertura jornalística. Além disso, enfatiza o papel fundamental da imprensa na promoção dos direitos humanos e na desconstrução de estereótipos prejudiciais”.

Lançado em novembro de 2024, guia fornece orientações precisas para os profissionais da mídia na Paraíba sobre o tema



Passei os olhos pelo sumário e fui direto à seção em que são dadas recomendações para que os jornalistas possam fazer uma cobertura humanizada e ética. Uma das orientações é que se evite a veiculação de imagens de vítimas de violência física e sexual, pois a exposição pode gerar retraumatização, rememorar a violência e ferir o direito ao esquecimento.

Também é sugerido que haja rigor jornalístico na escolha de títulos e imagens, ou seja, é imperativo evitar a exploração de imagens chocantes e de cunho apelativo, como fotos de vítimas de crimes ou cenas que desrespeitem sua dignidade e a de seus familiares.

Antes de entrevistar uma mulher sobrevivente de violência ou um familiar de uma vítima, os jornalistas devem abordá-las com

calma, empatia e respeito, para verificar se querem falar. Caso decidam não conceder entrevista, a decisão deve ser respeitada. Em situações de violência sexual, o cuidado deve ser redobrado e recomenda-se evitar entrevistas ou reportagens que identifiquem a sobrevivente, em respeito à vítima e a seus familiares. No caso de crianças, não devem ser feitas entrevistas, conforme expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Outra dica da publicação, tão essencial quanto as outras recomendações, é que os veículos de comunicação não se limitem a reportar os casos. Para ir além, devem indicar os serviços de atendimento especializado e fornecer números de emergência e links para que as vítimas busquem ajuda e apoio.

Mais: a mídia não deve promover entrevistas com acusados de crimes contra mulheres e meninas, visto que as declarações podem ser usadas como atenuantes em processos judiciais. Outra orientação é que as mulheres devem ser informadas sobre os recursos disponíveis para buscar ajuda e escapar de relacionamentos abusivos, sendo essencial divulgar as medidas previstas na Lei Maria da Penha e as responsabilidades do Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário.

Quando puder, faça uma leitura completa do *Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: Diretrizes para uma Cobertura Responsável*. O material é bem amplo e vai ajudá-lo a cobrir o tema da violência contra as mulheres de forma mais responsável.

angelicallucio@gmail.com

José Alves Sobrinho

“Folheto foi a minha aula, foi a minha escola”

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Considerado um mestre na arte da cantoria, o paraibano José Alves Sobrinho, como ficou conhecido, demonstrava, desde cedo, vocação para o verso e para a viola. “José Clementino de Souto” era seu verdadeiro nome. Nascido em 25 de junho de 1921, na fazenda Pedro Paulo, de propriedade dos pais, à época pertencente ao município de Picuí, no Curimataú paraibano, o garoto iniciou-se nos versos ainda pequeno, lendo folhetos enquanto ajudava nas lidas da família.

“Folheto foi a minha aula, foi a minha escola; a minha universidade foi o folheto; quando eu saí da escola, eu lia com muita dificuldade pra juntar a letra e pronunciar, e meu avô gostava muito de folheto, comprava o folheto e me botava na debulha de feijão e essa coisa... eu me sentava lá e o povo de junto... ou milho... e eu ia ler o folheto, até que eu desemburrei a língua, desenganchei a língua pra pronunciar melhor com o folheto, e o folheto teve grande influência pra mim”, declarou o paraibano, em entrevista ao pesquisador Maurílio Souza.

Já adolescente, foi atraído para a carreira artística, apresentando-se com uma violinha construída por ele mesmo, com caixas de charuto. Só depois ganhou uma viola de verdade, de um de seus vizinhos. O nome artístico, “José Alves Sobrinho”, surgiu nessa época, para se esconder da repressão do pai, que tinha vergonha de ter um filho trabalhando nessa atividade. Em certa ocasião, o pai chegou até a que-

brar uma viola na cabeça dele. A solução encontrada pelo jovem foi fugir de casa aos 15 anos.

“A gente cantando bem o folheto, a voz bonita, tocando e essa coisa, o povo chamava mais a gente para aquele folheto. ‘O senhor ainda sabe daquele folheto?’ ‘Sei’. ‘Pois vá lá pra casa hoje, que a mulher quer hoje’. É a gente ia pra lá e tava o povo junto. Folheto me ajudou muito. Eu não digo a você. De 36 a 46, o folheto me ajudou muito. Tanti- to intelectualmente como financeiramente o folheto me ajudou”, confessou o repentista.

Sobrinho contava que a diversão do povo era ouvir um cantador ou a leitura em voz alta dos folhetos, como ele mesmo fazia em casa, sentado num lugar mais alto ou em cima da mesa, para que todos pudessem ouvir. Os poemas podiam ser histórias de Tran- coso ou fatos do cotidiano, como foi o caso de seu primeiro folheto, *Quem matou também morreu*, escrito em 1938, sobre a morte do cangaceiro Lampião, ocorrida naquele mesmo ano.

Segundo Maurílio Soares, além de fonte de distração e leitura, a literatura de cordel servia também como fonte de informação para os sertanejos nordestinos daquela época, suprimindo a ausência de veículos de comunicação voltados para as classes populares. Como os poetas participavam diretamente dos fatos vividos pelo povo, assumiam a tarefa de reportar os acontecimentos públicos, baseando-se naquilo que ouviam na imprensa ou no rádio, que ainda estava em processo de expansão.

“Os poetas populares, por meio de suas narrativas, sugerem enfoques mui-

to precisos dos fatos que se desenrolam no mundo, no país e na região, alargando, por vezes, a perspectiva da história oficial, uma vez que não se mantêm equidistantes diante dos acontecimentos”, analisa o pesquisador.

Precursor radiofônico

Fugido da casa dos pais para começar uma vida como cantador-repentista nômade — característica que a professora holandesa Ria Lemaire, especialista em Literatura Brasileira, atribuía a uma linhagem que denominou de “poetas do mundo” —, José Alves Sobrinho rumou para terras de um estado vizinho, onde conheceu poetas populares que transitavam entre as interregiões de divisa. Com eles, o jovem aprendeu todos os meandros do ofício poético, desde as rotas às estratégias de vendas nas feiras sertanejas.

“Bom, eu iniciei a minha primeira viagem foi no Rio Grande do Norte. Quando eu saí da redondeza de casa, minha primeira viagem foi com destino ao Rio Grande do Norte. [...] Daí eu voltei à Paraíba. A Paraíba começava, naquele tempo também, a se entrosar pelo cantador aqui nessa região do Brejo, do Cariri, porque pelo Sertão toda vida foi, não é? Mas aqui, nessa região do Brejo, de senhores de engenho, eram muito

preconceituosos e não conseguia nem sequer um cantador cantar nas suas fazendas, nos seus engenhos, e, por contra disso, era menor a frequência de cantadores na região do Brejo, embora que no Litoral já aparecia mais o coco, a embolada”, contou o poeta.

De volta à sua terra natal, Sobrinho fez carreira como um dos mais admiráveis poetas populares nordestinos de sua época, atuando nas feiras e no mercado de venda de folhetos. A professora e pesquisadora Joseilda Diniz, que estudou a fundo a trajetória artística do paraibano ao longo de seu doutorado, na França, ressalta como o “menino sensação” — nos dizeres do próprio repentista — tornou-se uma lenda para gerações de poetas com os quais cantou e conviveu. Ela recorda, ainda, que o nome de José Alves Sobrinho esteve ligado também aos programas radiofônicos surgidos na efervescência das primeiras emissoras do estado.

“Como precursor desses programas radiofônicos no Brasil, em um momento-chave de transformação das novas tecnologias da informação e da comunicação, José Alves Sobrinho se profissionalizou, ampliando seu campo artístico, antes cativo das cantorias de parede, evoluindo para os programas de auditório até a organização dos pri-

meiros congressos de violeiros”, revela a pesquisadora. O cantador atuou em programas das emissoras Cariri e Caturité, ambas de Campina Grande (PB), Rádio Tabajara, de João Pessoa (PB), e Rádio Clube, do Recife (PE).

Sobrinho cantou profissionalmente por 29 anos, até que perdeu parte das cordas vocais e, desgostoso, abandonou a cantoria. “A fama e a glória, assim como a riqueza acumulada, desaparecerão progressivamente, na medida em que o poeta se afasta da cantoria. Quando as informações sobre a sua afonia começam a se propagar, o público e os convites tornam-se escassos. Apreciado e adulado por intelectuais e o povo em geral, é no esquecimento que seu nome repousará durante muito tempo”, escreveu Diniz.

Sobrinho enveredou, então, auxiliado por tipógrafos, para a escrita de folhetos de cordel, e posteriormente para a pesquisa das tradições populares, aproveitando-se das anotações e exemplares de obras de poetas cantadores e de bancada que reuniu ao longo dos anos. É dele, em coautoria com o jornalista e folclorista Átila Almeida, um dos maiores marcos da pesquisa em cordel, a obra *Dicionário Bio-bibliográfico de Repentistas e Poetas de Bancada*. Na lista de publicações de

José Alves Sobrinho, constam, ainda, títulos como *Glossário da Poesia Popular*, *Cantadores e Repentistas e Poetas Populares*, *História de Campina Grande em Versos*, *Matulão de um Andarilho e Sabe-doria de cabôco*.

José Clementino de Souto faleceu em 17 de setembro de 2011, aos 90 anos, em Campina Grande. José Alves Sobrinho permaneceu vivo na poesia, nas memórias e testemunhos sobre a literatura de cordel legou às futuras gerações, por meio de suas obras. Ainda em vida, recebeu várias homenagens e foi ocupante da cadeira de número 1 da Academia Paraibana de Literatura de Cordel (APLC).

“Ele me ensinou sobre as coisas da nossa terra e do nosso povo. A vida de José Alves foi definidora para a constituição de nossos saberes em torno das poéticas orais”, expressou-se a professora Joseilda Diniz, em uma *live* em homenagem ao centenário do poeta. Na mesma ocasião, o jornalista Xico Nóbrega relatou como acompanhou o cordelista na gênese do livro *Cantadores com quem eu cantei* (2003), e como pôde conhecer melhor aspectos de sua vida: “Era uma pessoa admirável, e esse livro, em particular, mostra claramente como era a vida de um cantador de viola nos anos 1930, 1940, no Nordeste do Brasil”.

Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br

Tocando em Frente



Do caipira ao sertanejo de raiz — VII

Não raras vezes, as chamadas duplas sertanejas caipiras deixavam um pouco de lado as cantorias das modas de viola e enveredavam pelo mundo do humorismo, diversificando o canto com a narração de “causos”, o que lhes conquistava os aplausos por parte de um público que sempre lhes foi fiel, fosse em apresentações em circos, teatros, rádios, salas de espera de cinemas, fosse em festas populares.

A dupla Alvarenga (Murilo Alvarenga, Itaúna-MG, 1912–São Paulo, 1978) e Ranchinho (Diésis dos Anjos Gaia, Jacareí-SP 1913–São Paulo, 1991), foi formada em 1929, por iniciativa do primeiro, e esteve em atividade, pelo menos, até 1978, participando, principalmente, de espetáculos circenses pelo interior paulista, onde cantava e contava piadas que, facilmente, caíam no gosto popular. No ambiente, Alvarenga chegou a trabalhar como trapezista. A notoriedade da dupla só veio em 1934, quando foi contratada pelo maestro Breno Rossi, que a levou à Rádio São Paulo.

Após contrato de dois anos, eles se mudaram para o Rio de Janeiro, onde gravaram o primeiro disco — um 78 rpm —, com destaque para a música “Itália e Abissínia”, cuja letra satirizava um conflito armado entre aqueles países. No famoso Cassino da Urca, a dupla aprimorou a criação de sátiras de natureza política, bem ao gosto do público de então, porém, como se vivia uma época em que a política já enveredava por um processo de polarização, ao lado de aplausos por participar de campanhas políticas, diversas vezes passou pelas grades de cadeias do regime. Lembrem-se de que o Brasil vivia a época controversa da ditadura Vargas.

Por esse tempo, a dupla participou do primeiro filme falado, feito na capital paulista, *Fazendo Fita*, com direção de Vittorio Capellaro e produção de Anísvaldo Pires, o festejado compositor caipira, cognominado de “Capitão Furtado”, que nos deixou várias preciosidades no estilo. Depois, ainda participaram do filme de Ademar Gonzaga, *Carnaval em Lá Menor*.



Dupla Alvarenga e Ranchinho caía no gosto popular aliando música com o lado circense

Após uma longa excursão pelo Rio Grande do Sul, a dupla regressou ao Rio de Janeiro, sendo contratada pela Rádio Mayrink Veiga, onde recebeu o título de “Os Milionários do Riso”, alcunha creditada aos seus esquetes de natureza cômica.

Em 1938, já contratada pela Odeon, em parceria com Herivelto Martins, gravou a canoa-lesca “Seu cantador”, que obteve grande sucesso no Carnaval do ano seguinte.

O ano de 1939 foi o da “redenção política” da dupla: convidada por Alzira Vargas,

apresentou-se, no antigo Palácio do Catete, especialmente para Getúlio Vargas, que a beneficiou com “um ato de suspensão de perseguições políticas”.

Veio, então, em 1940, a gravação daquele que foi o maior sucesso da dupla: “Romance de uma Caveira”, ainda hoje lembrado pelos que valorizam as criações mais antigas de nossa MPB. Nesta, em parceria dos dois com Chiquinho Salles, descreve-se a chegada ao cemitério de uma “nova defunta”, o que provoca o suicídio de um “caveiro” apaixonado: “Eram duas caveiras que se amavam / e à meia-noite se encontravam / Pelo cemitério os dois passavam / e juras de amor então trocavam / Sentados os dois em riba da lousa fria / a caveira apaixonada assim dizia / que pelo caveiro de amor morria / e ele de amor por ela vivia / Ao longe uma coruja cantava alegre / de ver os dois caveiros assim felizes / e quando se beijavam em tom fúnebre / a coruja batendo asas pedia bis / Mais um dia chegô de pé junto / um cadáver novo de um defunto / e a caveira por ele se apaixonou / e o caveiro antigo abandonou / O caveiro tomou uma bebedeira / e matou-se de um modo romanesco / por causa dessa ingrata caveira / que trocô ele por um defunto fresco”.

Sombrio, não!? Nos dias de hoje, seria censurada?... Mas não deixa de ser um texto bastante criativo.

Apesar das dificuldades de natureza linguística, a dupla chegou a se apresentar em Buenos Aires (Teatro Smart), na Argentina, e no Cassino Estoril, em Lisboa, Portugal, sendo contratada diretamente por Assis Chateaubriand para fazer parte do elenco dos Diários Associados.

São conhecidas as paródias que a dupla fez para grandes sucessos de nossa MPB, como “Nervos de Aço” (Lupicínio Rodrigues) e “Disparada” (Vandrê Téo de Barros).

Embora a dupla original tenha-se desfeito em 1965, com a saída do Ranchinho, ainda passou por várias formações, capitaneada por Alvarenga, porém não voltou mais ao que era, em parte pela mudança dos tempos e do gosto popular.

IPHONE FOLD

O que se conhece sobre o suposto celular dobrável?

Dispositivo deve trazer mudanças no design, nas telas e na estrutura interna

Alice Labate
Agência Estado

O suposto primeiro iPhone dobrável da Apple, apelidado de “iPhone Fold”, tem gerado muita curiosidade — segundo o *site AppleInsider*, ele pode ser lançado em 2026 ou 2027. O dispositivo, que promete marcar a estreia da empresa em telas flexíveis, deve trazer mudanças marcantes no *design*, nas telas e na estrutura interna.

Os relatos mais recentes apontam que a Apple vem realizando testes e desenvolvendo protótipos desde 2024, com direito a linhas de produção sendo preparadas por fornecedores como a Samsung Display.

Com expectativa de produção entre o fim de 2025 e meados de 2026, o iPhone Fold pode chegar ao mercado como um dos lançamentos mais importantes da década para a Apple, e o anúncio oficial pode ocorrer entre o fim de 2026 e o início de 2027.

Se confirmado, o Fold deve estreiar em um momento de concorrência mais acirrada, com rivais como Samsung e Motorola já estabelecidas no setor. Ainda assim, analistas afirmam que a Apple pretende evitar vícios na tela e priorizar durabilidade, fatores que podem diferenciar o modelo nos primeiros testes.

Design físico e estrutura

Veículos americanos sugerem que o iPhone Fold terá dimensões próximas às do iPhone Air quando fechado, mas com uma espessura maior para acomodar o mecanismo de dobradiça. Informantes estimam entre 9 mm e 9,5 mm dobrado e algo entre 4,5 mm e 4,8

mm quando aberto, o que colocaria o aparelho na média do segmento.

A dobradiça é considerada um dos maiores desafios do projeto, e patentes e relatos desde 2014 citam o uso de ligas amorfas (como o Liquidmetal) que podem oferecer resistência maior que a do titânio; segundo o Ming-Chi Kuo, analista de mercado focado na cadeia de suprimentos da Apple, esse material pode ser até duas vezes mais resistente e deve ser produzido por fornecedores como Foxconn e Shin Zu Shing.

Visualmente, o Fold pode se assemelhar a dois iPhones lado a lado, com uma tela externa estreita e uma tela interna maior. As referências mais recentes sugerem que o *design* será semelhante ao Galaxy Fold, mas com acabamento mais próximo da linha Air atual e sem entrada para cartão SIM físico, apenas eSIM.

As cores devem seguir a estratégia usada nos primeiros protótipos, com testes em preto e branco, enquanto outras opções podem aparecer perto do lançamento, mas analistas avaliam que a Apple costuma restringir a paleta em produtos inéditos para evitar maior complexidade na fabricação.

A moldura do dispositivo deve ser feita em alumínio em vez de titânio, segundo o analista de tecnologia Jeff Pu, e essa mudança pode ser motivada tanto por peso quanto por viabilidade técnica, já que a estrutura flexível exige materiais mais fáceis de moldar.

A parte traseira, por sua vez, deve manter o módulo de câmeras em formato vertical, com duas lentes. Rumores indicam que a Apple está considerando uma câ-

mera principal de 48 MP e uma ultra-angular, seguindo o padrão atual dos modelos de entrada da linha iPhone 15 e 16.

Especificações técnicas

Os relatos sobre as telas são consistentes: o iPhone Fold deve ter uma tela externa de aproximadamente 5,5 polegadas e uma interna de 7,5 a 7,8 polegadas, além de que o painel maior se aproximaria da experiência de um mini-iPad ao ser desdobrado.

A Samsung Display deve ser a principal fornecedora das telas, assumindo o projeto depois de anos de testes com a LG, e em 2025 teria iniciado uma linha de produção dedicada ao Fold, que deve usar painéis *in-cell* (camada de toque é integrada dentro da própria tela) porque a Apple descartou a tecnologia *on-cell* (camada que reconhece o toque fica por cima da tela) por deixar rugas mais visíveis.

A tela interna deve ter resolução de 2.713 x 1.920 *pixels* e ainda traria uma câmera escondida embaixo do *display*; já a tela externa deve ter 2.088 x 1.422 *pixels* e uma câmera em um pequeno furo. Analistas afirmam que a Apple tenta diminuir o vin-

co ao máximo, testando até combinações de vidro com plástico para deixar a dobra menos visível.

O processador deve ser o A20 Pro, e esse salto deve melhorar o gasto de energia e diminuir a temperatura do aparelho, algo importante em dobráveis, por terem mais camadas internas e partes móveis.

Na conexão, a Apple deve usar o *modem* C2, uma versão mais nova do C1 que aparece no iPad Pro com *chip* M5, e a ideia é que esse *modem* chegue perto do desempenho dos modelos da Qualcomm, o que ajudaria a empresa a depender menos de fornecedores externos.

Enquanto isso, a bateria pode usar a tecnologia 3D Stacked (forma de empilhar camadas internas para guardar mais energia no mesmo espaço) e ficar em torno de 5.000 miliamperes por hora (mAh), embora isso ainda não seja certeza. Além disso, a Apple estaria tentando melhorar o sistema que controla as telas para reduzir o consumo e permitir baterias menores sem perder autonomia, enquanto o Touch ID deve voltar no botão lateral, no lugar do Face ID.

Charada

Resposta da semana anterior: Falou (2) = disse + depósito subterrâneo de minério (2) = mina + entrega de graça (1) = dá. Solução: dispersa e espalhada (5) = disseminada.

Charada de hoje: Muita erva gramínea (2) foi doada a mim (1) naquele bairro da capital paraibana (3).

Francelino Soares:
francelino-soares@bol.com.br



Ilustração: Bruno Chiossi



Foto: Wilson Junior/Agência Estado

Eita!!!!

Jards Macalé

Parceiro de poetas efervescentes como Waly Salomão (1943–2003), colaborador de discos e shows de Caetano Veloso (como o cultuado álbum *Transa*, gravado em Londres, em 1971), Gal Costa (1945–2022) e Maria Bethânia (de quem foi professor de violão), Jards Macalé marcou a música brasileira como ninguém. Com a morte do folclórico “anjo torto” vanguardista, na última segunda-feira (17), aos 82 anos de idade, separamos algumas curiosidades sobre sua trajetória. Não vamos falar das suas aventuras em terras paraibanas no começo dos anos 1980 porque o jornal já abordou esse tema, na edição da última quarta-feira (19), em matéria assinada pelo repórter cultural Esmejoano Lincol.

Apelido

“Jards” veio primeiro do que o folclórico “Macalé”. Nascido Jards Anet da Silva, o carioca vivia sem essa alcunha até se mudar do bairro da Tijuca para o de Ipanema. Lá, jogando futebol na praia, recebeu o apelido de “Macalé” em alusão ao um dos jogadores do Botafogo, considerado o pior do time na época. A “homenagem” às avessas, depois de um tempo, tornou-se o nome artístico.

Nas telonas

A música do artista saía dos palcos e estúdios, indo parar nas telonas do cinema. Para a Sétima Arte, ele participa da composição das trilhas sonoras de filmes como *Macunaíma* (1969), de Joaquim Pedro de Andrade, *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969), de Glauber Rocha, *A Rainha Diaba* (1974), de Antônio Carlos Fontoura, *Se Segura, Malandro!* (1978), de Hugo Carvana, além de assinar a trilha para *Amuleto de Ogum* (1974) e compor para *Tenda dos Milagres* (1977), longa-metragem no qual também atuou, ambos dirigidos por Nelson Pereira dos Santos.

“Gotham City”

Composição em parceria com o poeta Capinam, foi defendida por Jards ao lado da banda Os Brazões, na quarta edição do Festival Internacional da Canção, de 1969. Na ocasião, a *performance* foi bastante vaiada. Até os dias de hoje, era uma das canções mais emblemáticas nas suas apresentações Brasil afora.

O Banquete dos Mendigos

Na noite do dia 10 de dezembro de 1973, Jards, junto do artista Xico Chaves, organizou uma das manifestações artísticas mais ousadas em plena Ditadura Militar. Foi no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro que aconteceu *O Banquete dos Mendigos*, show em celebração aos 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com apoio da ONU Brasil, contou com grandes nomes da música brasileira: Paulinho da Viola, Milton Nascimento, Luiz Melodia, Chico Buarque, Dominginhos, Gal Costa, Raul Seixas, Jorge Mautner, entre outros. Um vinil duplo do show, que seria lançado no ano seguinte, só foi liberado pela censura em 1979.

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)



Solução

1 – bandeira; 2 – caminhar; 3 – chitrê; 4 – capacete; 5 – cada; 6 – fumacça; 7 – porta; 8 – língua; e 9 – pedra.

Tiras

O Conde



Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com

Jafoi & Jaera



Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)

HABILIDADES

Tonalidades para formar o quadro

Quais as verdades, as dificuldades, os mitos e os reducionismos criados em torno das pessoas superdotadas?

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Henry Oliveira nunca suspeitou que fosse uma pessoa superdotada. A descoberta só aconteceu depois dos 40 anos, quando uma amiga, observando alguns de seus traços, comentou sobre a possibilidade de ele fazer parte do espectro das altas habilidades ou superdotação (AH/S). Antes de procurar profissionais que pudessem atestar essa condição, o professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) buscou se informar e ler muito sobre o assunto — uma das características das altas habilidades é o foco seletivo. Hoje, esse também tem sido seu tema de pesquisa.

“Eu estudei na Escola Técnica Federal, que hoje é o IFPB [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba], e meus colegas e eu nunca nos colocamos nesse lugar. Isso nunca foi uma possibilidade. Na nossa cabeça, superdotado só poderia ser um daqueles aprovados em primeiro lugar na prova do ITA [Instituto Tecnológico de Aeronáutica]”, comenta o professor. A visão que ele tinha é a mesma da maioria da sociedade, baseada em estereótipos de que o superdotado é uma criança que só tira nota 10, usa óculos, conhece as bandeiras de todos os países ou sabe fazer todos os cálculos: um verdadeiro gênio.

Submetido à avaliação neuropsicológica, Henry Oliveira confirmou a condição de superdotação. Mais do que agregar a temática à sua linha de pesquisa na universidade, ele tem assumido o compromisso pessoal de descortinar a série de mitos e reducionismos em torno do assunto. O motivo é que, para além de ter uma identificação clínica, reconhecer-se como alguém com altas habilidades o ajudou a ressignificar muitos dos comportamentos e das intensidades vividos ao longo da vida.

“É um conforto subjetivo muito grande quando você tem um documento que afirma que isso faz parte da sua vida. A gente brinca dizendo que a curva de autoconhecimento é exponencial, porque você passa a entender muitas diferenças, sobretudo comportamentais, que marcam a pessoa superdotada durante toda a vida. Quando a gente sabe dessa condição, a gente entende melhor o nosso funcionamento e vive com mais qualidade de vida”, explica.

A superdotação é considerada uma condição humana neurogenética caracterizada por um funcionamento cere-

bral distinto, marcado pela intensificação de processos cognitivos, emocionais e fisiológicos, que se refletem em aspectos culturais e impactam a vida cotidiana da pessoa superdotada. A associação da ideia de um elevado quociente de inteligência (QI) com a superdotação tende a reduzir bastante o sentido de um fenômeno que se caracteriza como multifacetado e multidimensional.

“A intensidade é que marca a pessoa superdotada em suas múltiplas dimensões. A gente tem um degradê muito grande de perfis de superdotação. Há pessoas que têm uma intensidade emocional muito forte, outras têm um desempenho acima da média nas questões de matemática, de comunicação, de linguística, mas pode aparecer também na arte, nos esportes ou na liderança. E podem ser habilidades acumuladas ou isoladas”, exemplifica.

Habilidades acima da média, envolvimento profundo com uma determinada tarefa ou tema e criatividade são parte desse cromatismo que se funde e se multiplica em tonalidades diversas para formar o quadro dessa condição que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), alcança cerca de 5% da população mundial. No Brasil, proporcionalmente, isso corresponderia a cerca de 10 milhões de pessoas. A maior parte delas, no entanto, não se reconhece nem possui a identificação.

A invisibilidade e ausência desse reconhecimento têm sido alimentadas, segundo Henry Oliveira, pelos mitos criados em torno das pessoas superdotadas: de um intelectual, de alguém que sabe de tudo e nunca erra, de quem possui grande sucesso em sua área de trabalho ou atuação. “Normalmente se

pensa que é alguém da ordem da genialidade, alguém inalcançável. E esse mito dificulta a autoidentificação, impede que a pessoa se perceba nesse lugar. Isso é muito mais forte em meninas e mulheres do que em meninos e homens”, argumenta.

A dificuldade desse reconhecimento não está restrita aos recortes de gênero, influenciado pelo machismo estrutural. O pesquisador faz questão de mencionar também os atravessamentos de raça e classe social, que povoam o imaginário de que a pessoa superdotada é branca e possui boas condições financeiras. O caderno *Pensar* deste mês convida a descobrir as nuances dessa condição de neurodesenvolvimento e a desconstruir os estereótipos em torno dessas pessoas. Uma jornada de reconhecimento da alteridade como valor fundamental nas relações sociais.



De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a condição de superdotação alcança cerca de 5% da população mundial

DESAFENDO ESTEREÓTIPOS

Superdotado ser sinônimo de sucesso é uma visão capacitista

Imaginário coletivo construído historicamente em torno da AH/S resulta em preconceitos e afeta diretamente a saúde e o bem-estar psicológico do indivíduo

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

As pesquisas sobre superdotação têm insistido na ampliação do conceito, quase sempre associado a pessoas com habilidades acima da média, para considerar as múltiplas dimensões e complexidade do fenômeno. O que mais pesa contra essa perspectiva é o imaginário coletivo construído historicamente em torno de alguém superdotado, que resulta em preconceitos e afeta diretamente sua saúde e seu bem-estar psicológico. Ainda que a produção científica na área tenha se ampliado, as informações sobre o tema pouco chegam à população.

“A superdotação está muito marcada por essa ideia do mito do gênio, por isso muitas pessoas vão dizer que não são assim. É uma visão bastante capacitista, no sentido de que o superdotado é sinônimo de sucesso. E assim a pessoa vai construindo, ao longo da vida, um sentimento de ser diferente, um sentimento muito profundo e intenso de não se sentir encaixado”, pontua o professor universitário Henry Oliveira.

As consequências da não identificação podem ser desde picos de estresse até o desenvolvimento de transtornos de ansiedade, com possibilidade de evolução para quadros depressivos. O docente alerta, no entanto, que essas questões não estão associadas à superdotação, mas à dificuldade da pessoa de se adaptar e ser acolhida numa sociedade que não considera sua condição. Mesmo com a identificação, leva certo tempo para que a pessoa se reconheça como superdotado e mais tempo ainda para comunicar isso a outras pessoas, porque o que costuma ocorrer é um processo de invalidação social, com muita gente dizendo que não a percebe como tal.

“Por isso é tão importante falar, discutir, ajudar as pessoas a reposicionar alguns conceitos sobre as altas habilidades e a superdotação. A escola é um lugar muito importante, por isso a gente precisa conversar, para que professores, a direção, as equipes multidisciplinares, que incluem psicólogo e assistente social, estejam atentas ao funcionamento de algumas crianças que apresentam comportamento diferenciado, e de modo geral possam apresentar uma intensidade mais elevada em diferentes campos de vivência”, argumenta o docente.

No âmbito escolar, um espaço importante voltado para o atendimento de estudantes nessa condição que foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) há quase 20 anos é o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAHS). Na Paraíba, o serviço, que está sob a coordenação da psicóloga Vitória Cherfén, atua capacitando e assessorando professores, desenvolvendo ações com parceiros institucionais nas áreas de interesse dos estudantes e também junto à família, oferecendo suporte socioemocional e orientações.

Quando a equipe pedagógica da escola identifica na criança um potencial elevado que possa ser caracterizado como parte do espectro de AH/S, a recomendação é construir um Plano de Atendimento Educacional Especializado para adaptação das matérias, por

enriquecimento e suplementação, e traçar outras estratégias educacionais necessárias. A escola ou a família deve encaminhar a situação ao NAAHS, para avaliação da situação.

“A modalidade de identificação clínica, geralmente conduzida por profissionais da Psicologia, utiliza instrumentos psicométricos para inferir o nível de inteligência (do tipo mais acadêmico, no campo lógico matemático e linguístico) e outros processos psicológicos combinados. Esses instrumentos podem ser restritos com relação à visualização de destaque em outras áreas de interesses e habilidades, a exemplo do campo musical, corporal cinestésico, artístico ou interpessoal. Portanto, a identificação clínica precisa ser complementada por outras modalidades de investigação e observação dos comportamentos”, esclarece a psicóloga.

Para a coordenadora do núcleo, investir na identificação das AH/S ainda na infância contribui para que o estudante forme um autoconceito positivo e o ajude na regulação das emoções e relações interpessoais. No ambiente escolar, esse processo auxilia também os docentes no planejamento de ações pedagógicas capazes de integrar os alunos nessa condição, favorecendo seu desenvolvimento e atendendo às necessidades educacionais, que, de outro modo, seriam negligenciadas.

“No contexto escolar, quando bem atendido e com recursos apropriados, o estudante superdotado pode contribuir para o envolvimento e participação de outros estudantes, com projetos e estudos direcionados em suas produções. Quando não há entendimento da condição, bem como oferta de atendimento especializado, pode-se observar queda no rendimento e motivação, sensação de não pertencimento e comportamentos indisciplinados ou não colaborativos, espelhando o sofrimento emocional por não ser compreendido em sua identidade”, alerta a coordenadora.

A legislação em vigor não propõe “classes especiais”, termo que pode sugerir conotação pejorativa. Estudantes com AH/S devem ser incluídos em salas regulares e contar com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para complementar a escolarização. A implantação de salas de recursos multifuncionais na rede pública é uma das formas, mas esse acolhimento não se restringe ao espaço



Membros do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação da Paraíba

físico. Para garantir o acesso dos estudantes a esses direitos, são oferecidas formações específicas aos profissionais da educação, visando ampliar o potencial criativo na elaboração de práticas pedagógicas.

“É importante mencionar que o público superdotado é heterogêneo, o que significa que características de identificação, bem como métodos de ensino e estratégias educacionais, nem sempre se adequarão de forma generalista para beneficiar a todos igualmente. Considerar essa demarcação da singularidade é fundamental”, explica Vitória Cherfén.

A psicóloga exemplifica essa questão a partir do sistema de meritocracia, que, para alguns perfis de superdotação, pode ser favorável e estimulante — ao promover engajamento e desenvolvimento do potencial acadêmico —, enquanto, para outros perfis de superdotação de natureza produtivo-criativa, com pensamento divergente e comportamento autêntico, tende a se revelar um modelo injusto, considerando que nem todas as habilidades e capacidades são passíveis de categorização segundo um determinado “*ranking*”.

Apesar de considerar a criação do programa dos NAAHS, um marco importante, a coordenadora do equipamento público na Paraíba ressalta a necessidade de mais investimentos para ampliação dos serviços ofertados. Outra possibilidade que precisa ser mais estimulada são as parcerias institucionais, especialmente com programas de pesquisas no Ensino Superior, pela capacidade de mobilizar conhecimentos específicos para construção de práticas inclusivas no campo educacional.

Foto: Arquivo pessoal



Vitória Cherfén

“

No contexto escolar, quando bem atendido e com recursos apropriados, o estudante superdotado pode contribuir para o envolvimento e participação de outros estudantes, com projetos e estudos direcionados em suas produções

GRUPOS MINORIZADOS

Prejulgamentos distorcem a percepção das capacidades

Intolerância de gênero combina-se com as questões raciais e econômicas, exercendo um peso significativo no processo de aceitação e reconhecimento

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

A psicóloga, professora e cientista Patrícia Neumann pesquisa o tema da superdotação há mais de uma década, com foco no desenvolvimento emocional. No doutorado, vem realizando in-

vestigações sobre a educação emocional com pessoas adultas superdotadas, de modo mais específico com mulheres negras. O interesse por esses marcadores sociais surgiu da observação de que, nos atendimentos terapêuticos, a maioria das pessoas é branca. Foi então que ela começou a se perguntar o porquê dessa realidade.

Segundo a pesquisadora, gênero, raça e classe social atravessam profundamente o reconhecimento e o desenvolvimento da superdotação, pois influenciam o modo como esse potencial é percebido, valorizado e estimulado pela sociedade. Esses fatores também são decisivos para que tais pessoas tenham acesso a oportunidades educacionais, culturais e avaliativas.

“No caso do gênero, observa-se que muitas meninas superdotadas permanecem invisíveis porque tendem a adaptar-se às expectativas sociais. Elas, frequentemente, reprimem sua curiosidade, assertividade e pensamento crítico para se encaixar, o que leva à subestimação de seu potencial. Em contraste, comportamentos semelhantes nos meninos costumam ser mais facilmente interpretados como sinal de inteligência ou liderança”, compara a professora.

Se, no imaginário social, é difícil dissociar o estereótipo da pessoa superdotada da figura masculina, é preciso acrescentar que essa representação também é de uma pessoa branca e bem-sucedida, portanto de alto poder aquisitivo. Assim, os preconceitos de gênero combinam-se com as questões raciais e econômicas, exercendo um peso significativo no processo de aceitação e reconhecimento.

“Crianças e jovens negros, indígenas ou de outros grupos minorizados frequentemente enfrentam preconceitos que distorcem a percepção de suas capacidades. Em relação à classe social, pessoas de contextos economicamente vulneráveis podem ter grande potencial, mas não dispõem de meios para expressá-lo em contextos formais, sendo raramente identificadas. Nessas situações, a capacidade e o funcionamento são, muitas vezes, interpretados como ‘esperteza de sobrevivência’ em vez de reconhecidos como expressão de altas habilidades ou superdotação”, completa Neumann.

Compreendida como condição de funcionamento cognitivo, emocional e sensorial, a superdotação não escolhe sexo, raça, classe, muito menos espaços sociais. A visão equivocada que associa altas habilidades à criança e ao ambiente escolar, excluindo a vida adulta e o mundo do trabalho, desconsidera que há pessoas nessa condição, por exemplo, em penitenciárias e em centros de atenção psicossocial. Nestes, inclusive, algumas das manifestações cognitivas e comportamentais costumam ser confundidas com características típicas neurodivergentes, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

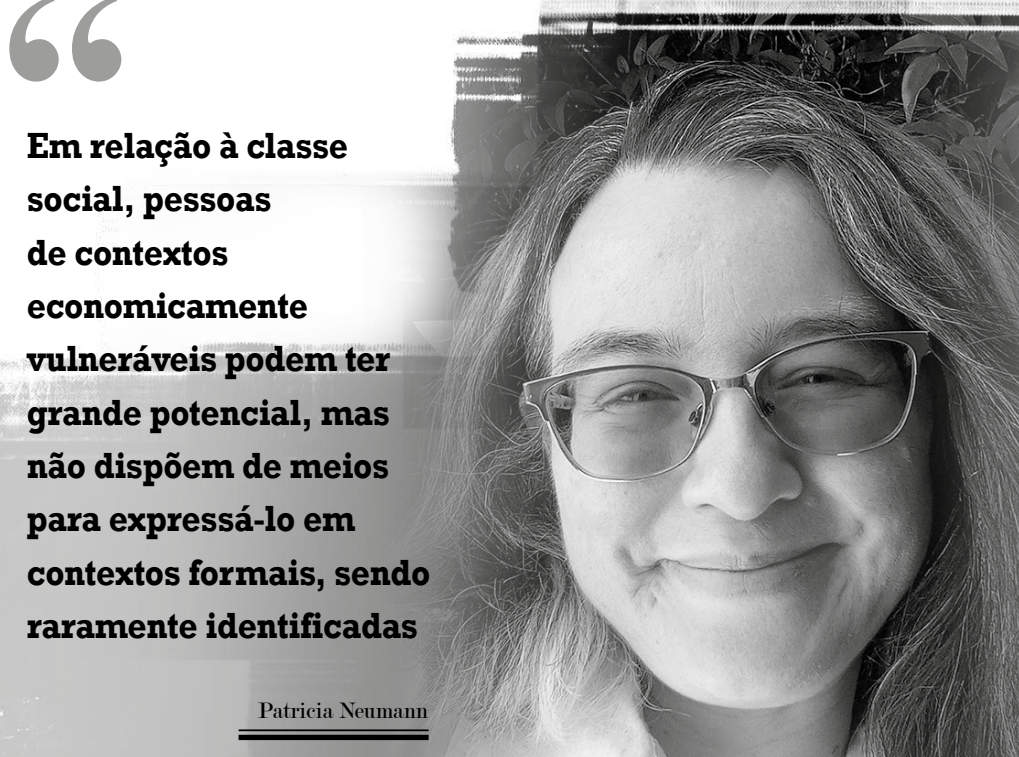
“Ter altas habilidades ou superdotação não garante acesso a recursos, acolhimento ou reconhecimento por si só. É preciso uma educação da população em geral sobre neurodiversidade para que haja mudanças efetivas”, alerta a terapeuta. Além das mulheres, pessoas negras, indígenas, pobres, deficientes, com transtornos de neurodesenvolvimento ou com dificuldades de aprendizagem, também são invisibilizadas como superdotadas, aquelas que possuem habilidades fora do campo acadêmico e intelectual, como na arte, no pensamento criativo, na liderança ou no esporte.

Patrícia Neumann relata que, em muitos desses casos, em vez de ser vista como expressão de um funcionamento diferenciado, a superdotação tende a ser interpretada como rebeldia, desatenção, teimosia ou instabilidade emocional. Apesar de semelhantes, comportamentos como o foco seletivo, na superdotação, e o hiperfoco, no autismo, possuem origens distintas e por isso exigem uma avaliação psicológica que considere o funcionamento cognitivo, afetivo e psicomotor, o contexto sociocultural e a história da pessoa.

ESTIGMAS E MITOS ENFRENTADOS POR PESSOAS SUPERDOTADAS

- Sabem de tudo;
- Não precisam de ajuda;
- Possuem desempenho acadêmico excepcional;
- São sinônimo de sucesso;
- São “arrogantes” e “estranhas”;
- São “emocionalmente instáveis”;
- Quando não compreendida, a pessoa tende a se isolar ou a mascarar suas habilidades para se proteger.

Foto: Arquivo pessoal



Patrícia Neumann

“

Em relação à classe social, pessoas de contextos economicamente vulneráveis podem ter grande potencial, mas não dispõem de meios para expressá-lo em contextos formais, sendo raramente identificadas

Compreendida como condição de funcionamento cognitivo, emocional e sensorial, a superdotação não escolhe sexo, raça, classe, muito menos espaços sociais; além das mulheres, pessoas negras, indígenas, pobres e deficientes também são invisibilizadas como superdotadas, aquelas que possuem habilidades fora do campo acadêmico e intelectual

NA SOCIEDADE

“Menos competir e mais colaborar”

Quando vivida de forma isolada e sem acompanhamento, cultura do desempenho e da produtividade tende a ser prejudicial

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojr@gmail.com

Miguel Seixas tem 11 anos e desde os seis foi identificado como superdotado. O primeiro sentimento foi de achar que era alguém muito especial, pois as chances de possuir altas habilidades representam um percentual muito baixo, em torno de 2% a 5% da população. Em longo prazo, no entanto, com a alegria, veio também o tédio. “Até hoje eu tenho problemas com aulas muito longas e com material chato, por exemplo. Uma aula de 50 minutos, para mim, poderia ser dada em 20 minutos, porque eu aprendo muito rápido. Então eu tive que desenvolver, forçadamente, a paciência”, relata o garoto.

Fora a reação de um dos colegas que era considerado o *nerd* da turma e duvidou das altas habilidades de Miguel, ele não considera que o tratamento de professores e familiares é diferente por causa de sua condição. Não vê diferença em sua rotina diária em comparação às de outras crianças da mesma idade. Estuda e gosta de jogos eletrônicos e de tabuleiro, ama andar de bicicleta e também pratica caratê, no qual está prestes a progredir da faixa vermelha para a faixa laranja. De atividades extracurriculares, faz aulas de piano e língua japonesa. Nessa lista, a única tarefa que admite não ser “tão normal assim” é a participação nas Olimpíadas Brasileiras de Robótica e de Matemática, da qual, inclusive, participará de uma etapa nacional no próximo mês.

Miguel foi a principal motivação para que sua mãe, Mônica Seixas, dedicasse-se aos estudos sobre superdotação. A professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) concluiu recentemente um pós-doutorado em Educação com ênfase em AH/S e lidera o grupo de pesquisa e extensão Florescer, que estuda e desenvolve ações sobre a temática. Nessa jornada de in-

vestigação e vivências em torno da superdotação, a mãe-pesquisadora tem ampliado a sua visão do fenômeno, costumeiramente restrito ao desempenho acima da média, mas que engloba também a criatividade e o elevado envolvimento com algumas tarefas desafiadoras.

“Em um mundo cada vez mais colaborativo e interdependente, essa compreensão ganha novos contornos. A superdotação deixa de ser vista como um talento isolado, restrito a ganhos individuais, para ser reconhecida como uma potência capaz de gerar contribuições sociais relevantes. Ser superdotado, hoje, significa menos competir e mais colaborar, inovar e transformar realidades. Significa reconhecer que o potencial humano atinge seu auge quando se conecta com o outro, quando é colocado a serviço da sociedade e quando encontra espaços que acolhem a sua singularidade emocional, a social e incentivam a sua expressão criativa”, argumenta Mônica Seixas.

Uma das preocupações da pesquisadora tem sido a influência da cultura contemporânea da alta *performance* sobre estudantes com AH/S. Para Seixas, as exigências por resultados imediatos e produtividade constante, assim como as comparações, podem alimentar um perfeccionismo extremo, traço comum no perfil de jovens superdotados. Ela alerta que esse quadro pode favorecer o surgimento de estresse e autocrítica severa, de modo a ter a autoestima comprometida quando suas produções não correspondem às expectativas externas.

“Diante de um contexto adverso, muitos estudantes podem apresentar baixo desempenho escolar quando enfrentam barreiras emocionais, pedagógicas ou atitudinais, evidenciando como a pressão externa pode desorganizar sua trajetória acadêmica e apagar temporariamente suas potencialidades reais. Quando vivida de forma isolada e sem acompanhamento, a cultura

Foto: Arquivo pessoal



“**A superdotação deixa de ser vista como um talento isolado, restrito a ganhos individuais, para ser reconhecida como uma potência capaz de gerar contribuições sociais relevantes**

Mônica Seixas

do desempenho e da produtividade tende a ser sufocante e prejudicial; quando mediada por apoio qualificado e práticas educativas sensíveis, pode servir como instrumento para a construção de autonomia e excelência saudável, favorecendo, sobretudo, a autoestima e o pleno desenvolvimento desses estudantes”, explica.

Ainda que as AH/S sejam condições inatas, que a pessoa já nasce com elas, a pesquisadora destaca que, de forma geral, o contexto social pode favorecer ou sufocar suas potencialidades. Para Seixas, esse contraste mostra-se ainda mais visível no ambiente digital, onde as pessoas superdotadas podem, graças à ampla disponibilidade de cursos, plataformas e comunidades, tanto construir percursos individuais de estudos como também ser afetadas pelo excesso de estímulo (que pode gerar ansiedade), pela velocidade das informações (que pode intensificar a auto-

crítica) e pelo uso indiscriminado das tecnologias.

“A era digital apresenta enorme potencial como aliada no desenvolvimento das potencialidades, mas demanda acompanhamento pedagógico. Somente assim é possível evitar a superficialidade, a sobrecarga emocional e o uso improdutivo das tecnologias, garantindo que esses recursos sejam utilizados de forma equilibrada, crítica e enriquecedora”, pondera Seixas.

Essa mesma consideração vale para o uso da inteligência artificial (IA). Se, por um lado, essa tecnologia emergente possibilita acelerar pesquisas, testar hipóteses e simular cenários complexos, funcionando como uma espécie de “mentor digital”, ela não está isenta de riscos, como a dependência cognitiva, quando o estudante abre mão do próprio processo de elaboração mental, reduzindo o senso crítico e a criatividade.

“Está claro que a inteligência artificial não substitui o potencial humano. Pelo contrário, ela tem a capacidade de ampliá-lo, desde que utilizada de forma crítica, ética e criativa. É a qualidade da mediação — seja pedagógica, familiar ou institucional — que determinará se a IA atuará como uma aliada no desenvolvimento dos talentos ou como um fator de limitação no processo educativo,

criativo e produtivo”, defende a pesquisadora.

Apesar de se referir aos estudantes, a professora acredita que a superação dos estereótipos em relação à superdotação não se limita à adaptação das práticas escolares. A sociedade como um todo precisa aprender a lidar adequadamente com essas pessoas, e isso envolve a compreensão desse fenômeno como parte da diversidade humana, além das mudanças estruturais e culturais. Nesse sentido, Mônica defende ações distintas e articuladas, que consideram tanto determinações legais quanto necessidades práticas.

No campo pedagógico, as escolas deveriam ser mais flexíveis para enriquecer o currículo, promover percursos mais personalizados e adotar práticas menos padronizadas, incentivando a pesquisa e formas de avaliação que priorizem processos em detrimento de apenas resultados. No âmbito das políticas públicas, a pesquisadora destaca a necessidade da criação do Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, prevista na Lei nº 13.234/2015, e um olhar mais atento sobre a dimensão socioemocional, que demanda acompanhamento e estratégias específicas, como programas de mentorias, grupos de afinidade e espaços de convivência que contribuam para o bem-estar e a autoaceitação dos jovens.

Em relação às mudanças culturais, o grande desafio é a superação dos estereótipos em torno das pessoas superdotadas, muitas vezes tidas como autossuficientes ou com comportamentos problemáticos, e a valorização das diferentes expressões de inteligência. Para isso, Mônica Seixas acredita que é fundamental a participação da família, da escola e da comunidade. “Preparar a sociedade para acolher talentos fora do padrão significa agir de forma integrada, articulando políticas públicas, práticas educativas qualificadas, apoio emocional e uma mudança cultural que reconheça e valorize a diversidade humana em toda a sua complexidade”, completa.

Ações

A sociedade precisa aprender a lidar adequadamente com as AH/S, o que envolve a compreensão desse fenômeno como parte da diversidade humana, além das mudanças estruturais e culturais

Potencial humano atinge seu auge quando se conecta com o outro, quando é colocado a serviço da sociedade e quando encontra espaços que o acolhem